

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

AS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO
EM SÃO JOSÉ DO NORTE

LUIZ FERNANDO MAZZINI FONTOURA

Dissertação de Mestrado sob orientação da Profª Drª Marinês Z. Grando

PORTO ALEGRE-RS, 1994.

Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência.
(A Ideologia Alemã)

A Arte de viver da fé só não se sabe fé em quê (Herbert Vianna)

À memória de meu pai, que como
um anjo guarda minha filha Ana Cândida

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de analisar as causas que impossibilitam o avanço da agricultura de racionalidade capitalista, representado pelo cultivo do arroz, sobre o sistema de produção não tipicamente capitalista, representado pelo cultivo de cebolas. Por esta razão, estudam-se as causas do isolamento do município de São José do Norte – Brasil.

Palavras-Chave: relações sociais – camponês – cultivos de cebola

Resumen: El propósito de este documento es analizar las causas que hacen imposible para la promoción de la agricultura de racionalidad capitalista, representada por el cultivo de arroz, sobre el sistema de producción no capitalista, representados por el cultivo de cebollas. Por esta razón, estudiando las causas del aislamiento de São José do Norte, Brasil.

Palabras clave: cultivos de cebolla – relaciones sociales – campesino

Abstract: The purpose of this paper is to analyze the causes that make it impossible for the advancement of capitalist rationality agriculture, represented by the cultivation of rice on the system not typically capitalist production, represented by the cultivation of onions. For this reason, studying the causes of the isolation of São José do Norte, Brazil.

Keywords: social relations – peasant – onion crops

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I – Da análise da paisagem aos sistemas de produção (São José do Norte: O tempo não pára?).....	15
1. A cebolicultura.....	16
1.1 A produção familiar.....	16
1.1.1 O cultivo.....	17
1.1.2 A comercialização da cebola.....	25
1.1.3 A expectativa desses produtores.....	30
1.2 A produção dos comerciantes.....	30
1.2.1 A atividade de comercialização.....	31
1.2.2 A expectativa desses produtores.....	33
2. A pecuária associada à cebolicultura.....	34
2.1 A pecuária e a cebolicultura.....	35
2.2 A cultura do arroz.....	36
2.3 O nível de investimentos e as expectativas.....	36
3. A rizicultura e a agroindústria.....	37
3.1 Aspectos gerais.....	37
3.2 O grupo Joaquim Oliveira S/A.....	38
CONCLUSÃO DO CAPÍTULO I.....	40
CAPÍTULO II – A produção possível e as relações de produção daí derivadas (e se parou, parou por quê?).....	41
1. O processo de modernização na agricultura brasileira e projetos no estado do Rio Grande do Sul e o conseqüente isolamento da área de estudo.....	41
2. Os obstáculos à modernização da agricultura na área de estudo sob o ponto de vista da comunidade (discutindo o senso comum).....	41
2.1 Água.....	48
2.2 A energia.....	49
2.3 O transporte.....	50
2.4 O armazenamento da cebola.....	55
2.4.1. A PROGASA.....	55
3. Em busca de uma problemática regional.....	57
3.1 A ocorrência de áreas próximas a área de estudo para o plantio do arroz.....	58
3.2 A remuneração do capital e a infra-estrutura.....	60
3.3 O não surgimento de granjeiros em função de o produto principal ser a cebola.....	64
3.3.1 A manutenção da forma de exploração do produtor de cebolas de base familiar.....	68
CONCLUSÃO DO CAPÍTULO II.....	73
CAPÍTULO III - A reprodução das relações sociais de produção(todo dia ela faz tudo sempre igual).75	
1. A reprodução e o espaço.....	76
2. A produção e a reprodução de relações de produção.....	79
3. A reprodução e o cotidiano.....	84
4. A reprodução, o discurso e o espaço.....	86
CONCLUSÃO DO CAPÍTULO III.....	90
CONCLUSÃO (alguma coisa está fora da nova ordem mundial).....	91
BIBLIOGRAFIA.....	94
ANEXOS.....	96

AGRADECIMENTOS

Durante o desenvolvimento desta dissertação de mestrado muitas pessoas contribuíram para que este trabalho chegasse ao seu final. O ingresso na Fundação Universidade Rio Grande no ano de 1989, fez de um projeto sobre um estudo no Planalto, um projeto de pesquisa e extensão em São José do Norte. Ao Reitor Orlando Macedo e a Chefe de Departamento de Geociências Maria Elizabeth Itussary meus agradecimentos a tudo aquilo que viabilizaram para o andamento do trabalho. Também ao professor Carlos Hartmann, pela preciosa ajuda na fotointerpretação das imagens de satélite, em campo, na FURG e no Centro de Sensoriamento Remoto e Meteorologia da UFRGS.

Ao pessoal do Escritório da EMATER e da Secretaria Municipal da Agricultura de São José do Norte por terem colocado à minha disposição toda informação que possuíam, bem como a minha participação em saídas de campo e no Conselho Municipal da Produção, especialmente ao agrônomo José Antônio da Silva e ao Secretário Paulo Costa, meus agradecimentos.

Meu reconhecimento se estende também aos motoristas da FURG Perpétuo e Bira, pelo interesse e disposição com que me levaram a informação mesmo nos caminhos mais difíceis.

As muitas disciplinas (novas) que fiquei responsável nos anos de 1990-91, certamente me tomaram um tempo que faltou para a dissertação. Mas me oportunizou experiência, muita. O tempo me responderá o resultado deste balanço.

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural, por terem tornado válidas as experiências em sala de aula, oportunizarem verdadeiras *jam sessions* dentro e fora do curso e principalmente pela seriedade com que conduziram seus trabalhos e orientação dos projetos. Em especial a professora Marinês Grandó, minha orientadora, pela paciência, o carinho, e por lutar incansavelmente para colocar minhas idéias em ordem. Em tudo o que fizer estarão presentes.

Ao CNPq, que me concedeu uma bolsa através do qual pude assistir às aulas nos anos de 87 e 88, por conseguinte o meu reconhecimento.

Aos colegas do curso, cuja amizade se desenvolveu num ambiente sério e criativo de trabalho e de ajuda mútua, valeu! Em especial a amiga Claudinha Job Schmitt que me convenceu no que chamarei de “uma dessas encruzilhadas teórico-burocráticas da vida”, de que esta idéia de trabalho era importante e que tinha algo a contribuir. Obrigado. Que o resultado não a desaponte.

Não poderia deixar de fora a origem de tudo isto. Dos cafés nos intervalos (ou durante!) as aulas da General Vitorino, aos cafés e sinucas de São Paulo, um forte e carinhoso abraço para os guris Élvio, Mário, Ariosto e Jorginho. O tempo mostrou o tamanho daquelas salas de aula (83-86). Ao professor Ruy Moreira que nos mostrou, em tempo, de que fazer geografia é um compromisso com a ciência e a sociedade: “A geografia da dominação, propomos a geografia dos dominados.” Obrigado.

Os textos sobre sistemas de produção e sistemas agrários, uma das pernas da metodologia deste trabalho, por sugestão da professora Marinês Grandó, foram gentilmente cedidos pelo pessoal do Departamento de Estudos Agrários da UNIJUÍ. Pelos textos e pelo carinho com que sempre nos receberam meus agradecimentos.

À Carmem, pela paciência (ou a falta de!) que tão bem a caracteriza, que nestes últimos 11 anos vem compartilhando meus sonhos e tornando minha vida feliz.

Na reta final, a César e Paulinho, colegas (amigos) de sala, a Cláudia Ayres Soares (que fez da orientação uma contribuição a este trabalho) e a Lucimar F. Siqueira pela datilografia e os desenhos dos mapas, a certeza de que temos muito chão pela frente.

À população rural de São José do Norte, principalmente os camponeses, que o nosso trabalho não tenha sido em vão.

INTRODUÇÃO

O município de São José do Norte revela paisagem curiosa e desafiadora, pois é como se enxergássemos hoje uma paisagem comum no Rio Grande do Sul, nos anos 1950, início dos anos 60: o transporte de passageiros e veículos feitos por barcas para o município de Rio Grande (situado a sudoeste) através do Canal de mesmo nome; a “estrada do inferno” como é conhecida BR101 por suas péssimas condições de tráfego, quer em tempo chuvoso ou muito seco, por ser arenosa – característica da restinga que separa a Laguna dos Patos e o Oceano Atlântico (a oeste e leste, respectivamente) – liga o município de São José à cidade de Tavares, no município vizinho, ao norte.

Conhecido no passado como o maior produtor de cebolas do Brasil¹, o Município tem população de origem açoriana, predominantemente de origem rural, isto 65,6% ou 13.969 habitantes, segundo o Censo do IBGE de 1980. A população urbana, segundo a mesma fonte, é de 7.302 hab. ou 34,4%². A maioria dos habitantes vive direta ou indiretamente de cebolicultura.

O primeiro Distrito abriga 51,3% da população. É onde encontramos a maior parte da produção de cebola, com base no trabalho familiar. A estrutura fundiária é bem parcelada com propriedades em torno de 15 a 20 ha. No limite com a Laguna dos Patos encontram-se pequenas vilas de pescadores que vivem principalmente da safra do camarão. Nessas vilas não se sobrepõe às atividades extrativas e agrícolas fazendo com que pescadores e agricultores troquem entre si suas produções. Nesta área, e também ao longo do litoral, é comum a presença de dunas o que dificulta o trabalho agrícola (ver anexo), propiciando a monocultura de pinus, chamado de reflorestamento. No Segundo e Terceiro Distritos, a estrutura fundiária muda. Encontram-se propriedades de 200 ha ou mais, e a pecuária bovina associada ao cultivo

¹ Até 1977, o Rio Grande do Sul era o maior produtor de cebolas, sendo São José do Norte o maior produtor. Daí em diante o estado de São Paulo ultrapassou a produção gaúcha. A partir de 1987, foi a vez de a produção catarinense ultrapassá-la também.

² Segundo o resultado preliminar do CENSO de 1990, do IBGE, a população nortense total são de 22.079 habitantes, sendo 13.513 na área urbana e 8,566 na área rural.

de arroz tornam-se mais comuns, principalmente em direção ao norte, no Terceiro Distrito. A partir de Capão do Meio (ver mapa 1) começam a aparecer silos e secadores de arroz, (só notados em pequenos enclaves no Primeiro Distrito), em áreas de terras baixas e de fácil obtenção de água.

A origem, tanto da pecuária como da estrutura fundiária, está no fato de que em 1767 a estância do Bojuru subordinada a Provedoria da Fazenda Real abrangia a maior parte do Município de São José do Norte, e tinha por finalidade a criação de gado vacum, cavalos e a produção de couro para a manutenção das tropas e exportação. Como escreve Rüdiger (1965, 37):

“Aí se recolhiam, além do gado chucro pegado nas corridas feitas nas imediações, às cabeças cobradas pelo fisco. O gado devia suprir as necessidades da tropa e da administração do Rio Grande e, para tanto, era entregue ao almoxarife a quem estavam afetos os problemas do município, de mantimentos e armas no Continente. Ele regulava o consumo de carne e a conservação e expedição de couros”.

No entanto, a estância do Bojuru não correspondeu à expectativa e propósitos do governo. Os furtos e a falta de cuidado teriam levado a sugestão de seu parcelamento em 1768, o que começou a ser incentivado partir de 1770. Ficou decidido por uma portaria esboçada por José Marcelino, datada de 11.10.1771, que as terras seriam repartidas a continentinos açorianos e índios. Dada a pouca quantidade de gado bovino existente, ficaram desobrigados do suprimento das necessidades da tropa, substituído pela obrigação da doação de um cavalo manso, desaparecendo posteriormente, também, este encargo. A repartição de terras de Bojuru até Mostardas, teria a seguinte configuração: ao sul da península, como escreve Rüdiger (1965,44-45):

“... o parcelamento da terra vinha se processando como sabemos, desde muitos anos. Aí se originou a aprovação da fronteira do norte do Rio Grande, junto às fortificações mandadas levantar por J.C.S. Faria para conter espanhóis. A margem do caminho entre o norte e Mostardas, José Marcelino decidiu criar outra área de loteamentos segundo os moldes prescritos em seus Editais e ainda perseguindo as soluções e medidas impostas pela difícil situação militar. Para tanto emitiu uma portaria em 05 de março de 1774, datada da fronteira do Norte, delegando a Alexandre José Montanha a missão de medir e demarcar as terras do Capão do Meio, situado sobre a extremidade da estância de Bojuru se devem repartir as terras que há aqui daqui a Capão do Meio, pelos moradores que estão povoando e por outras famílias na forma das ordens e que isto se faça com maior igualdade. Ordeno ao Cap. Engº J. Montanha, passe medir, demarcar e entregar por uma certidão na forma de costumes ditas terras na fora e nas condições abaixo declaradas. Dar-se-á a cada casal 100 braças até 300 braças de testada com o fundo até o mar grosso e parte oposta com fundo até a lagoa grande, cujas testadas seriam obrigados a tapar de vala os que ficarem possuindo. Esta vala será o mais a direita e continuada que puder ser e será cercada de espinhos. Esta vala será o mais a direita e continuada que puder ser

e será cercada de espinhos o que chamam de jurumbeba ou palantória. O campo defronte será comum para pasto de animais e ninguém poderá adianter cercas ou vals. Serão obrigados a plantar as amoreiras e mais árvores de fruto que se declaram no meu edital de 29.7.1779 e isto as penas neles declaradas. Depois de terem suas certidões requererão na forma do estilo seu título justo.”

Este processo de colonização e distribuição de terras coincide com a estrutura fundiária encontrada hoje, ou seja, parcelada no Primeiro Distrito e em lotes compridos, da estrada até a Laguna, por um lado, ou até o mar, por outro, principalmente no Estreito e no Capão do Meio (ver mapa 1).

A partir da observação criteriosa da paisagem foi possível constatar, da sede do Município até a localidade do Estreito, que em uma estrutura fundiária bastante parcelada com pequenos enclaves de rizicultura, encontram-se a maior parte dos cebolicultores. Em direção ao Estreito e a Capão do Meio há o predomínio da pecuária extensiva. De Capão do Meio até Bojuru encontramos a rizicultura praticada dentro da racionalidade capitalista. Portanto, analisando o desenvolvimento da cultura de arroz em São José do Norte e Mostardas, podemos notar que o cultivo se avança na direção de Mostardas para São José. Efetivamente, observamos que o desenvolvimento do arroz é maior em Mostardas do que em São José do Norte, e neste município há restrições para o desenvolvimento agrícola (ver tabela 1).

O objetivo deste trabalho é o de analisar as causas que impossibilitam o avanço da agricultura de racionalidade capitalista, representado na rizicultura, sobre o sistema de produção não tipicamente capitalista, representado na cebolicultura. Ou seja, buscaremos respostas para as seguintes questões:

- O que impede a penetração de relações sociais de produção capitalistas nessa agricultura?
- Por que se preserva um sistema de produção com base em unidades familiares?
- O que sustenta uma forma particular de exploração desses cebolicultores?

Para viabilizar este estudo procuraremos territorializar todas as variáveis, pois partimos do princípio de que as relações jurídico-políticas e as relações ideológico-culturais encontrarão na esfera da produção e da circulação diferentes formas de sobreposição, de forma que acentua as diferenças espaciais na medida em que favorece a concentração de alguns produtores e inviabiliza outros que buscam estratégias alternativas de reprodução para não serem eliminados do mercado. Para territorializar as variáveis utilizaremos os conceitos de sistema de produção e sistema agrário.

Segundo Pillot (1986), o conceito de sistema de produção se aplica a uma escala de exploração agrícola ou ao conjunto família-exploração. A sua observação permite, numa combinação mais ou menos coerente, avaliar a quantidade de força de trabalho e outros meios de produção colocados em prática por um agricultor para realizar seus objetivos. Já numa escala de vila ou região, deve ser utilizado o conceito de sistema agrário, definido como um conjunto de relações que se estabelecem entre as explorações e o espaço que utilizam. Em outras palavras, o sistema de produção permite avaliar os agentes que interferem na tomada de decisões do produtor ao nível de unidade de produção, como por exemplo: utilização da força de trabalho, objetos de trabalho, tipos de cultura. Enquanto que o sistema agrário permite avaliar os agentes externos que influenciam as unidades de produção.

Para B. Vissac (INRA, 1979) citado em Mazoyer (1987), o sistema agrário é a expressão espacial da associação de produção e técnicas colocadas em prática por uma sociedade para satisfazer suas necessidades. Expressam em particular a interação entre um sistema bio-ecológico representado pelo meio natural e um sistema sócio-cultural, através de práticas oriundas particularmente da aquisição técnica ou acumulação do conhecimento. Para Mazoyer, um sistema agrário é, antes de mais nada, um modo de exploração de um meio historicamente constituído e durável, um sistema de forças de produção adaptado às condições e necessidades sociais do momento. Um modo de exploração de um meio que é um produto específico do trabalho agrícola utilizando uma combinação apropriada de meios de produção inertes e vivos para explorar e reproduzir um meio cultivado que sofreu transformações sucessivas a partir do meio original ao longo da história.

Com esses conceitos, o de sistema de produção e sistema agrário, pretendemos avaliar neste estudo de caso, as estratégias utilizadas pelos produtores na tentativa de reproduzirem-se enquanto tal. O procedimento analítico será o de territorializar as variáveis essenciais propostas por Mazoyer, tais como:

- Meio cultivado; como era originalmente e as transformações históricas adquiridas;
- Instrumentos de produção – objeto de trabalho – força de trabalho;
- Artificialização do meio: o que poderia se explorar mais com o processo de modernização conservadora;
- Divisão social do trabalho: agricultura, artesanato, indústria e reprodução dos objetos de trabalho;
- Excedente agrícola: necessidade dos produtores agrícolas e necessidade de outros grupos sociais;

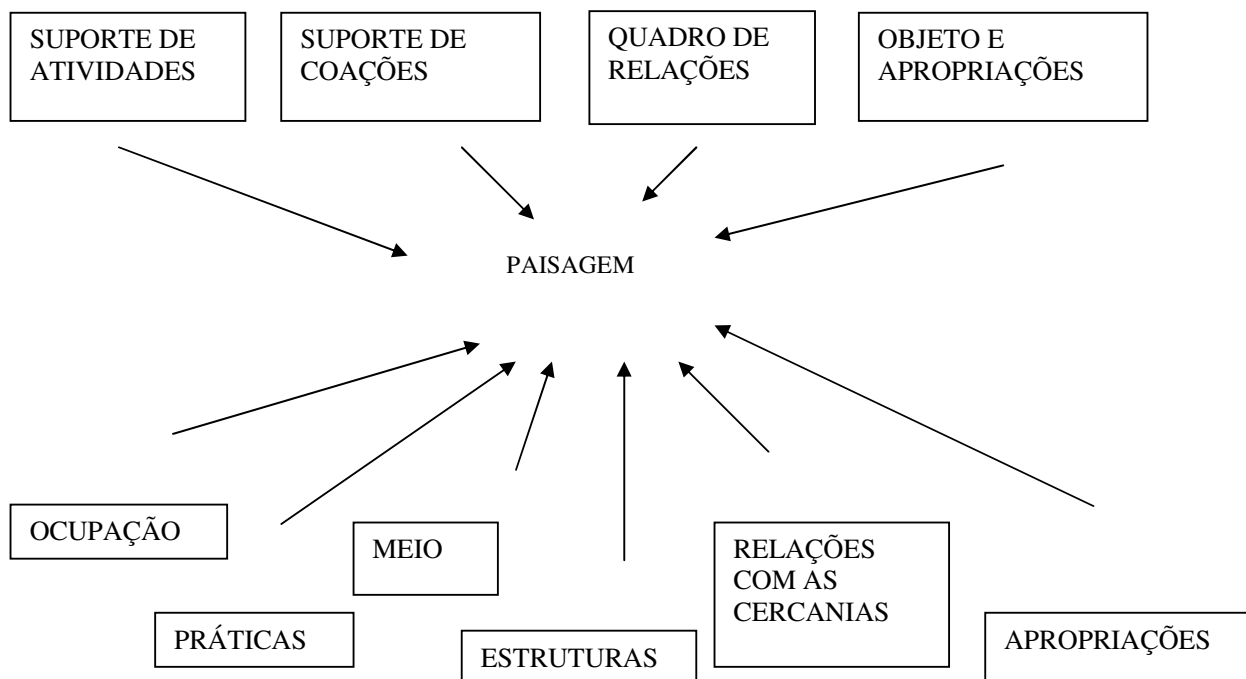
- Relação de troca entre ramos associados, ou seja, relações de propriedade e de força de trabalho que regem a repartição dos produtos do trabalho, bens de produção e consumo: é a troca entre os sistemas (concorrência-monopólio);
- Conjunto de idéias e das instituições que asseguram a reprodução social.

Mazoyer salienta que se deva levar em consideração ao longo da evolução histórica a situação da burguesia agrária no poder central, a política agrária praticada, a localização das explorações agrícolas em relação aos centros industriais e aos consumidores. Também devem ser observadas as estratégias de desenvolvimento que tendem a reforçar as desigualdades das explorações entre as regiões, as trocas em grande escala graças à infra-estrutura de transporte e conservação que conduzem para a especialização de culturas dentro de uma nova ordem da divisão internacional do trabalho.

Para trabalhar o espaço agrário utilizaremos a partir dos estudos de Moreira (1987), os princípios lógicos da Geografia, ou seja, localização, distância, conexão, extensão, delimitação, densidade e escala. Com isso estaremos trabalhando com a categoria território: diz-se que alguma coisa está territorializada quando ela se localiza, dista de outras, tem tamanho, concciona-se com outras, delimita-se, tem densidade (se adensa) e relaciona-se escalarmente. Em seguida passaremos então a trabalhar com a categoria espaço, pois espaço é a forma da organização territorializada da sociedade que nós enxergamos na sua aparência que é a paisagem, e que se confunde com a geometria do arranjo espacial.

O espaço é visto como suporte (base) de coações diversas onde se encontra a atividade agrícola. É o caso dos fatores do meio (fatores topográficos, hidráulicos, climáticos) em geral, e das estruturas agrárias, particularmente a configuração do parcelamento e das edificações. Também pode ser visto como um quadro de relações, ou seja, a disposição dos objetos quando ligados uns os outros, particularmente àqueles que distam (estão separados) mais os efeitos da vizinhança ou contiguidade ou isolamento. Isto resulta em efeitos característicos de cada objeto e a sua relação escalar (ou intra e inter-regional).

Enfim, o espaço pode ser visto como uma rede econômica e social que resulta em modos de apropriação, como sugere no gráfico proposto por DEFONTAINES, PETIT (1985.12):



Portanto, o entendimento de espaço nos autores franceses soma-se ao entendimento de espaço trabalhado na geografia.

A importância de partir da unidade de produção, interna ao sistema de produção, ao que é externo ao sistema agrário, deve-se a influência de fatores internos e externos à área de estudo sobre o comportamento do produtor, espelhado na estratégia de reprodução dos grupos sociais. Entendemos esses fatores como:

a) Internos: àqueles que possibilitam ou obstaculizam a reprodução das relações sociais de produção capitalista e se localizam no interior da área de estudo;

b) Externos: àqueles que possibilitam ou obstaculizam a reprodução das relações sociais de produção capitalistas, mas são resultados da expansão destas, cujo processo gerador se localizam em outras áreas ou regiões agrícolas.

A sobreposição destes fatores, ou seja, nas diversas escalas em que estas variáveis se territorializam, vão determinar a organização da sociedade territorializada, a lógica da territorialização da sociedade, em suma, o espaço. Baseado no procedimento metodológico apresentado, o trabalho obedece a seguinte seqüência.

No primeiro Capítulo encontra-se a descrição da área de estudo já sistematizada segundo os sistemas de produção encontrados e no sentido de desenvolver as hipóteses deste trabalho, ou seja:

- a) De que não existe uma diferenciação social desvinculada de uma diferenciação espacial;
- b) Dados os próprios obstáculos ao avanço das relações capitalistas de produção, existe um gradiente de articulações de relações não tipicamente capitalistas igual e contraditoriamente necessários à reprodução do capital guardando, entretanto, qualidades diferentes.

No sentido de elencar os fatores que promovem ou obstaculizam a penetração das relações sociais de produção capitalistas na área de estudo procuramos tanto na análise visual quanto nas entrevistas, observar a validade e a relatividade dos fatores levantados. Estes fatores são desenvolvidos no Capítulo II, onde procuramos discutir os fatores diretamente ligados à infra-estrutura local existente e entendidos como necessárias ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção e os fatores ligados à formação sócio-econômica na qual a área de estudo está inserida, em um contexto de desigualdades regionais.

Finalmente no Capítulo III, procuramos desenvolver a afirmativa de que para haver a reprodução de determinadas relações sociais tem que haver certa produção de determinadas relações. E mais, que no campo, as relações capitalistas de produção se desenvolvem diferenciadas.

Cabe ainda esclarecer que para realizar a leitura da paisagem através de saídas de campo, fizemos uso cartas 1:50.000 e imagens do satélite SPOT referentes à área de estudo, procurando identificar os gradientes de heterogeneidade, contrastes dominantes, com o objetivo de identificar e mapear os sistemas de produção, para, em segundo momento, pudéssemos aplicar questionários exploratórios até construir o questionário final.

Do questionário exploratório até o final, procuramos observar e aprofundar os conhecimentos sobre forma de produção e os fatores que influenciam a tomada de decisões dos produtores. Assim os temas que fazem parte do questionário foram levantados pelos próprios produtores. De uma maneira geral a cada grupo dez entrevistas, aproximadamente, resultavam uma síntese dos principais temas levantados e reforçávamos com mais entrevistas. Isto tinha uma duração de dois dias. Após o saturamento, ou seja, quando os temas começam a se repetir, entrevistávamos as pessoas que trabalhavam junto aos produtores: os padres, os pastores, os comerciantes, entre outros, no sentido de avaliar a validade dos temas e receber a contribuição de temas não abordados pelos produtores.

As entrevistas, feitas nos estabelecimentos dos produtores duravam em média de duas a três horas. A aplicação do questionário definitivo, em número de quatorze, exigiu cinco dias de trabalhos de campo. Foram aplicados aos produtores cebolicultores de base familiar, escolhidos a partir da análise visual da unidade de produção. Ou seja, através dos indicadores visuais, escolhemos a unidade de produção que o representasse. Aos produtores dos demais sistemas as perguntas foram de caráter mais geral. Em todas as entrevistas procuramos varrer a maior área do ecúmeno do Município.

Gostaríamos de salientar que o objetivo de trabalharmos com o sistema de produção é o de identificar as diferentes formas de racionalidade dos negócios dos produtores, ou seja, o patamar tecnológico, o nível de investimentos, a reprodução da unidade de produção e da família. Pretendemos mostrar que existe uma diferenciação espacial, percebida pela forma de intervenção da sociedade sobre a natureza externa a ela e da qual enxergamos o resultado: a paisagem. Ora, se a sociedade produz o espaço, este espaço produzido reproduz a sociedade, ou seja, age como um fator de coerção sobre esta, ordenando-a. Com isso, pretendemos mostrar também a importância da categoria espaço nas análises que tratam do desenvolvimento das relações sociais de produção na agricultura.

CAPÍTULO I – SÃO JOSÉ DO NORTE: o tempo não pára? Da análise da paisagem aos sistemas de produção

Ao se observar a paisagem do município de São José do Norte, podemos ver o contraste entre as transformações causadas pelo cultivo da cebola e pelo cultivo do arroz. Entretanto, a simples identificação do contraste não responde sobre o processo de alteração da paisagem que se desenvolve nesta área, e que a diferencia das demais. Ou seja, o atraso tecnológico e a falta de infra-estrutura que caracterizam o município contrastam com outras regiões onde houve desenvolvimento agrícola.

A estratégia de identificar os sistemas de produção tem por objetivo, demonstrar as diferenças na divisão do trabalho e da racionalidade dos negócios ao nível das unidades de produção, bem como a potencialidade de cada grupo e suas estratégias de reprodução, para que, num segundo momento, se possa identificar que agentes que determinam os processos geradores deste contraste e, principalmente, como estes se mantêm.

Assim, a partir da metodologia referenciada na introdução chegamos a três principais sistemas de produção:

- a) Sistema 1: a cebolicultura, divididos em produtores de base familiar e produtores/comerciantes;
- b) Sistema 2: a pecuária bovina, a cebolicultura e a rizicultura;
- c) Sistema 3: a rizicultura e a agroindústria.

A descrição dos sistemas neste primeiro capítulo visa identificar os principais setores produtivos na área de estudo, para que se possa apontar-nos demais capítulos que os contrastes é resultado de certa produção de relações sociais de produção.

1. A cebolicultura

1.1. A produção familiar

O primeiro, caracterizada a base da produção no Município, envolve o maior número de pessoas e predomina no Primeiro Distrito. Nesse sistema chamamos a atenção para a pouca divisão do trabalho devido à unidade familiar na produção e sua relação com os chamados “atravessadores”, aqui caracterizados como produtores/comerciantes, os quais estabelecem a ponte entre pequenos produtores e o mercado nacional.

Este sistema de produção envolve o maior número de estabelecimentos, e, portanto, o maior número de pessoas que trabalham no meio rural do Município. Nele se encontra a base da produção de cebolas que determina a forma da paisagem que vemos e por isso será descrito a seguir o funcionamento deste sistema.

Essas unidades de produção têm geralmente 15 a 20 ha, mas dependendo da localidade, podem ser menores. Isto é, em direção a 5ª Seção da Barra (ver mapa 1), principalmente entre a estrada e o canal, encontram-se propriedades de 2 a 7 ha, com o funcionamento igual às demais. Mas, seguindo-se pela BR 101, em direção a Tavares, na altura da localidade de Tesoureiro, encontramos uma grande aglomeração de unidades de produção de cebolas com base no trabalho familiar. Daí para o Retovado, Rincão do Barbosa e Barranco, são mais comuns as propriedades de 12 ha. Esta área vista em seu conjunto é baixa, com cotas mínimas de 6m. No entanto, devido à existência de pequenas ondulações no terreno os agricultores procuram fazer os canteiros de cebola nas terras baixas, procedendo de maneira contrária nos anos mais chuvosos.

Como a técnica adotada é a da rotação de terras, a troca de canteiros de cebola se dá em períodos de 3 ou 5 anos, sendo o efetivo pecuário muito pequeno. Preserva-se a vegetação nativa existente porquê serve como protetor dos fortes ventos característicos da região. Em direção ao arroio do Inhamé começa a diminuir o número de estabelecimentos cebolicultores. Dada a característica de terreno arenoso e sem cobertura vegetal aparecem glebas com reflorestamento de pinus (monocultura) sendo a maior parte da empresa FLOPAL. Na localidade de Passinho, Capivaras e Várzea predominam a população de pescadores, onde não se nota nenhuma atividade agrícola nas redondezas das casas ou vilas, indício de que não há, via de regra, sobreposição das atividades. Retomamos a BR 101, na altura do Passo da Miguelita, tanto pela estrada “velha” com pela “nova”, encontramos estabelecimentos classificados neste sistema.

O fato pouco comum é encontrado entre a estrada “velha” e a Lagoa da Torneira, pois os lotes têm pouca extensão de frente sendo maiores em profundidade, sobretudo onde se encontra a Lagoa e depois dela as dunas, impossibilitando a rotação de terras. Isto faz com que o período de uso do lote para a cebola seja maior, como também o uso de fertilizantes. Os tempos de cheias comprometem a produtividade, a qualidade e o tamanho da cebola, e conseqüentemente a renda do produtor. Rumo ao Estreito, Gravatá, Caminho do Meio e Bojuru, diminuem significativamente o número de estabelecimentos deste tipo (por predominar outros tipos de sistema de produção como veremos) embora ainda sejam bastante encontrados à margem da estrada principal.

Quanto aos instrumentos de trabalho (meios de produção), é característico deste sistema o uso de tração animal. É usual a junta de boi ou cavalo para puxar o arado móvel, mais comum, embora tenhamos encontrado também o arado fixo com cabo de madeira, bem como a grade. A maioria dos veículos utilitários é puxada a cavalo. Alguns poucos produtores têm camionete ou jipe, porém em mau estado, geralmente movido a gás de cozinha devido à falta de postos de combustível³ (aproveitando-se da falta de fiscalização).

Como a sementeira, o transplante, a capina, e mesmo a colheita é toda executada manualmente, os instrumentos são também rudimentares como a pá, a enxada, etc. Também é utilizado o sulcador para levantar um pouco a terra na base da planta, a fim de evitar o seu tombamento por ação dos ventos, chamado de “amontoa”.

Nenhum dos entrevistados deste grupo possui trator, embora praticamente todos manifestassem o desejo de adquiri-lo. A semente, bem como o adubo químico (embora usem também o orgânico), o calcário para correção, os fungicidas e pesticidas, são todos comprados no comércio. Quase todos têm uma pequena criação de vacas para o leite (ainda que às vezes emprestada), galinhas e eventualmente porcos. Destes, somente o porco é criado confinado, sendo o restante criado solto à volta das casas.

1.1.1.1 O Cultivo

A Cebola é praticamente cultivada do mesmo modo em todos os sistemas de produção identificados. Por isto, faremos a descrição da mesma forma de cultivo em suas características

³ Existem postos de combustíveis em São José do Norte e em Bojuru somente. Os demais foram abandonados ou se encontram em ruínas.

mais gerais, exceptuando-se na apresentação dos próximos sistemas algumas características que lhe sejam peculiares.

Os tipos disponíveis no estado são Aurora, Baía Periforme, Jubileu, Petrolini, Rio Grande, Crioula, Roxa RS, Pera Norte e Norte 14, pela ordem crescente de longevidade⁴.

A Aurora deve ser semeada em abril, transplantada em fim de junho/julho, oferecendo colheita em início de novembro, sendo a mais precoce dos cultivares existentes no estado. A Pera Norte que já ocupou mais de 80% da área dos municípios de São José do Norte, Tavares e Mostardas, é uma cultivar tardia, que deve ser semeada em maio/junho e transplantada em agosto/setembro e colhida em janeiro. A Norte 14 só difere das demais quanto à uniformidade dos bulbos. Esses três cultivares foram sendo gradativamente substituídos por cultivares mais precoces⁵. A Baía Periforme, a Jubileu, a Petrolini, a Rio Grande devem ser semeadas em maio, transplantadas em julho/agosto e permitem colheita em dezembro. A Roxa deve ser semeada, maio/junho. Destas somente a Baía e a Roxa não foram desenvolvidas em laboratórios de pesquisa. A primeira, introduzida e selecionada por cebolicultores portugueses e açorianos que se estabeleceram no litoral sul, hoje ocupa 70% da área utilizada no Estado; e a segunda foi cultivada pelos próprios produtores e sua área plantada vem aumentando gradativamente⁶. A crioula é comum em Santa Catarina, sendo pequena a área plantada desta cultivar no Estado.

O cultivo da cebola é anual, começando em maio e terminando em dezembro/janeiro com o transplante em julho/agosto.

Para o cultivo da cebola é necessária a formação de canteiros onde será semeado o cebolinho, muda que será transplantada para o canteiro definitivo. Esta cultura é desenvolvida em canteiros estreitos de 40 a 60 cm, normalmente por drenos (valetas) mais profundos dadas às características do solo. Os solos arenosos com problemas de drenagem, próximos do lençol freático, são facilmente inundáveis em épocas de chuvas prolongadas, ou apresentam déficit hídrico em tempos de estiagem. Ambas as situações são características do clima onde se situa a área de estudo. No preparo dos canteiros são utilizados o adubo químico e correção calcárea (esta em períodos que variam) como forma de minimizar e corrigir as características do solo arenoso, pouco fértil e com pH baixo, portanto ácido. Na etapa do preparo dos canteiros, a maioria dos produtores disse usar adubo orgânico como forma de baixar os custos de produção, exceto aqueles que não tinham nenhuma criação animal.

⁴ Versão preliminar de um programa estadual de produção e comercialização de bulbos e sementes de cebola, agosto de 1990, p. 23.

⁵ Idem, p. 25

⁶ idem, p. 45.

De qualquer forma, poucos produtores realizaram análise do solo no sentido de obter mais bem resultado, tanto visando à produtividade ou a racionalidade dos custos, limitando-se à adequação da época e à forma de aplicação. Para a grande maioria o lançamento da semente é feito sem ordem, o que compromete a semeadura e dificulta o combate a plantas daninhas as quais, neste sistema, são combatidas com o uso de agrotóxicos, ou como vem ocorrendo ultimamente, por medida de economia, com capina manual.

Nesta etapa sempre é utilizada a tração animal para a construção dos canteiros. O transplante das mudas se dá após um período de 70 a 90 dias da semeadura. Este trabalho é realizado manualmente. No canteiro definitivo, semelhante ao destinado ao cebolinho, as mudas são colocadas em um espaçamento de 0,12 x 0,15 x 0,10m, uma densidade considerada muito alta pelos técnicos locais⁷, o que compromete a produtividade, que giram em torno de 7 a 12 t/há, dependendo da unidade de produção. Entre o período de transplante e a colheita, são comuns as capinas, pois a cebola apresenta baixa competitividade com outras espécies vegetais não desejáveis que normalmente se desenvolvem conjuntamente.

A capina é manual neste sistema. Os canteiros definitivos são de tamanhos variados, conforme a topografia, abrigo da vegetação existente e a área disponível, visto que é normal a rotação de terras. Em um sistema adequado, 2,5 kg de semente são suficientes para a obtenção de 1 ha de plantio, ocupando aproximadamente 500m² para a semeadura.

Todos os agricultores entrevistados utilizam rotação de terras, devido à baixa fertilidade do solo (a terra é fraca), exceto um entrevistado, cuja unidade de produção estrangulava-se entre o banhado e as dunas do Passo da Miguelina, na estrada “velha”. A rotação de terras é realizada em períodos que variam de 2 a 5 anos, sendo mais comum o período de 3 anos, dependendo do tamanho da unidade de produção e da disponibilidade de terras agricultáveis. Os agricultores utilizam duas ou três áreas destinadas a canteiros de cultivo, possibilitando, no segundo caso menor tempo de uso e maior tempo de pousio.

Uma vez determinado o momento da colheita, normalmente evidenciada pelo tombamento da parte aérea da maior parte das plantas, é iniciado o trabalho de armazenamento e restiamento da cebola e daí passa a ser aguardado o momento mais oportuno para a venda. Para se ter uma idéia do número de horas de trabalho executado, ilustramos com um quadro elaborado por LUZZARDI (? , 41), com o objetivo de obter o custo da produção de cebola, durante a década de 60.

Fonte: - Levantamento realizado pelo autor para a obtenção do custo da produção da cebola.

TAREFAS	Horas Efetivas	%	Jornadas (a)
1. Lavração e gradagem	40	4	4,0
2. Formação dos canteiros	50	5	5,0
3. Adubação e estrumação	122	12	12,2
4. Plantação (semeação e transplante).	188	18	18,8
5. Capinas	233	22	23,3
6. Colheita e armazenamento	161	15	16,1
7. Restiamento e embarque	240	23	24,0
8. Combate a praga e eventuais	16	1	1,6
T O T A I S	1.050	100	105,0

(a) - A jornada é uma medida de trabalho. Representa a quantidade de trabalho humano diretamente produtivo e executado em 10 horas.

Para o sistema de produção de base familiar este quadro é significativo, pois as condições de produção não mudaram muito na década de 60 até a atualidade⁸. Devido à rotação de terras e a presença comum de áreas arenosas e/ou banhado, é comum os produtores utilizarem um terço apenas do total da área da unidade de produção. Mesmo como pousio, todos os produtores de cebola utilizam adubos, fertilizantes e agrotóxicos, normalmente comprados em São José do Norte sem consulta de preços. Estes insumos são utilizados somente na cultura da cebola, que é a única comercializável. Não há qualquer cuidado na aplicação de agrotóxicos. Os produtores aplicam os produtos descalços, sem proteção para as mãos ou o rosto. Poucos produtores falaram em cuidar a direção do vento na aplicação de tais produtos, como forma de evitar o contato direto do rosto com a nuvem de veneno produzida na aplicação.

Um fato que chama a atenção é a relação área plantada por produtor. Via de regra, é de 1 ha “per capita”. Difere apenas uma família entrevistada, sendo seis produtores para 3,5 ha de cebola. A razão principal da opção dessa família é de que em uma área menor, a cebola pode ser mais bem cuidada, e alcançar o preço melhor na venda por ter o produto um

⁷ Idem, p. 36.

⁸ Isto representa uma jornada para a cultura principal a cebola de 21,1 horas semanais de trabalho essencialmente manual. A que se somar a cultura de subsistência, a criação, tarefas e reparos domésticos. Ainda assim, o cebolicultor é comumente taxado de preguiçoso que só vive da produção de cebolas.

acabamento melhor. Isto não reduz a quantidade de trabalho, mas somente a área trabalhada. Nas safras de 1991 e 92, esta família vendeu sua cebola no final da safra, quando há pouca oferta do produto no mercado e o preço começa a subir. Além da produção e colheita tardia, o extremo cuidado possibilitou uma cebola de melhor qualidade, boa produtividade e tempo maior de armazenamento à espera da alta de preço. Então há redução da área, e não da quantidade de trabalho. Parece ter sido uma boa estratégia adotada como forma de aumentar a renda obtida com a cebola.

Em todos os demais casos, a relação hectare por produtor aparece no período de pesquisa exploratória quando encontramos produtores que trabalhavam em terras cedidas ou emprestadas em troca de um serviço qualquer. A única variação observada é a de que a área plantada por produtores mais jovens que pode variar em mais 1 ha por produtor, sendo a área plantada por produtores mais velhos (em torno de 60 anos) cai para 0,5 a 0,8 ha/produtor.

Os demais cultivos podem ser divididos em dois grupos, ou seja, o milho e o feijão, e a horta.

O milho e o feijão são plantados após a colheita da cebola no mesmo canteiro para aproveitar a “força da terra”, ou seja, o que restou do preparo para a cebola. Todavia é comum encontrar produtores que associam o milho e o feijão, plantando-os no costado ou nas cabeceiras do canteiro da cebola. Pode aparecer também, quando utilizados os canteiros da cebola, o plantio da batata doce, mais comum e mais adaptada que a batata inglesa, que na opinião dos produtores é de tamanho pequeno e de alto risco.

O milho é fundamental, pois fornece alimentação para a criação como porcos, galinhas e para os animais de tração. Entretanto, para boa parte dos produtores a produção própria não é suficiente, obrigando-os a comprar no comércio a suplementação da ração para os animais. Por isso existe uma relação entre os ganhos obtidos com a cebola, a produção do milho (sucesso ou quebra de safra) e o tamanho da criação. Se por um lado a criação de porcos abastece a família de carne e banha (que substitui o óleo vegetal comprado); por outro lado, quando a venda da cebola não gera os recursos suficientes para a compra do milho, traz como consequência a redução ou o desaparecimento da criação.

O feijão é juntamente com o arroz, a ração básica do agricultor. Por isso é o feijão a cultura de subsistência que os produtores mais plantam, e, salvo alguma quebra de safra, a produção é suficiente para o abastecimento da família⁹.

A horta, via de regra próxima a casa, raramente chega a um tamanho de 1 ha, sendo normalmente pequenas. Entretanto, nelas se encontra de tudo: o pimentão, o tomate, o repolho, a couve-flor, a couve, a beterraba, o rabanete, a cenoura, a abóbora, a mostarda, temperos diversos, o morango, a batata e a batatinha, batata-doce, entre outros. Alguns produtores têm tonéis com água para irrigar a horta, porém nenhum tem qualquer outro sistema de irrigação mais complexo. Próximo a casa sempre existe um pequeno pomar onde cultivam pêssegos, limão, laranja, goiaba.

A horta tem grande importância neste sistema de produção pois garante o abastecimento de gêneros alimentícios para a família. Perguntados se a alimentação representava muito ou pouco para o abastecimento do consumo familiar, dos quinze entrevistados, catorze responderam muito e um respondeu pouco. Em quase todas as respostas vinha o comentário de que economizavam muito com a horta, comprando apenas aquilo que não podem produzir, como por exemplo, arroz e o açúcar. Nos anos em que a cebola não alcança bom preço de venda é a horta que garante o abastecimento. Quando a cebola alcança um bom preço, muitas famílias com expectativas de renda se preocupam menos com a horta para fins de seu abastecimento, o que resulta em menos compras no armazém.

Mas, sucessivas safras com baixo rendimento têm feito com que a horta retome importância e os armazéns fiquem sem movimento. Como disse a dona do armazém: “aqui ninguém mais têm dinheiro”. Entre os motivos que contribuem para o aumento da quantidade ou variedade de produtos da horta está a solidariedade a parentes, amigos ou vizinhos necessitados e a garantia de uma disponibilidade de sementes.

Quando perguntados se o preço da cebola é alto, plantam menos para o consumo próprio, catorze produtores responderam que plantam a mesma quantidade e um respondeu afirmativamente. Se perguntados em conjuntura de preço baixo para a cebola, plantavam mais para o consumo próprio, oito produtores responderam afirmativamente, cinco que plantam a mesma coisa e um produtor respondeu que isso depende da qualidade da semente. Os que

⁹ A maioria dos produtores diz não plantar mais porque não consegue comercializar. Porém, um produtor entrevistado vem ampliando a produção de feijão, chegando a produzir 300 kg do produto. Não explicou como, mas consegue vender sua produção ao supermercado local. Muito empolgado, disse que pretende limpar o mato e aumentar a produção de tomate e pimentão, substituindo aos poucos a cebola. Este produtor nunca pensou na possibilidade de utilizar-se dos benefícios proporcionados pela eletrificação rural, ou da pavimentação da estrada (asfaltamento da BR 101), limitando-se a observar que ficaria mais fácil levar seus produtos na carroça a São José do Norte.

aumentam a produção para consumo próprio mostram a preocupação de “se defenderem melhor”, pois a exemplo dos últimos anos, pouco dinheiro tem sobrado da venda da cebola, o único cultivo comercializável.

Portanto, única fonte de obtenção de dinheiro. Os que responderam que plantam a mesma coisa a ambas as perguntas, salienta-se o fato de que produção da horta excede o necessário para o abastecimento da família, gerando uma sobra de alimentos, a ponto de alguns produtores dizerem que se aumentassem a produção da horta acabariam jogando fora certa quantidade, visto que o máximo que eles conseguem é a doação, pois não há comercialização desses produtos na região.

Na horta não é utilizado adubo químico nem agrotóxico, pois além de não ter retorno em dinheiro não há necessidade de aumento de produtividade. Alguns produtores alegam que o uso de agrotóxicos é prejudicial à saúde. O problema principal verificado na horta é o da irrigação em tempos de estiagem.

A remuneração do produtor, ou a sua forma de obter dinheiro, se limita à comercialização da cebola. Portanto, esta é a única mercadoria que possibilita a aquisição de bens que não são produzidos na unidade de produção.

Sendo a cebola o único produto comercializável pelos pequenos produtores, e não havendo entre eles casos de assalariamento, é freqüente a queda de preço da cebola não compensando o transporte, havendo mesmo a falta de pagamento pela mercadoria vendida. Resta uma pergunta: o que garante a reprodução do cebolicultor? É a horta que cumpre o papel de garantir a alimentação do produtor e sua família, visto que não sofre variação da área plantada mesmo quando a cebola aumenta ou diminui seu preço.

Entretanto, apesar da produção diversificada, constatada através das entrevistas e das visitas nos trabalhos de campo, não há por parte da pesquisa agrônômica uma preocupação com esta atividade. Os estudos da EMBRAPA sediada no município de Pelotas, buscam viabilizar o cultivo de trigo, soja, arroz e cana-de-açúcar, por exemplo. Ora, estes cultivos se viabilizam em propriedades bem maiores que as encontradas e que não caracterizam a área de estudo. Não existem estudos agrônômicos sobre outras cultivares além da cebola característica da área.

Outro cultivo que adquire importância é o alho que se adapta às condições de solo e clima da área de estudo, tendo o produtor conhecimento de como cultivá-la. Entretanto, apesar de ser um cultivo que alcança bom preço não se desenvolveu uma produção comercial. O período em que houve a maior produção de alho foi de 1982 a 1985. A partir desta data a falta de comercialização levou os produtores ao abandono deste cultivo com fins comerciais.

A rotina da família é caracterizada pelo fato de todos os seus membros trabalharem em todas as etapas do cultivo da cebola e da horta, bem como todos participarem da pequena criação. Claro que as tarefas como o preparo da terra, a lavração e gradagem, formação de canteiros, adubação e estrumação, são feitos por adultos, homens preferencialmente. A partir daí, tarefas como plantação (semeadura e transplante), a capina, a colheita e tarefas do armazenamento são realizadas por todos, mulheres e crianças. Quando o filho homem se aproxima da maioridade passa a ganhar parte da cebola plantada para vender quando e para quem quiser, embora decisões como quantidade a ser plantada, o quanto investir, seja tomado em conjunto, com uma maior influência do chefe da família. Mesmo se houver uma divisão da área plantada da cebola, todos trabalham em todas as etapas.

Assim, os produtores plantam em diferentes períodos dentro da época de plantio e transplante, o que permite a “troca de favores”, ou seja, independente de uma emergência, uma doença ou qualquer outro impedimento do trabalho, os produtores costumam prestar serviços uns aos outros, principalmente nas etapas que exigem muito trabalho manual.

Neste sistema de produção não foi observada nenhuma forma de parceria. Existe a troca de serviço ou simples empréstimo da terra (principalmente a amigos e a parentes e no máximo 1 ha). É freqüente neste sistema a troca de alimentos, tanto agrícolas, como da criação. Por exemplo: quando um produtor abate um porco ou uma rês, é comum oferecer o excedente aos vizinhos, que lhe retribuem em uma outra ocasião da mesma forma. Ficou constatada também em agricultores que moram próximo as vilas de pescadores, a troca de produtos, principalmente da horta, por peixe ou mesmo camarão, sendo o peixe mais comum, visto que o camarão é o principal produto comercializável para os pescadores¹⁰. A falta de condições de armazenamento deve contribuir para isto.

Normalmente os produtores deste sistema trabalham intensivamente de abril/maio a dezembro/janeiro, na safra da cebola e com as culturas da horta. Findada a safra da cebola, aqueles que plantam o milho e o feijão depois da colheita principal, passam à atividade da limpeza e conservação da cebola. Esta atividade consiste em tirar as túnicas externas das cebolas para dar uma melhor aparência na hora de vender e separar as cebolas que vão apodrecendo para não afetar as demais. Isto é feito muitas vezes no galpão à noite, com pouca luz, o que levou muitos agricultores a desejarem energia elétrica de rede.

Um jovem agricultor de 26 anos relatou que depois da limpeza da cebola, até o plantio do cebolinho se passa por um período ocioso, pois não conseguindo comercializar outro

¹⁰ Cabe avisar que a população de pescadores não foi estudada, visto que esta atividade artesanal pouco interfere na dinâmica da agricultura. Apenas dois entrevistados pescavam camarão e eram agricultores.

produto que não seja a cebola, não há muitas atividades a fazer. Normalmente os produtores costumam ir pouco à cidade. É mais frequente irem a São José do Norte, Tavares e a Mostardas secundariamente. Geralmente buscam esses lugares por motivos de saúde, para sacar a pensão ou a aposentadoria, ou para fazer compras no supermercado¹¹.

A política pouco lhes interessa. Raras são as famílias que possuem televisão a bateria. Mas é comum o rádio, que desempenha funções como a de dar recados para parentes ou amigos, informa a comercialização da cebola e veicula avisos. A escolaridade é muito baixa, sendo que a maioria dos agricultores lê muito pouco e mal escrevem o nome. Ainda que os adultos manifestem o desejo de que os mais jovens estudem, tampouco estes ultrapassam a 3ª série do fundamental nas precaríssimas instalações das escolas de ensino existentes.

Após a colheita e armazenamento da cebola ocorre maior movimentação. Os chefes da família ou filhos que têm alguma parte da cebola costumam ir a São José para tomar ciência do preço. Mesmo anunciada pela rádio local, a maioria prefere se informar na cidade, principalmente em frente ao restaurante Brisamar, onde vendedores e compradores de cebola se encontram. É então comum os maridos levarem as esposas para passear e fazer um lanche. Assim a maior parte da atividade social e econômica da família é toda regulada em função da cebolicultura.

1.1.2 – A comercialização da cebola

A maior parte do comércio da cebola é realizada na rua onde os produtores encontram os compradores e então efetuam o negócio. O produtor proprietário da cebola, traz da sua unidade de produção a mercadoria e a expõe aos compradores. O transporte é feito de caminhão, podendo ocorrer também em pequenas camionetes ou reboques puxados a trator. Combinado o preço da cebola é vendida no ato. Ocorre que o preço oscila muito durante a safra. Independentemente da taxa de inflação, essa oscilação depende da oferta do dia, ou seja, da quantidade de cebola que chega a cidade, e da procura pelos grandes atacadistas, principalmente de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco. Outrora, os compradores de outros estados eram em número bem superior aos compradores locais. Hoje a situação se inverteu porque a região produtora de cebolas do estado de Santa Catarina atrai mais os

¹¹ No passado muitos compravam nos armazéns existentes. Hoje as compras são feitas no Supermercado da cidade. Além do preço ser mais vantajoso, muitos produtores quando recebem o dinheiro da venda da cebola já compram o que necessitam e podem para o ano todo. Pagam à vista do dono do Supermercado e retiram a mercadoria ao longo do ano.

primeiros. Independentemente da origem dos compradores, o preço e o negócio são realizados no ato da exposição do produto. O pagamento ao produtor é invariavelmente feito a prazo, normalmente em 20 dias, obrigando o produtor a retornar a cidade em busca do dinheiro junto ao comprador.

O frete é pago pelo produtor. Assim sendo, o produtor vende a cebola no dia em que houve o transporte e aos olhos do comprador que a classifica superficialmente quanto à qualidade e tamanho, e muitas vezes são pressionados pelo proprietário do caminhão a efetuar o negócio rapidamente para que este possa realizar novos fretes. Quanto maior a demanda de cebola, portanto, menos favoráveis são as condições para o produtor.

Não existe contabilidade, nem por parte dos produtores nem dos comerciantes, pelo menos os locais, nem tampouco comprovante de compra e venda da mercadoria. Os negócios são efetuados “de boca”. Assim os produtores, na maioria analfabeta ou com nível baixo de escolaridade, tornam-se presas fáceis para o logro ou até mesmo o não pagamento pela venda da mercadoria. A cebola apesar de ser considerada indispensável na culinária como tempero não é um produto de primeira necessidade o que somada à forma como se dá a comercialização e ao volume da colheita influencia na oscilação de preços de uma safra para outra.

Segundo LUZZARDI (?, 24-25) o produtor do litoral do Rio Grande do Sul, depende da cebolicultura mais do que o produtor da colônia, visto que este, pela adoção da policultura tem mais opções ao seu dispor, ao contrário dos produtores da área de estudo. Luzzardi constata que a partir da safra de 1961/62 o preço da cebola sofre majorações consecutivas. “Em vista disto”, escreve, “o agricultor passou a dedicar-se mais intensamente à cebolicultura, o que provocou, em conseqüência, o aumento físico da produção e o aviltamento do preço. Daí pra cá, tal procedimento vem se repetindo sucessivamente, sendo que o processo acontece em escala nacional” (LUZZARDI, ?, 25).



Nos anos seguintes esta oscilação continua e alguns fatores concorrem pra isto. Até meados de 1985, a cebola produzida no Rio Grande do Sul tinha um calendário diferenciado dos estados produtores para a comercialização, como se pode notar nas figuras abaixo:

CEBOLA - ÉPOCAS DE COMERCIALIZAÇÃO
- Brasil -

TIPO	ILHA	NORTE	CANARIAS	PERA e ILHA	CANARIAS e ILHA	CANARIAS e ROXA	X
ESTADO	RS	RS	PE	PR e SC	SP	MG	Espanha (2)
Janeiro	■	■		■	■	■	
Fevereiro	■	■			■		
Março	■	■			■		
Abril	■	■					
Mai	■	■					
Junho	■	■					
Julho							■
Agosto			■				■
Setembro			■				■
Outubro			■	■	■	■	■
Novembro					■		■
Dezembro	■				■	■	

(2) - Também Argentina e outros países

FONTE: LUZZARDI

32

OFERTA PRODUTO GAÚCHO

PERÍODO DE:

MESES	N	D	J	F	M	A	M	J
OBS								
Antes		RS	RS	RS	RS	RS	RS	
Hoje	SC SP	SC SP	SC RS	RS	RS	SP PE	SP PE	SP PE

FONTE: EMATER/SIN

Isto facilitava o abastecimento por parte dos produtores locais, que dependendo da necessidade do mercado – variação na demanda ou na oferta por quebra de safra na área de estudo ou de outras regiões produtoras – poderiam lograr ganhos espetaculares em algumas safras, mesmo levando-se em conta os preços dos produtos de origem agrícola. Podemos somar a isso também, o fato que, a partir dos anos 1960, o processo de modernização da agricultura – produção urbano-industrial – expulsou milhares de pequenos produtores do

Estado, o que não aconteceu na área de estudo até os dias de hoje. Assim, esta área se especializou na cebolicultura¹² remunerando ciclicamente o pequeno produtor.

PERÍODO DE OFERTAS DE CEBOLA NO PAÍS													
ESTADO	PRODUÇÃO (87/88) TON	PERÍODO DE OFERTA											
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
RS	124.274	X	X	X	X	X	X					X	X
SC	211.697	X	X	X	X	X	X					X	X
PR	27.240	X	X	X	X	X	X				X	X	X
SP	266.696												
Soqueira					X	X	X	X					
Claras Precoces							X	X	X	X	X		
Baixas Perifoneas										X	X	X	X
BA	86.199					X	X	X	X	X	X	X	X
FE	28.416					X	X	X	X	X	X	X	X
Outros	10.577								X	X	X	X	

FONTE: EMATER São José do Norte

A partir de meados de 1985, através de um programa de melhorias na cebolicultura desenvolvido pela ACARESC, o estado de Santa Catarina ultrapassou o volume de produção e produtividade o estado do Rio Grande do Sul, abastecendo o mercado no mesmo período.

Com o custo menor de produção, menor relação de distância e tempo de circulação dos principais dos principais centros consumidores, a cebola catarinense passou a ditar os preços nos últimos anos, diminuindo o lucro dos cebolicultores gaúchos e aumentando a oferta do produto no mercado. O resultado foi a interrupção da variação cíclica do preço da cebola, não havendo o ganho maior eventual do produtor. Nas entrevistas percebemos que poucos produtores conhecem a existência deste novo fator, ou mesmo sua dimensão, e muitos ainda esperam que a cebola volte a ter seus preços majorados como ocorria no passado.

Todavia, importante ressaltar que a cebola comparada a outras culturas garante uma boa produtividade e ao longo das últimas três décadas, e garantiu bons rendimentos aos produtores. Nos últimos anos, porém, um fenômeno menos freqüente no passado hoje é mais rotineiro: trata-se do ato de jogar fora a produção de cebolas, uma vez que o ganho não paga, muitas vezes, nem o frete até a cidade. Nessas ocasiões, uma parte da cebola é dada aos animais de criação, outra parte vai para o adubo e o restante é jogado à beira da estrada.

¹² Ou, dada a possibilidade de remuneração do capital na agricultura, a partir dos pacotes agrícolas, a região do Planalto bem como outras, outrora policultoras, se diferenciaram.

1.1.3 Expectativa desses produtores

Como foi mostrada, a própria oscilação da cebola se deve a uma falta de estratégia comum dos produtores. A falta de uma contabilidade não permite ao produtor enxergar a queda do preço principalmente após a entrada da produção de cebolas catarinenses no mercado. Os produtores percebem apenas o aumento das taxas de juros bancário devido crescimento da dívida com os bancos nos últimos anos e a pouca quantidade de dinheiro que sobra após a comercialização. A queda do preço da cebola se deve principalmente, como já foi dito, à oferta da cebola catarinense que com um custo mais baixo, é mais competitiva determinando o preço.

Além destes fatores, 70% da área plantada da cebola são do tipo Baia Periforme, introduzida pelos produtores portugueses e açorianos, em detrimento de cultivares com maior produtividade, tempo de armazenagem desenvolvida pela EMBRAPA (aurora), ou a Estação Experimental de Rio Grande (Jubileu, Petrolini, Rio Grande).

Assim, a tendência é que a cebola não venha mais a remunerar o cebolicultor, se continuar este quadro. A falta de expectativa deste tipo de produtor é demonstrada pela manifestação do desejo de que os filhos deveriam estudar ou fazer uma atividade fora da agricultura. Na impossibilidade disto preferem a continuidade da atividade agrícola porque a vida na periferia da cidade é pior.

1.2 – A produção dos comerciantes de cebolas

Estes produtores têm na cebola o principal produto agrícola. O sistema de cultivo é muito semelhante ao anteriormente descrito. Entretanto, existe outra atividade além da agricultura que é o comércio da cebola, o que não os diferencia quanto ao sistema de produção, mas sim como produtores agrícolas e atores sociais.

Tanto o tamanho do estabelecimento como da área de plantio da cebola são em média maiores, variam de 30 a 100 ha em tamanho e plantam de 15 a 30 ha de cebola. Os produtores de cebola que também a comercializam têm seus estabelecimentos próximos à sede do Município, incluindo a nativa, em tudo se assemelha às anteriormente descritas.

Existe uma combinação do uso da mão-de-obra e de máquinas. Os produtores/comerciantes possuem camionetes, tratores, não raro caminhões, implementos

como grades, arados, disco, roçadeiras. No entanto o trator só é usado normalmente no trabalho de preparação da terra dos canteiros aonde será transplantada a muda de cebola. No canteiro onde é semeado o cebolinho é comum utilizarem diaristas e tração animal. A adubação é feita como no sistema descrito anteriormente, isto é, com adubo orgânico e químico. Vários produtores utilizam irrigação artificial na etapa do cebolinho em época de estiagem. De resto, os canteiros e o cultivo de cebola, ocorrem como já foi descrito, isto é, não se diferenciam dos pequenos produtores familiares.

Os produtores/comerciantes utilizam mão-de-obra assalariada no plantio do cebolinho, no transplante da muda e na colheita. Para esta etapa se valem do trabalho de diaristas que normalmente moram em São José do Norte, ou é recrutada em lugares próximos a unidade de produção. Via de regra, são transportados todos os dias em dois turnos, em camionetes ou caminhão, da cidade até o local de trabalho. O primeiro turno começa às 7 horas da manhã e termina às 13 horas, e o segundo das 13 até às 19 horas. Assim, não fazem refeição no local. Estes diaristas são em geral originários de pequenas propriedades que deixadas, vendidas ou arrendadas e foram para a cidade.

Todos os produtores/comerciantes possuem um chacreiro que cuida e administra o estabelecimento. Todavia, não encontramos assalariamento nesta relação de trabalho. A forma é a parceria, ou seja, o proprietário paga em cebola em cotas que variam de 10 a 20% da produção. A quantidade a ser plantada é definida pelo proprietário, bem como a área correspondente ao chacreiro. Após a colheita este tem o direito de vender a sua cebola ao proprietário ou a outro comerciante qualquer, não havendo obrigatoriedade nas vendas. Poucos chacreiros têm horta. A sua alimentação é comprada na cidade pelo proprietário que depois a desconta na safra. Quando há horta, tanto os implementos quanto a adubação podem ser usados pelo chacreiro.

1.2.1 – A atividade de comercialização

Os produtores/comerciantes que são majoritários entre os comerciantes locais tanto em número como em volume de negócios realizados com a cebola são em sua maioria nortenses e filhos de produtores tradicionalmente comerciantes e geralmente ligados à classe política local. Com base nas entrevistas realizadas, pôde ser constatado que o interesse por esta atividade se deve a uma forma de defesa do aviltamento de preços que a cebola sofria no passado. Esses produtores/comerciantes fazem à ligação, através da compra da produção da

cebola, dos produtores de base familiar com os grandes atacadistas dos centros consumidores. Há dois preços para a cebola comercializada em São José do Norte. O preço pago pelos produtores/comerciantes pela produção de base familiar – e mais a produzida no sistema 2 que será examinado a seguir (pecuária, cebola e arroz) – e o preço pago pelos atacadistas aos produtores/comerciantes. Dois comerciantes relataram que a diferença entre estes dois preços já chegou a 20% no passado, e de 1987 até 1994 alcança 5%, mais ou menos, período esse em que se efetiva a concorrência feita pelos produtores catarinenses. Um deles relatou também que acompanha há quatro anos a produção de Santa Catarina e que lá, além do transporte e do custo de produção ser menor, a qualidade da cebola catarinense é melhor porque aquelas cultivares apresentam menor índice de doenças.

Nenhum dos entrevistados faz qualquer tipo de contabilidade, sendo por isso impossível avaliar com exatidão o comportamento destes dois preços. Os negócios são feitos “de boca”, entre os sócios das firmas de comércio, bem como entre os atacadistas. As guias de recolhimento de ICM e/ou outros impostos e o seguro, quando há, não representam evidentemente a realidade, pelo preço adulterado, por isso não podendo ser constatado.

A queda da margem de lucro se deve ao fato de que no passado o preço era definido a partir da quantidade de cebola existente no mercado e a necessidade dos grandes atacadistas. Portanto sobre o preço havia uma influência dos produtores/comerciantes e a remuneração, ainda que por vezes mínima dos demais produtores.

Recentemente, os produtores catarinenses exercem influência na negociação do preço, o que estreitou a margem de lucro obtida nesta forma de comercialização, sob pena de os produtores não levarem a cebola para vender até a cidade. Assim, muitos dos produtores de fumo em Santa Catarina passaram a produzir cebola, de fácil cultivo e maior rentabilidade, o que concentrou o interesse dos grandes atacadistas que chegam à área de estudo, confrontando os preços com os de lá.

Por esta razão a crise não é passageira e a saída seria a diversificação de culturas coma redução da área de plantio da cebola, na opinião dos produtores/comerciantes. Alguns acham, ainda, que com a pavimentação da estrada isto se viabilizaria. Fala-se, também, no incremento da pecuária. Há ainda os que têm terras em condições de plantio de arroz e estão procurando investir nesse ramo e/ou em uma produção mais intensiva de feijão ou milho.

A atividade com a cebola desenvolvida por esta classe de produtores, embora com uma racionalidade semelhante à dos produtores familiares, tem uma garantia de lucro em qualquer tempo, pois independentemente da variação do preço da cebola na safra, ou de uma

safra para outra, a margem de lucro no atravessamento para o atacadista é garantida, bem como a garantia de um preço maior, visto que o preço pago é o do atacadista de fora.

Para ilustrar isto, relataremos um fato observado na safra 89/90. No início desta safra o preço da cebola estava baixo e muitos produtores distantes da sede municipal jogavam fora a cebola precoce. Um produtor/comerciante percebeu que o custo do trabalho dos diaristas não seria coberto com o preço da venda naquele momento. Que fez? Como forma de amenizar o prejuízo da cebola já plantada tentou diminuir a remuneração dos diaristas, o que não foi aceito por eles. Então o produtor deu a safra aos diaristas com a condição de ao colherem-na vendessem a ele. O negócio foi fechado pelo preço baixo vigente, e os diaristas na ilusão do “presente”, venderam a um preço aviltado sua força de trabalho e o produtor lucrou a diferença entre o preço da compra e a venda ao atacadista, amenizando o seu prejuízo.

Os produtores/comerciantes entrevistados residem todos na cidade, e tem aí seu estabelecimento de comércio. Neste prédio ocorre a seleção das cebolas, existindo sempre um pequeno escritório onde o produtor administra seus negócios. Equipados com máquina de escrever, de calcular, escrivantina, telefone e algumas cadeiras, sem, contudo demonstrar ser um local de trabalho pela organização e uso, visto que a maioria dos negócios é feita diretamente na rua. Por vezes utiliza-se de um caderno para anotar alguns negócios efetuados. Na época da safra, o prédio fica cheio de diaristas, também mulheres e crianças vindas da periferia cujo trabalho é cortar a cebola da réstia e colocá-la em um galão. O trabalho é pago pelo número de galões cheios. Após, a cebola é conduzida para uma máquina rudimentar que classifica a cebola por tamanho, para ser ensacada, uma vez que a cebola é vendida conforme o tamanho e a aparência, visto que os compradores assim o exigem. Os diaristas trabalham sentados no chão. Não é a norma efetuar-se qualquer contrato de trabalho.

1.2.2 – Expectativa destes produtores

O afastamento dos comerciantes de outros estados em função do mercado catarinense, deixa aos comerciantes locais uma fatia maior do mercado local. Todavia como já foi explicada, a margem de lucro nesta atividade diminuiu. Assim, os produtores/comerciantes manifestam interesse na diversificação dos negócios e da produção. Vêm, contudo, a possibilidade de seus filhos continuarem as atividades de produção e comercialização.

Ainda que a oferta de mão-de-obra para o trabalho assalariado venha aumentando nos últimos anos devido ao aumento gradativo de famílias que abandonam o campo para a cidade,

a queda no preço da cebola não estimula os produtores/comerciantes ao aumento da área plantada. Pelo contrário, manifestam o desejo de diminuir a área plantada e, se puder optar por outra cultura comercializável, assim procederão. Existe, portanto, uma dependência clara desses produtores em relação aos produtores de base familiar, pois é da atividade comercial que obtém o lucro maior. Isto se manifesta no tratamento especial dado aos produtores na compra da cebola, no cumprimento do pagamento e no estímulo à continuidade do plantio da cebola. A recíproca é verdadeira, pois, sendo a cebola o único produto comercializável pelos pequenos produtores, a dependência também ocorre dos pequenos em relação aos atravessadores. Outro fator que estimula a atividade é o fato de que a maior parte da elite política local ser de produtores/comerciantes ou pessoas ligadas à família destes, o que faz com que os projetos municipais, principalmente na esfera ideológico-cultural se manifestem pela manutenção desta relação produtor/comerciante e o produtor familiar. Mas isso será desenvolvido adiante.

2. A pecuária associada à cebolicultura (e a rizicultura)

Esse sistema de produção predomina na área que compreende o 2º Distrito, Estreito e Capão do Meio, dissipando-se no 3º Distrito, onde há o predomínio do que aqui está sendo chamado do sistema 3 no 2º Distrito, na medida em que aí há água disponível, como podemos observar nos mapas 2 e 3.

Como já foi relatada na introdução a evolução da estrutura fundiária originou propriedades compridas, com pouca frente para a estrada, que giram em torno de 100 a 200 ha, podendo-se encontrar estabelecimentos com 500 ha. Estas estruturas têm grandes poteiros para a pecuária extensiva, localizadas nas terras mais baixas; e localizadas nas terras mais altas a cultura de cebola, próximas à estrada. Por isso mesmo, a vegetação nativa é preservada nestas áreas e aparece menos ou inexistente nos poteiros maiores.

A topografia apresenta menores variações que no 1º Distrito, assim, é possível perceber ao longe o horizonte, notando-se a diferença no cercamento das terras, mais disperso, principalmente entre a BR 101 e a Laguna dos Patos.

Praticamente todos os entrevistados neste sistema possuem trator em torno de 70 HP e alguns implementos como arado, roçadeira, reboque, grade, etc. Alguns chegaram a ter no passado colheitadeiras para o arroz (todavia vendidos como será explicado no item 2.2). Estes equipamentos diferem daqueles do sistema anterior por serem utilizados na pecuária, sendo

que a cebola é produzida nos mesmos moldes dos sistemas já descritos, e, portanto com os mesmo meios de produção. Todavia, não foi encontrado nenhum sistema de irrigação, mesmo que rudimentar como nos estabelecimentos dos produtores/comerciantes. Muitos produtores possuem camionete ou jipe, porém poucos tiveram ou ainda tem caminhão.

2.1 A pecuária e a cebolicultura

A pecuária é desenvolvida de forma extensiva, não sendo necessariamente associada ao cultivo do arroz. A área que não é cultivada com a cebola é destinada para a pecuária. Entre os entrevistados o número de cabeças de gado bovino gira em torno de 100 a 200 reses. A pecuária, ao contrário do sistema anterior, é uma atividade comercial importante. O gado vivo é vendido a compradores que escoam a produção através de Tavares e Mostardas. Esses produtores também não têm nenhum tipo de contabilidade. Não investem na procura de melhorias de qualidade ou de produtividade das raças. Até mesmo alguma cultura forrageira para o inverno segue o exemplo da pecuária tradicional da campanha gaúcha, ou seja, é eventual e sem acompanhamento técnico, normalmente ligado à liberação de crédito a juros subsidiados pelo banco.

A cebola é plantada neste sistema em regime de parceria. Por isso mesmo os proprietários plantam entre 18 e 30 ha com vários parceiros. A cota é normalmente 50%. O plantio é feito de forma semelhante à dos produtores/comerciantes, ou seja, o canteiro de cebolinho preparado com tração animal e o canteiro definitivo com o uso do trator. O detalhe é que a terra onde será plantada a cebola do proprietário é preparada primeira, na época mais adequada.

A comercialização é feita nos moldes da produção familiar com a venda independente do proprietário e do parceiro. Também neste caso, os produtores vão à cidade para saber o preço da cebola, bem como para decidir o melhor momento da venda. Quanto aos produtores parceiros da cebola, estes podem encontrar duas situações: os que possuem uma pequena quantidade de terra e plantam de 0,5 ou 1 ha nas terras do parceiro; e os que possuem uma área maior e fazem parceria nas suas terras. Em ambos os casos, os produtores possuem uma horta para a produção de alimentos que cumpre o mesmo papel da produção familiar já anteriormente analisada. O pequeno tamanho das unidades de produção dos produtores parceiros da cebola se deve à herança da estrutura fundiária, limitando-se estas unidades às proximidades da estrada como podemos observar no roteiro de fotointerpretação.

As habitações se encontram em pior estado que dos outros casos já analisados, e se observando em seus interiores, podemos notar que o número de utensílios domésticos é menor e em pior estado de conservação se comparado aos produtores ceboleiros do 1º Distrito, o que permite concluir que a remuneração na atividade seja menor. Os investimentos nas lavouras de cebola são feitos pelo proprietário.

2.2 A cultura de arroz

Alguns produtores deste sistema relataram que nos anos de 1985 a aproximadamente 1987, investiram na cultura do arroz. Compraram máquinas colheitadeiras e deram início a uma cultura própria. Todavia, nesse período, sucederam-se estiagens que impossibilitaram o desenvolvimento da atividade, o que os levou a abandoná-la e a venderem as máquinas. O arrendamento de terras para arroseiros do Sistema 3 é pouco comum. Algumas experiências feitas neste sentido, não lograram sucesso pela falta de pagamento dos respectivos arrendamentos¹³.

2.3 O nível de investimentos e as perspectivas

É importante deixar claro neste item que, apesar dos produtores deste sistema têm a cebola como fonte de renda importante, e de serem proprietários com estabelecimentos considerados grandes para a área de estudo, a sua racionalidade econômica é semelhante às demais. Ou seja, não há contabilidade nem investimentos com o propósito de ampliação de capital. A compra de terras poderia ser assim considerada, mas, hoje, compete com as empresas arroseiras do terceiro sistema em situação desvantajosa. Assim sendo, o nível de investimentos é baixo e os projetos para ampliação ou diversificação inexistem. Se for verdade a influência da estiagem, o que precipitou o abandono da então nascente rizicultura para este grupo (local, portanto), bem como a diminuição da área de plantio para os produtores do sistema 3, é verdade também, que os rizicultores passaram a contar cada vez menos com subsídios do Governo Federal neste mesmo período, fato comum para toda a

¹³ As causas do abandono da atividade rizícola e a venda de máquinas são baseadas no relato dos produtores e dos técnicos mais antigos, pois não foi possível encontrar dados no Banco Brasil, ou constatar a estiagem através de dados pluviométricos.

agricultura. Portanto, se mantiveram na atividade os agricultores já capitalizados, ou com a formação de conglomerados. A racionalidade dos negócios neste sistema é tão arcaica quanto a dos cebolicultores do primeiro grupo, e deles só diferem na potencialidade do tamanho da unidade de produção, o que possibilita a exploração da atividade pecuária extensiva.

3. A rizicultura e a agroindústria

3.1 Aspectos gerais

Como este ramo da produção já foi bastante abordado em diversos estudos, vamos limitar esta análise às características desta atividade empresarial, bem como às peculiaridades que esta assume na área de estudo. Portanto, não pretendemos esgotar ou mesmo ampliar a discussão sobre rizicultura, pois este não é o objetivo do trabalho. Chamamos a atenção para o fato de que o procedimento para o cultivo do grão na área de estudo é idêntico à rizicultura praticada em outras áreas do Estado.

A cultura do arroz em caráter empresarial associada à pecuária, predomina no Terceiro Distrito do município de São José do Norte, com pequenos enclaves no Primeiro Distrito, como se pode observar no mapa 3. Os casos de arrendamentos para a lavoura de arroz são poucos comuns, pelos motivos já expostos, sendo mais comum à propriedade direta da terra.

A região da restinga é caracterizada pela presença de banhados e áreas facilmente inundáveis. Todavia, a topografia plana não permite que o volume d'água represado não seja muito grande. A proximidade da Laguna dos Patos serve com outra fonte de abastecimento de água, mas em tempos de estiagem torna-se impraticável pela salinização das águas, pela penetração do oceano pelo canal de Rio Grande. Assim, esta alternativa é utilizada enquanto não ocorre a “salga da lagoa”, podendo ser armazenada em diques construídos. A alternativa possível é a de abertura de poços como fonte de obtenção de água. Entretanto, dada à inexistência de rede elétrica na região dificulta esta possibilidade.

Não havendo rede de energia elétrica, toda energia utilizada na lavoura ou nos secadores tem como fonte alimentadora o petróleo. São utilizadas desde pequenos geradores à gasolina, até geradores de porte a diesel. Na lavoura as bombas de água utilizam o eixo de força do trator. Embora seja uma região onde existe a predominância dos ventos fortes, esta alternativa não é utilizada, nem existem experimentos deste tipo de energia.

O arroz é escoado pela BR 101 em direção a Mostardas. Até esta cidade é transportado em caminhões de dois eixos (8 t), depois trocados por carretas que seguem em direção a Rio-São Paulo. A estrada como já foi dito, é aparentemente intransitável, no entanto nas entrevistas, como obstáculos para a produção de arroz, a água e a energia ganharam destaque. Algumas vezes a estrada nem foi mencionada como obstáculo. De toda sorte, é claro que a estrada eleva o custo da produção.

As grandes empresas possuem seus próprios secadores. Os poucos arrendatários ou produtores eventuais têm alguns. Contudo, encontramos um secador de arroz em Capão do Meio, a margem da BR 101, que pertence a um rizicultor proprietário de menos de 1 ha de terra onde se instalou o secador. Ele arrendou há alguns anos terras nas proximidades para a produção de arroz, e se abastece de água de um banhado próximo. O secador é alugado a outros produtores vizinhos.

3.2 o grupo Joaquim Oliveira

Com aproximadamente 6.000 ha de terras no município, esta é a mais importante empresa presente na área de estudo. Dado o impacto de seus projetos daremos especial importância ao grupo formado por várias granjas localizadas na área de estudo. Em Pelotas possui uma unidade beneficiamento, a SUPRARROZ, e no município de Rio Grande, próximo a Vila do Taim, possui uma unidade de produção de pecuária bovina e lavoura de arroz, entre a BR 101 e a Lagoa Mirim.

A área total destinada à produção de arroz em São José do Norte é de aproximadamente 2.000 ha, a metade da área total plantada no Município nortense. Entretanto, na safra de 90/91 foram plantados 1.500 ha e reduzidos nos últimos anos a 1.000 ha devido à estiagem e aos problemas de obtenção de água.

A granja existente no Bojuru, no 3º Distrito de São José do Norte, vem recebendo do grupo maiores investimentos nos últimos anos. Neste sentido, a granja já possui várias casas, diferenciadas no tamanho e no conforto dos funcionários, visando aumentar a permanência destes, pois este é um dos problemas a empresa, devido ao isolamento de outros centros urbanos.

Como em toda cultura arrozeira de porte, a paisagem é toda alterada pela construção de canais para a irrigação, curvas de nível e represas de água. Grandes armazéns e secadores fazem parte deste quadro. A empresa conta com um grande número de tratores de grande

potência, inclusive tratores ENGESA, e os implementos necessários. Conta também com um grande almoxarifado responsável por toda a manutenção da granja.

O escoamento do arroz é feito por uma balsa que liga um pequeno porto construído na foz da barra falsa (ver foto 3) com a Laguna dos Patos, junto as sede da granja e ao armazém, rumo à cidade de Pelotas, sede da SUPRARROZ, que beneficia e embala o produto para o mercado. Esta via de escoamento baixa o custo de produção, pois a chata transporta de maneira mais econômica o equivalente a carga de 30 caminhões, além de encurtar a distância.

O principal projeto desta empresa é o aumento da área destinada ao plantio do arroz. Todavia a disponibilidade d'água constitui o maior problema à expansão da rizicultura. Neste sentido, enquanto não chega energia elétrica por rede, a empresa tenta junto ao Governo do Estado um financiamento para a construção de uma comporta com a finalidade de represamento da água da barra falsa, para quando o índice de salinização da Laguna alcançar um grau prejudicial à rizicultura, dispor de uma quantidade maior de água. Isto daria à empresa uma quantidade considerável de água disponível, viabilizando o aumento da lavoura. No momento não há nada de concreto neste sentido.

Outra tentativa foi a abertura de um canal eu liga um banhado localizado a nordeste da granja. Ocorre que o canal atravessaria várias propriedades pequenas, em sua maioria cebolicultores. Este projeto foi debatido inclusive no Conselho Municipal de Produção, onde foram levantadas reclamações de alguns produtores, não satisfeitos com a passagem do canal bem como suas consequências do represamento de água, o que inviabilizaria a cultura da cebola. Em alguns casos, foi relatado que o canal tiraria a visualização do horizonte da frente de algumas residências. A proposta de indenização aos produtores seria o pagamento de 20% da safra da área irrigada pelo canal. A proposta além de indenizar insuficientemente não possibilitava o controle pelos pequenos proprietários. Dado o parcelamento das terras por onde o canal passaria e devido à reação dos pequenos proprietários esta alternativa também não se concretizou. Na pecuária a empresa passou a investir mais plantando sorgo e azevenho para o aumento do efetivo bovino.

Outro projeto do grupo diz respeito a uma futura integração com os produtores da área. A proximidade por via lacustre de centros urbanos como Pelotas e a Grande Porto Alegre, aliada a existência da rede de supermercados do grupo, possibilitaria a comercialização de feijão e hortigranjeiros, culturas típicas de pequenas propriedades. Porém, a qualidade dos produtos (falta de padrão) e a irregularidade de abastecimento inviabilizam no momento este projeto.

Entretanto, os agrônomos do grupo têm tomado à iniciativa de contactar os produtores e ministrar cursos no sentido de melhorar a qualidade dos produtos para viabilizar o projeto.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO I

Através da descrição dos três sistemas de produção encontrados, fica demonstrada a existência de sistemas de produção não tipicamente capitalistas, caracterizado pelos produtores de base familiar e dos comerciantes, que compreende o sistema de cebolicultura e o da pecuária associada à cebolicultura. Apenas apresenta características de relações capitalistas o terceiro sistema apresentado, o da rizicultura associada com a agroindústria.

Os dois sistemas de produção não-tipicamente capitalistas são assim entendidos por não apresentarem, ao nível de unidade de produção, uma racionalidade empresarial articulada ao investimento, ao desenvolvimento técnico, associando à divisão do trabalho uma prática de contabilidade. A rizicultura e a agroindústria, não só apresenta essa racionalidade capitalista, como no caso no Grupo Joaquim Oliveira S/A, como está ligada ao movimento do capital ao nível de conglomerado, o que representa e territorializa relações capitalistas de produção.

Portanto, ficam demonstrados os limites da penetração de relação sociais de produção capitalista na área de estudo, representada pela rizicultura e a agroindústria, e a manutenção de sistemas de produção não-tipicamente capitalistas representados pelos sistemas onde ocorre a cebolicultura.

CAPÍTULO II – A produção possível e as relações sociais de produção daí derivadas.
(e se parou, parou por quê?)

1- O processo de modernização da agricultura brasileira, os projetos de desenvolvimento do Rio Grande do Sul, e o conseqüente isolamento da área de estudo.

Inicialmente, é necessário considerar algumas condições pré-existentes para o processo de modernização na agricultura e assim entender que não se trata de um processo homogêneo, mas articulado com as desigualdades existentes. Como escreve Martins (19, 1986): “A minha hipótese é a de que o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a sua reprodução”. Portanto, entendemos o processo de modernização nesta direção. E para a análise de seu desenvolvimento, vejamos o que nos deixou Marx (1985).

“Para que apareça a relação capitalista em geral pressupõem-se um nível histórico em uma forma de produção social. É preciso que se tenha desenvolvido, no quadro de um modo de produção pré-existentes, meios de circulação e de produção assim como as necessidades que implicam à superação das antigas relações de produção e à sua transformação na relação capitalista. Contudo, necessitam estar desenvolvidas apenas a tal ponto que se opere a subsunção do trabalho no capital. Com base na relação modificada desenvolve-se, contudo um modo de produção especificamente transformado que, por um lado, gera novas forças produtivas materiais e, por outro não se desenvolve senão com bases nestas, com o que se criam de fato novas condições reais”.

E esta modernização tem a participação decisiva do Estado moderno. Sua principal função foi a de fornecer e gerir condições para a produção capitalista. Sucessivamente, os países periféricos ou de capitalismo tardio, como o Brasil, esforçam-se nestas transformações, principalmente em períodos de autoritarismo, onde os interesses hegemônicos se

territorializam. Ora, transformações geradas pelo desenvolvimento das forças produtivas materiais, bem como os meios de circulação, territorializam-se.

O Estado brasileiro nos anos 30 preparou as bases para a industrialização reforçando-a mais ainda, a partir de 37 sob o chamado Estado Novo, com a intenção de promover uma classe industrial local em aliança com os interesses de classe da burguesia internacional que necessitava expandir-se.

Como escreve LIPIETZ (78, 1984): “Na realidade, este campo só se estrutura porque o projeto das empresas multinacionais passa pela ambição das classes dominantes de alguns Estados nacionais”, em se lançar nos projetos de industrialização pela via da “substituição de importações”. No Brasil, a produção agrária tem um importante papel, tanto para a obtenção de recursos para o processo de industrialização, como para a transferência da hegemonia do poder do Estado. Como bem diz LIPIETZ (74, 1984): “O desenvolvimento do capitalismo em cada país é antes de tudo o resultado de lutas de classes internas, resultando nos esboços de regime de acumulação consolidados pelas formas de regulação apoiadas no Estado local”. No Brasil, esta consolidação é costurada no governo Vargas, e tomou um impulso ainda maior no governo JK.

O golpe militar de 64 vem colocar uma pá de cal nos planos excessivamente nacionalistas do populismo, e, uma das formas da expansão dos interesses das multinacionais era a expansão sobre a agricultura brasileira. Por isso, tão logo se estabelece o regime militar, é criado em 1964 o Estatuto da Terra que será a seguir analisado quanto aos seus objetivos e os reflexos para a agricultura do Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, o Estatuto da Terra tinha dois objetivos amplos: promover a reforma agrária e promover uma mudança na base técnica da agricultura brasileira. O primeiro, sobre a orientação da inteligência norte-americana, tinha a intenção de dissipar o movimento camponês tirando-lhe a dianteira e afastando-o do perigo de, a exemplo de Cuba e outros movimentos, resultarem em uma revolução socialista. Essa Reforma Agrária, evidentemente nunca ocorreu. A mudança na base técnica, além de mais significativa, tinha uma forte ligação com os interesses urbano-industriais.

De acordo com o Estatuto (221 1985):

“A interdependência entre o campo e o meio urbano e industrial é contingência do próprio desenvolvimento econômico do país e essa interdependência traduz-se nos seguintes aspectos fundamentais do processo de crescimento e integração nacionais, dando à Política de Desenvolvimento Rural várias e insubstituíveis atribuições:

- a) Suprir a base alimentar indispensável à intensificação da vida urbana e industrial;
- b) Concorrer com produtos de exportação mais diversificados para ajudar o equilíbrio do balanço de pagamentos externos;
- c) Criar, pela elevação do nível de vida no meio rural, um alargamento do mercado interno de consumo para absorver o crescimento da produção industrial do país;
- d) Concorrer para que se estabeleça um equilíbrio nas migrações entre o campo e a cidade, tanto pela criação nas áreas urbanas de emprego para absorver mão-de-obra liberada no campo pela introdução da tecnologia, como pela ampliação das fronteiras agrícolas para a colocação de parte da mão-de-obra anualmente acrescida pelo incremento demográfico;
- e) “Fixar, na vastidão do território nacional, núcleos de atividade permanente, concorrendo para a regularidade do trabalho no campo e para a progressiva absorção de técnicas que só a continuidade e a tradição agrária possibilitam.”

Portanto, fica claro o caráter intervencionista do Estado via Estatuto da Terra. Entretanto, o Estatuto não cria ou soluciona problemas, mas sintetiza e organiza a ação conjunta no sentido da interpretação campo-cidade.

No Rio Grande do Sul, a primeira lavoura a se modernizar foi a de arroz, que segundo BRUM (64-65, 1988), ocorre justamente pela necessidade de buscar a auto-suficiência do produto, para a alimentação da população assalariada crescente e do processo de urbanização. Assim, o governo taxou o arroz importado, incentivando a produção no Estado. A produção rizícola capitalista encontra contradições naturais favoráveis, além de “uma acumulação de capital disponível nas mãos de comerciantes e profissionais liberais” possibilitando a expansão da lavoura mecanizada, “em torno das cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas e Cachoeira do Sul, que desde o início do século, já eram centros comerciais e de prestação de serviços...”, ocorrendo muitas vezes, como até hoje, em terras arrendadas.

Posteriormente, com a criação da malha rodoviária e expansão da eletrificação rural, juntamente com os projetos da construção de micro-barragens, a rizicultura capitalista se desenvolveu, também, na Região da Campanha.

Também o desenvolvimento do trigo não é diferente na Região do Planalto. Cultura “que sempre contou com algum tipo de apoio oficial..., começou com os açorianos que, por um período de cerca de quarenta anos (1780-1820), tiveram grande êxito com esta cultura...” A praga e a ferrugem e outras circunstâncias desfavoráveis liquidaram com as lavouras de trigo...” Como foi dito anteriormente, no passado se plantou o trigo na área de estudo, e pelos mesmos motivos foi abandonado. Passando pelos imigrantes italianos, cultivado em pequenas propriedades, o trigo vai receber um apoio maior, tanto a nível tecnológico como de política fiscal, a partir do momento em que começa a aumentar a população urbana. Getúlio Vargas, desde quando foi Governador do Estado, já havia tomado medidas neste sentido, e, como

Presidente, criou o Serviço de Expansão do Trigo (SET), vinculado ao Ministério da Agricultura em 5 de janeiro de 1944 (BRUM, 73, 1988).

A soja, a partir da década de 40, começa a ser cultivada em pequenas propriedades nas granjas de trigo como uma cultura secundária, até alcançar o apoio estatal no “boom” dos anos 60 e 70. O trigo e a soja serão tratados com mais adiante, visto que utilizaremos a Região do Planalto como parâmetro da modernização ocorrida no Rio Grande do Sul.

Como vimos, as três principais culturas mecanizadas no sul têm em comum “suprir a base alimentar indispensável à intensificação da vida urbana e industrial” e “concorrer com produtos de exportação mais diversificados para ajudar o equilíbrio do balanço de pagamentos externos” tal como está expresso no Estatuto. As demais atribuições têm manifestações territoriais diferenciadas. Na medida em que as culturas capitalistas avançam em área, vão ocupando (de múltiplas formas) terras onde trabalhava o campesinato. Esta expropriação provoca um movimento migratório para a cidade e para o campo. Para a cidade, isso ocorre desde a implantação da legislação trabalhista. O Estado protegeu os trabalhadores urbanos, mas motivou a expropriação do campesinato provocando a migração no sentido campo-cidade. Mais recentemente, os projetos de colonização incentivaram as migrações no sentido rural-rural.

Segundo Martins (19, 1973), “Do ponto de vista sociológico”, e que no nosso entender deveria ser também para os geógrafos:

“a migração não é apenas a passagem de uma localidade geográfica para outra, mas consiste na transição do sujeito, sozinho ou em grupo, de uma sociedade a outra. Nesse plano, o sujeito não é apenas uma unidade física, um número ou um objeto, mas é alguém que se vincula, pelas relações com os outros, a uma sociedade determinada. Do mesmo modo, participa de outra cultura que fornece como referência normas de comportamentos apoiadas num sistema de valores. As relações de que participa na sua sociedade original são estabelecidas com base nesses comportamentos culturais, em graus variáveis interiorizados na sua personalidade”.

Portanto, “migrar corresponde a um processo de desajustamento” de uma sociedade que expulsa e outra que adota de onde os migrantes vão assimilar o esquema social e cultural da nova sociedade. Nos projetos de colonização o Estado cria a sociedade de adoção para aqueles que ainda não foram para a cidade, aliviando a tensão social criada pela expansão da cultura capitalista, ou seja, a mão-de-obra liberada pela introdução da tecnologia. Desta forma, na vastidão do território nacional, é o Estado interferindo na produção e gestão do espaço, alterando com base nas potencialidades existentes, com produtos cuja lavoura pudesse se mecanizar.

A sociedade de adoção se cria nos projetos de colonização. Esta, não apenas aliviava as tensões sociais no local de origem, mas ocupava áreas que eram de índios e posseiros, portanto, onde a terra não era mercadoria, primeiro passo para as relações capitalistas: a propriedade privada da terra. Ainda que os projetos não lograssem sucesso, o conflito fica adiado ou muitas vezes se dissipa quando muitos camponeses caem nos caminhos das migrações temporárias, servindo como mão-de-obra sazonal.

Ao mesmo tempo, o problema da ocupação do *heartland* no planalto central e da fronteira, vem garantir os projetos geopolíticos brasileiros sonhados desde o plano Ramos de Queiroz, de 1874, e executados à luz da estratégia sintetizada por Golbery do Couto e Silva (SILVA, 1981 e MATTOS, 1975).

Assim, com o fluxo migratório, não só do campesinato, mas também de alguns criadores que compravam terras na Região Centro-Oeste, foi-se abrindo caminho para as culturas mecanizadas, diferenciando as oportunidades econômicas das regiões agrícolas no Brasil. Como escreve DELGADO (42, 1985);

“Todo esse processo de modernização se realiza com intensa diferenciação e mesmo exclusão de grupos sociais e regiões econômicas. Não é, portanto, um processo que homogeneiza o espaço econômico e tampouco o espectro social e tecnológico da agricultura brasileira”.

O projeto modernizante abrange os estados do centro-sul, jogando as demais regiões brasileiras para papéis periféricos. A separação dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Goiás e Tocantins, não demonstra contraste senão em nível de análise de paisagem e da frieza dos dados, pois a separação faz parte de um processo que dá à agricultura um papel que já começou há muitos anos.

A integração de capitais pela formação do Completo Agroindustrial e a conseqüente regionalização da produção tem por objetivo uma busca da taxa média de lucro do conglomerado, ou seja, da integração do capital financeiro à agricultura. Desta forma, o Estado através da política econômica, discrimina “a planificação do lucro para os grandes capitais, enquanto os pequenos ficariam regulados pelo mercado” (DELGADO, 135, 1985).

As culturas de maior interesse ao capital financeiro no estado do Rio Grande do Sul são o arroz, o trigo e a soja. E foi em função de viabilizar estas culturas e a sua integração com o grande capital que se promoveu a construção de uma infra-estrutura de estradas, energia, barragens, armazenamento, bem como linhas de crédito subsidiado via sistema cooperativo ou organizações diversas. A malha rodoviária vai escoar a produção que, em resposta aos mecanismos econômicos, vai crescer, estimulando a indústria automobilística.

A partir dos anos 60 houve o início da pavimentação de estradas já existentes ou mesmo a criação de outras, dadas as novas necessidades. A BR 290 foi uma das primeiras juntamente com a BR 116. Esta ligava a capital ao centro do país e em um segundo momento a sua continuação, ligando Pelotas à capital e Jaguarão à Pelotas. A BR 290 corta o estado de leste a oeste, primeiramente ligando Cachoeira do Sul à Capital, depois se expandindo até Uruguaiana e por último, da Capital até Osório, onde encontra a BR 101 que veio substituir com enormes vantagens a BR 116, ligando o Estado ao centro do País pelo litoral.

No começo dos anos 70 foi a vez das estradas que ligam o Planalto à Capital do Estado pela BR 386 e a BR 392, que liga Ijuí a Pelotas, e daí ao porto de Rio Grande, onde estão os terminais para a exportação de soja. O ponto final é o super porto para ambas as estradas. Entretanto, o trigo e a soja escoada pela BR 386, ainda poderia optar quando chegasse à cidade de Estrela, se seguiria pelos caminhos da estrada rodoviária, ferroviária ou pelas chatas, que através do sistema declusas, navegam pelo Rio Taquari, ligando assim os terminais Portobrás nessa cidade aos terminais em Rio Grande, pela travessia da Laguna dos Patos.

Ainda foi criada a BR 285 que corta o Planalto do sentido leste-oeste, e neste mesmo sentido, porém bem mais ao sul a BR 293, que liga Santana do Livramento-Bagé até Pelotas, para escoar a pecuária e o arroz produzido na Campanha.

A BR 47 liga Chuí a Santa Vitória do Palmar e escoar todo o arroz produzido em torno das Lagoas Mirim e Mangueira. De todas estas estradas, talvez a única que não tenha muita utilização e que apenas corta um deserto de campos verdes é a BR 153, que liga Bagé à BR 290, feita às pressas para inauguração ao término do governo Médici, por sinal, natural desta cidade.

Como é possível ver, esta malha rodoviária é construída a partir dos anos 60-70, coincidindo com a “modernização” da agricultura, porém em função das culturas de trigo-soja e arroz, e neste caminho o sistema de armazenamento, a ampliação da eletrificação rural, do sistema de crédito e da Extensão Rural. O programa de micro-barragens expandiu a lavoura de arroz por toda a Campanha gaúcha trazendo modificações significativas, justificando a pavimentação das estradas bem como a infra-estrutura e o aumento da renda fundiária. As estradas possibilitaram a integração do capital financeiro a uma classe de produtores já existentes e que possuíam os pré-requisitos para esta integração.

A estrada não foi levantada como problema pelos os arrozeiros em São José do Norte, e sim o custo da obtenção da água para a lavoura. Deduzimos que, o isolamento da área de estudo, antes de ser geográfico, é um isolamento social, ou uma produção social do espaço. A

expansão das lavouras capitalistas do Rio Grande do Sul, e a conseqüente expropriação e migração dos camponeses, faz parte da viabilização de projetos que integram interesses locais, nacionais e internacionais. Na área de estudo não havia uma classe produtora capaz de ser agente desta integração.

Procuraremos agora tratar dos obstáculos ao desenvolvimento de uma agricultura capitalista e a manutenção ou estratégias de reprodução dos sistemas de produção não-tipicamente capitalistas.

É claro que os sistemas aqui tratados não representam a totalidade das formas de produção na área de estudo, porém, representam a expressiva maioria dos produtores da área agrícola, ou seja, representam a territorialização da produção. Portanto, define em última instância, a forma de apropriação da natureza e o que dela enxergamos, isto é, a paisagem.

Em um primeiro momento abordaremos os problemas levantados pela comunidade em torno dos recursos existentes e avaliaremos o que isso representa como obstáculo ao desenvolvimento da agricultura capitalista. Levaremos em conta que a discussão do que é tido como obstáculos no senso comum da comunidade nortense, quando tratado em separado e de forma hierarquizada, por si só não explicam o atraso tecnológico e de infra-estrutura da área de estudo.

Em seguida procuraremos tratar os obstáculos dentro de uma problemática regional. Ou seja, a partir da análise dos sistemas de produção, “assunto do Capítulo I”, procuraremos compreender o porquê das relações de produção não evoluírem para uma racionalidade capitalista, quer por razões internas ou por outros fatores. Ao tratarmos dos obstáculos ao desenvolvimento da agricultura capitalista e de suas estratégias de reprodução não está presente o nosso desejo de viabilidade ou não de determinada forma, e sim, uma estratégia frente a um problema teórico, ou seja, o de avaliar e estudar o desenvolvimento das relações capitalistas no campo¹⁴.

¹⁴ Tema este bastante polêmico, pois envolvem as conseqüências do processo de modernização da agricultura, vantajosa para uns e “dolorosa” para muitos.

2. Os obstáculos à modernização da agricultura na área de estudo sob o ponto de vista da comunidade (discutindo o senso comum).

2.1. A água

A pouca disponibilidade de água foi um problema levantado pela maioria dos produtores de todos os sistemas. Ocorre que para os diferentes processos de produção, a água enquanto problema se manifestou de forma diferenciada para os diferentes grupos de produtores. Para os sistemas de produção não-típicamente capitalistas que envolvem a cebolicultura, o problema, é primeiro, a irrigação do cebolinho onde se preparam as mudas que serão transplantadas, e depois, a drenagem dos canteiros definitivos para evitar que o excesso de água prejudique a safra, como por exemplo, aumento de doenças, apodrecimento do bulbo, entre outros.

No caso dos cebolicultores de base familiar, a irrigação é necessária nos canteiros do cebolinho e na horta, pois em épocas de estiagem, principalmente nos meses de verão, fica bastante prejudicada. O problema é solucionado em parte, através do armazenamento de água da chuva em tonéis, ou com o irrigamento com água do poço artesiano. Como nesses casos a área é pequena, o problema é passível de solução.

Para os produtores/comerciantes, a irrigação é feita com a utilização freqüente de motor, pois, localizados próximos à sede municipal, beneficiam-se de energia elétrica. Os que não dispõem de energia elétrica usam a mão-de-obra assalariada (diarista) para a irrigação manual¹⁵.

Para os arrozeiros a água é um grave problema. O maior recurso hídrico disponível é a Laguna dos Patos. Entretanto, conforme a variação do regime de chuvas ocorre a salinização das águas inviabilizando sua utilização para a irrigação da plantação do arroz. Isto se dá quando há pouca chuva no inverno ou na primavera e o volume de água do mar entra pelo canal de Rio Grande. Assim, em questão de horas pode haver alteração no gradiente de salinização da Laguna. Portanto quanto mais próximo da foz da Laguna, maior a probabilidade de salinização, ou seja, mais cedo a água tem que deixar de ser utilizada.

Os banhados existentes são muitos, mas como já foi dito, os problemas da topografia e da drenagem do solo, limitam o seu uso. A utilização da água do subsolo depende da utilização da energia, o que vem a ser um fator limitante para todos os sistemas,

¹⁵ Havia um produtor/comerciante que utilizava o sistema de irrigação para o plantio de feijão. Para o Sistema Pecuarista + cebolicultura a irrigação do canteiro do cebolinho é manual e executada pelos parceiros da terra.

principalmente para os sistemas não-tipicamente capitalistas, que não têm nenhuma certeza do retorno do investimento.

Concluindo, água e técnicas existem. O que não existe é infra-estrutura bancada pelo poder público de forma a torná-la viável em termos de custos para a agricultura capitalista. Água e a sua obtenção dependem da relação disponibilidade/custo da energia, como veremos no próximo item.

2.2. A energia

A oferta de energia na área de estudo é precária, ou seja, o município de São José do Norte dispõe de uma usina de energia elétrica a diesel. Estes motores, dois dos cinco em funcionamento, datam de 1948. Como consequência, a geração de energia estabilizou-se na década de 80 e encontra-se sem perspectiva de aumento. Problemas decorrem desse quadro: a confiabilidade da oferta de energia também depende do estado de saúde das máquinas: deficitária e operando com altos custos para a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), que conseqüentemente não investe na ampliação da rede, mas apenas na sua manutenção. Isto compromete investimentos na área de estudo, reclamam os agricultores. Cabe salientar que os dois principais obstáculos levantados pelos agricultores foram a disponibilidade de água e de energia.

No sentido de mostrar que o problema de falta de energia e as precárias condições de trafegabilidade das estradas, não são suficientes para obstaculizar o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, utilizaremos o exemplo do município de Santa Vitória do Palmar, que ao longo da década de 80 tornou-se o maior produtor de arroz do Estado.

Ocorre que o município de Santa Vitória do Palmar, que faz limite ao norte com o município do Rio Grande, a oeste tem a Lagoa Mirim, a leste o Oceano Atlântico, e ao sul com a República Oriental do Uruguai, também depende de usina geradora de energia elétrica a diesel, mas é um grande produtor de arroz, o maior da Zona sul. Olhando-se atentamente para o mapa do Rio Grande do Sul, vemos que Santa Vitória do Palmar isola-se do restante do Estado em função da Lagoa Mirim. Este município é apenas passagem entre o Rio Grande e o vizinho Uruguai. Entretanto, dois fatores concorrem positivamente para amenizar o problema de energia: a disponibilidade de água e a estrada (BR 471), que liga Chuí à Pelotas.

O uso da água da Lagoa Mirim e Mangueira, entre outras menores, seguidamente entra em conflito com órgãos como o IBAMA, que lacra as bombas de recalque em tempos de

estiagem com vistas a garantir o nível das águas das lagoas. A batalha vai para o campo jurídico onde os granjeiros, via de regra, conseguem a liberação para a retirada d'água. Evidentemente, isto envolve custos.

Mesmo a estrada não impediu que na década de 70 se desenvolvesse a rizicultura. Segundo relatos de quem passava por ela, esta era tão ruim quanto à estrada do inferno (BR 101), que cruza de sul a norte o município de São José do Norte. A base se não é igual, é muito semelhante.

O pequeno aumento que se percebe no consumo de energia do município de Santa Vitória do Palmar se deve a instalação de mais dois motores a diesel na usina já existente e ao abastecimento da vila do Chuí e adjacências pela usina uruguaia (também a diesel, acordo entre a CEEE e aquele governo), e ao abastecimento pela rede de Candiota, através da subestação. Segundo o gerente regional da CEEE em Rio Grande, esta estratégia não soluciona em nada a demanda de Santa Vitória do Palmar. Ainda pelo mesmo relato, não há previsão para a ampliação da oferta de energia neste município, o que o colocaria em pior situação que o município nortense, onde está previsto a substituição da energia fornecida pelos motores pela de Candiota, em julho de 94.

O projeto para São José do Norte, e já está em execução, compõe-se de duas torres de 130 metros de altura, localizadas na parte mais estreita do canal que dá acesso aos navios ao superporto de Rio Grande, ligará a usina nortense à energia produzida em Candiota. Todavia, o projeto da CEEE apenas substituirá inicialmente a demanda existente, sem ampliá-la. Entretanto, abrem-se perspectivas.

A comparação aqui feita com o município de Santa Vitória do Palmar foi com a intenção de chamar a atenção para o fato de que quanto à energia os problemas são iguais. Entretanto, este Município de Santa Vitória do Palmar é o maior produtor de arroz do Rio Grande do Sul, com uma área plantada de 88 mil ha na safra 90/91. Por isso retomaremos a comparação no item 3.1, pois quer nos parecer que mesmo o problema energia contextualiza-se dentro de uma problemática regional, envolvendo outros fatores.

2.2 Transportes: reflexos sobre a produção e a circulação

Como é possível observar nos mapas, o escoamento da produção em São José do Norte só pode ser feito por estrada em direção ao município de Tavares, ou pelo sul, através

da balsa em direção ao município de Rio Grande¹⁶. Efetivamente ficou constatado que a produção de arroz (em sua maior parte) é escoada pelo norte em direção à Tavares e Mostardas, até alcançar a rodovia pavimentada. Ali se opera uma troca de caminhões, ou seja, a carga é retirada dos caminhões de 2 eixos (8 t), e passa para carretas com destino ao centro do País. A produção pecuária, principalmente de gado bovino, acompanha a mesma forma de circulação¹⁷. Por outro lado, a produção de cebola do Município é escoada pelo sul, para a sede municipal, aonde se encontra o comércio atacadista de cebola, e daí para a cidade de Rio Grande e as demais.

Isto nos remete para uma análise mais aprofundada do caso, pois temos situações diferentes para o mesmo problema levantado: a estrada. Se por um lado o escoamento pelo norte enfrenta uma distância maior em uma estrada de péssimas condições de tráfego, até a estrada pavimentada, o tempo de circulação é menor. No escoamento realizado pelo sul, distância pela estrada sem pavimento é menor, porém, o tempo para a travessia até Rio Grande e daí para o centro do país, é maior. Há que se somar ainda que, o caminho utilizado pela BR 116 torna a distância total, bem como o tempo de circulação, maiores também. Para refletir essa questão temos como referência MANN e DICKINSON, (1975) e DELGADO (1985).

MANN e DICKINSON ao examinarem algumas das razões para a manutenção e persistência das unidades com base no trabalho familiar na produção agrícola aprofundam-se em alguns aspectos na obra de Marx, isto é, nas características do processo de produção agrícola, incompatíveis com as exigências capitalistas de produção. Os autores desenvolvem o problema da “diferença entre o tempo de produção e o tempo de trabalho”. De acordo com a teoria do valor-trabalho, o valor de troca de qualquer mercadoria, seja produzida sob forma capitalista de produção ou não, é determinado pelo tempo necessário socialmente para produzi-la. Ocorre que o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria pode ser distinguido do tempo de produção gasto em uma mercadoria, como colocam os autores acima, e citam Marx:

“O tempo de trabalho é sempre tempo de produção, o que é o mesmo que dizer que é um tempo durante o qual o capital é firmemente mantido na esfera da produção. Mas o contrário não é verdadeiro, ou seja, nem todo o tempo em que o capital é mantido no processo de produção é necessariamente tempo de trabalho”.

¹⁶ Exceto o transporte da produção de arroz do Grupo Joaquim Oliveira S/A a que já fizemos referência.

¹⁷ Exceto o destinado para consumo local.

Na agricultura, muito mais do que na produção industrial, o tempo de produção é maior que o tempo de trabalho, ou seja, o período em que a produção está entregue à força dos agentes naturais. “Estes intervalos não criam nem valor nem mais-valia”, pois o produto inacabado não pode ser vendido e nem está incorporando valor por não incorporar trabalho.

Este descompasso entre o tempo de produção e o tempo de trabalho é mais significativo na agricultura do que na indústria. Isto se deve porque na agricultura, além do tempo onde o capital empregado ser maior, as perspectivas de diminuição deste tempo são pequenas. Neste sentido, a associação de culturas, o maior aproveitamento da área utilizada, a associação com a pecuária e a agricultura (como por exemplo: o gado bovino com a rizicultura) são tentativas de minimizar os efeitos e dar maior rotação ao capital. Mesmo as pesquisas agropecuárias pouco têm contribuído nesse sentido, aumentando somente a produtividade e/ou a qualidade do produto final.

A biotecnologia, que mexe diretamente na codificação genética, tem contribuído (do ponto de vista da lógica capitalista) no sentido de aumentar a produtividade e a adaptação ao meio, podendo assim expandir as áreas cultiváveis, ou no sentido de aumentar a produtividade de “partes nobres” do produto, principalmente na pecuária¹⁸. Esta interferência humana nas diferentes espécies ainda não foi discutida nas suas consequências tanto para as espécies, como seus efeitos para o consumo humano.

O fato é que este descompasso entre o tempo de produção e o tempo de trabalho afeta a taxa de lucro na agricultura. Pela própria natureza da produção, na agricultura, a rotação do capital bem como na circulação é mais lenta.

Por isso, é do interesse da produção capitalista agrícola diminuir o tempo de produção e aproximá-lo do tempo de trabalho como forma de aumentar a taxa de lucro. Ou criar outras condições para compensar este fator e tornar a taxa de lucro na produção agropecuária tão interessante quanto outras áreas de investimento do capital. “Além disto, é mais provável que o capitalista tente acelerar a rotação do capital reduzindo o tempo de produção antes que o tempo de circulação, pois é na área que ele tem maior controle” (1978, 13). Até porque grande parte da infra-estrutura que viabiliza o uso coletivo é ônus do Estado. Sem as condições necessárias não há reprodução capitalista. “Conseqüentemente, o capital irá se afastar de tais áreas da produção, precisamente porque o tempo de rotação, como o tempo de produção, é relativamente fixo” (MANN e DICKINSON, 1978, 13).

¹⁸ Principalmente a pecuária aponta cada vez mais para o confinamento, uso de rações, se aproximando de uma operação fabril, dependendo cada vez menos do fator terra, rumo este seguido pelas demais atividades agrícolas, descaracterizando o meio rural.

Na área estudada, isto é, o município de São José do Norte, a cebola é um acaso típico, cuja produção é basicamente realizada dentro de uma racionalidade não-típicamente capitalista, em qualquer dos sistemas apresentados. E o arroz somente é encontrado onde o custo de produção pode ser baixo devido à disponibilidade de água, visto que a infra-estrutura viabilizada pelo Estado no sentido de amenizar a baixa remuneração do capital, aqui não é encontrada.

Portanto, o tempo de produção tem que ser artificialmente diminuído através de subsídios diversos, para que a remuneração na atividade agrícola se aproxime da remuneração em outras atividades capitalistas, uma vez que o tempo de produção na agricultura é mais ou menos fixo devido às condições naturais. Já o tempo de circulação é variável. Por isso, o transporte da mercadoria tem que se efetivar no menor tempo possível, independentemente das condições de tráfego que podem onerar o custo, mas, sem inviabilizar a produção.

As condições de infra-estrutura criadas pela sociedade que amenizam o custo do transporte elevam a renda da terra. Para desenvolver mais o tema, antes de entrar nos problemas na esfera da circulação, tratarei da questão da renda tal como José de Souza Martins a desenvolve (1986).

As condições de infra-estrutura para a produção, a proximidade dos centros beneficiadores ou consumidores, bem como o tempo gasto para o transporte desde a origem até o destino da produção, são condições criadas pela sociedade e que o capitalista paga pela sua utilização ao proprietário da terra. Este é o preço pago pela sociedade e que o capitalista paga pela sua utilização ao proprietário da terra. Este, também, é o preço pago para remover o obstáculo que representa a propriedade da terra, e assim usufruir daquilo que a terra incorporou. Ou seja, a terra sem trabalho humano incorporado não tem valor, não tem a materialidade do trabalho humano, mas esta mesma terra estando próxima de uma infra-estrutura que remunere o capital, ganha preço para ser utilizada. “A licença para a exploração ao seu proprietário. Essa é a renda da terra” (MARTINS, 1986, 160-1).

Por essa via de análise, percebemos que a agricultura capitalista se desenvolve onde a renda da terra é alta, ou seja, onde se criam condições para a reprodução das relações capitalistas na agricultura, onde há remuneração ao capital investido. Assim:

“O capital tem-se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido sua formação em setores econômicos do campo onde a renda é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo generalizado, o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda aonde ela aparentemente exista” (MARTINS, 1986, 175).

Ou seja, no caso da cebolicultura, há transferência do trabalho camponês para setores capitalistas via circulação (comércio atacadista). No caso do arroz, as relações capitalistas encontram dificuldades de se desenvolverem onde a renda da terra é baixa, porque não se desenvolveram as condições de infra-estrutura necessárias (estrada, energia, armazenamento, recursos técnicos) para viabilizar uma remuneração média ao capital. Essas terras, não se valorizaram porque em sua volta ou nas proximidades, o trabalho social não promoveu as condições necessárias à reprodução capitalista na agricultura.

A infra-estrutura quando viabiliza a agricultura capitalista pode ser percebida pelo aumento da renda fundiária, ou seja, pelo trabalho social incorporado a terra. Isso viabiliza a produção capitalista, baixando o custo e o superando obstáculos próprios da produção.

Dada à característica mais lenta de rotação do capital na agricultura, dado o período em que os agentes naturais determinam o tempo de produção, vários mecanismos são utilizados como forma de minimizar as perdas daí decorrentes. É o caso do sistema de crédito como processo de integração de capital na agricultura. Além dos mecanismos que precedem o plantio, a exemplo das taxas de juros diferenciadas, valor básico de custeio, preços mínimos, outros mecanismos vêm se somar a estes como a taxa de câmbio, carga fiscal líquida, crédito de comercialização (AGF e EGF), subsídios à exportação etc. Ao tempo de circulação da produção agrícola, isto é, do local aonde foi produzido e/ou armazenado até local de comercialização, também se soma ao tempo total da rotação do capital, como apontam os mecanismos estudados por DELGADO (1985, 120).

No caso em estudo, a produção de arroz e a pecuária de corte a ela associada são escoadas pelo norte aonde, se por um lado, a distância e as condições da estrada desfavorecem. Por outro lado, o período de circulação primária (DELGADO, 1985) é compensado pela rotação mais rápida do capital investido, concretizando a demanda final. A produção de arroz se desenvolve onde se dá a remuneração do capital investido, e não ocorre onde as condições necessárias à remuneração do capital não são atingidas. A aquisição de terras por arroteiros na área de estudo indica que a renda deve aumentar, justificando a conversão de uma parte do capital em renda, removendo o obstáculo que a propriedade fundiária representa.

Já no caso da cebolicultura, o tempo de circulação não entra como um fator determinante. Isso acontece porque as formas das relações de produção necessitam ainda da mediação dos atravessadores para que se dê a transferência do trabalho camponês para os

setores atacadistas, ao contrário da mais-valia extraída diretamente no processo de produção como na relação capitalista.

Isso nos faz pensar que pelos fatores que condicionam a produção agrícola ou agropecuária citadas anteriormente, tem-se uma racionalidade nos negócios da cebolicultura e outra para o arroz e a pecuária, fazendo com que a relação custo/tempo de transporte os atinja de forma diferente. As dificuldades apresentadas no que concernem à produção agrícola na primeira parte deste trabalho não impedem a produção capitalista, mas limitam (ou obstaculizam) seu desenvolvimento.

2.4 O armazenamento da cebola¹⁹

O armazenamento da cebola é feito de forma simples. Constitui-se de um galpão de madeira bastante arejado, com portas grandes na frente e nos fundos e janelas laterais, com longos varais internos onde são pendurados os molhes de cebola. Desta forma, segundo os produtores e técnicos da EMATER, a cebola poderia ficar estocada em condições de comercialização de dezembro/janeiro até meados de julho, sem maiores prejuízos.

Ocorre que, como já foi escrito, o período de plantio da cebola começa em meados de maio, portanto o produtor tem que comercializar o produto antes dessa data para ter dinheiro para investir no cultivo do cebolinho. Soma-se a isso, o fato de que a estrutura de comercialização da cebola para os atacadistas, não ultrapassa o mês de março. Após este mês os grandes atacadistas voltam-se para outras regiões produtoras do país, salvo em situações de quebra de safra. Portanto, para a cebolicultura, o armazenamento neste contexto, não é problema. Pois, a partir de julho existe a oferta do produto de outras regiões, até mesmo mais próximo dos centros consumidores.

2.4.1 A PROGRASA

A Produtos Gaúchos S/A (PROGRASA), empresa de economia mista criada pelo Governo de Estado no início da década de 60, tinha por finalidade planificar, organizar e

¹⁹ A infra-estrutura na área de estudo praticamente inexistente. Sendo assim, como os principais produtos comercializáveis são o arroz e a cebola, estudaremos o segundo apenas, visto que o primeiro já foi trabalhado no Sistema 3 (os arrozeiros e a agroindústria) principalmente nos aspectos abordados no item Granja Oliveira S/A.

explorar as atividades de produção e comercialização de produtos alimentícios, especialmente da agricultura, destacadamente a cebola, bem como pescado, principais produtos na área de estudo e suas vizinhanças. Com isso, a PROGRASA poderia formar estoques reguladores para a oferta da cebola, amenizando o problema do aviltamento do preço na época da comercialização. Está idéia está no pensamento da comunidade nortense.

Entretanto, faz parte também do pensamento comum, que as causas que inviabilizaram o funcionamento da PROGRASA teria sido a má gerência da empresa e o boicote promovido pelos atravessadores. Ocorre que não se verificou, pelo menos no período de funcionamento da empresa, a sobreposição desta atividade com o atravessamento da cebola, o que nos faz supor que as causas estariam fora da área de estudo.

Como a PROGRASA representa um agente modernizador, ou pelo menos, poderia representar um agente de tecnificação ou de capitalização dos pequenos produtores de base familiar, faremos um levantamento das razões da inviabilidade da empresa, no sentido de deixar claro que estas causas estão fora da área de estudo.

Entre 1963 e 1971 a PROGRASA atuou principalmente na comercialização da cebola e no processo industrial de desidratação, que consiste na retirada da água do produto expondo-o a corrente de ar aquecido em condições controladas. Neste período a PROGRASA estaria aproveitando principalmente o excedente da produção de cebolas. A partir de 1973 houve uma estruturação para a venda da matéria-prima para indústria de sopas, condimentos e embutidos. Também, um programa visando o fornecimento de alimentos para a merenda escolar foi mantido com órgãos institucionais.

O objetivo da PROGRASA foi o aprimoramento das linhas de produção de desidratados. De início, dar vazão para a produção local, para em seguida o desenvolver novas variedades de cebola e alho que se adaptassem melhor para o processo de industrialização e consumo.

Entretanto, somente os objetivos em curto prazo tiveram algum sucesso, mesmo assim na linha de desidratados a matéria-prima não obedecia aos padrões internacionais quanto ao teor e coloração. Houve o incentivo por parte da empresa no plantio de outras culturas, porém o pagamento do produto não era compatível com o de mercado nem houve acompanhamento técnico.

Baseado em produtos de safra de verão, a industrialização deveria acontecer no menor tempo e maiores volumes possíveis. No entanto, apenas 5% do volume total produzido eram beneficiados e por isso mesmo, acredita-se, que não houve boicote dos comerciantes locais pela concorrência a eles feita pela PROGRASA. Os preços pagos aos produtores não eram os

mesmos de mercado como pelos comerciantes. Até 1979, utiliza-se de notas promissórias rurais.

A PROGRASA se relacionou comercialmente com a NESTLÉ, PRÁTICA e NUTRIMENTAL. Quando começaram a fabricação de formulados e se evidenciou a concorrência a esses grandes grupos, principalmente com a LBA e COBAL, começou uma onda de boicotes. De parte das grandes empresas havia a prática do aviltamento do preço e da parte dos órgãos governamentais houve o descumprimento das promessas de compra.

Em resumo, as causas que inviabilizaram a PROGRASA, foram os boicotes no enfrentamento com os cartéis da indústria de alimentos e o péssimo gerencialmente da empresa. Todavia, não encontramos um só relatório que investigasse essa questão. Apenas documentações esparsas. O que restou de tudo isso foram as marcas deixadas pelas instalações depredadas, maquinário obsoleto e em mal estado de conservação, o que evidencia, no mínimo, o desperdício do dinheiro público.

Hoje a PROGRASA passou a ser responsabilidade da Prefeitura Municipal de São José do Norte, juntamente com a Fundação COOLITORAL (Cooperativa Agrícola do Litoral Ltda). Os pavilhões serão utilizados para armazenar, beneficiar, classificar, embalar e comercializar a cebola. É plano da Prefeitura local, ainda, prestar assistência técnica aos produtores. Mas ainda são planos.

3. Em busca de uma problemática regional

Até aqui procuramos tratar dos obstáculos ao desenvolvimento à agricultura capitalista a partir dos recursos para a produção e da infra-estrutura localmente existentes, e das questões levantadas pela comunidade como possíveis problemas à modernização da agricultura nortense. A partir deste item, procuraremos estabelecer os motivos das relações de produção não terem evoluído para uma racionalidade tipicamente capitalista, relacionando fatores internos ou externos à área de estudo. Portanto, buscaremos variar a escala, a densidade, a delimitação, a extensão, a conexão, a distância e a localização, sobre a artificialização do meio, a evolução da divisão social do trabalho, o excedente agrícola, as relações de troca, o conjunto de idéias, as explorações entre regiões, infra-estrutura e a conseqüente especialização ou inserção na divisão do trabalho a nível regional, nacional ou internacional.

3.1 A ocorrência de áreas próximas à área de estudo para o plantio de arroz

A modernização da lavoura do Rio Grande do Sul data do início do século e tem como fatores principais que contribuíram para o processo, segundo BRUM (1988, 65-5), os fatores naturais e o protecionismo estatal. As terras de várzea, férteis por natureza, e o regime de chuvas favoráveis que garante a irrigação do arroz, propiciam boa produtividade e, portanto, segurança de lucro para os plantadores.

A atuação do Estado deu-se no sentido de viabilizar a auto-suficiência para retirar da lista de importações um pesado fardo na balança de pagamentos. O produto importado foi taxado garantindo mercado para o produto nacional. Registra-se, também, a existência de capital disponível nas mãos de comerciantes e profissionais liberais e a mão-de-obra disponível nas mãos de comerciantes e profissionais liberais e a mão-de-obra disponível de origem colonial que atuava sazonalmente como uma atividade complementar.

As primeiras lavouras de arroz se desenvolveram próximas as cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, cidades que contavam com serviços especializados e capital disponível para investir na agricultura mecanizada.

Portanto, as condições para a modernização da lavoura de arroz dependeram não só dos fatores naturais, mas também de uma classe social com disponibilidade de investir. Daí que estas condições não estão em todos, mas em alguns lugares, em que se territorializa uma necessidade ou um projeto do Estado. A partir desta territorialização, estas novas relações sociais se expandem para outras áreas em que as condições naturais favoráveis permitam que sejam incorporadas.

Para ilustrar o que foi dito acima, tomaremos cinco municípios produtores de arroz (ver quadro de evolução do arroz em casa em cinco municípios).

EVOLUÇÃO DO ARROZ EM CASCA EM CINCO MUNICÍPIOS								
PRODUÇÃO	1970 (*)		1980(*)		1986(**)		89/90(***)	90/91(***)
	a	q	a	q	a	q	a	a
Santa Vitória do Palmar	21,861	91,886	53,246	234,540	60,000	300,000	80,000	88,000
São José do Norte	392	1,223	1,960	5,832	4,000		4,000	4,000
Camaquã	28.592	97.092	27.668	114.245	30.010	144.012	27.500	28.000
Pelotas	10.609	38.354	10.802	41.047			11.000	
Uruguaiiana	17.788	73.440	55.772	242.678	71.000		77.460	81.000

* Censo Agropecuário, IBGE
 ** Agricultura em números, Sec.da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul,1987
 *** Instituto Rio Grandense do Arroz

Escolhemos para efeitos de comparação, alguns próximos a área de estudo, contrapondo-se com Uruguaiiana, que perde a liderança para Santa Vitória do Palmar, a partir de 1988.

Percebe-se que a partir de 1970, quando já estão definidas as condições para o processo de modernização da agricultura, que Camaquã e Pelotas, tradicionais neste tipo de cultura, alcançam um saturamento da área plantada. Cabe lembrar que os produtores e/ou arrendatários residentes em cidades como estas, expandiram seus negócios para outros lugares tais como Uruguaiiana e Santa Vitória do Palmar, os dois municípios maiores produtores. No quadro percebe-se pelo aumento da área plantada e pela quantidade colhida, que a rizicultura continua em expansão. Constituindo-se estas duas áreas de interesse para os investidores capitalistas.

Percebe-se que alguns municípios mais tradicionais neste tipo de lavoura onde houve o surgimento dos granjeiros, a exemplo de Cachoeira do Sul, Camaquã e Pelotas, a produção alcançou um ponto de saturação. Já nos municípios de Uruguaiiana e Santa Vitória do Palmar as lavouras tendem a crescer, na medida em que novas áreas são incorporadas pela expansão da lavoura capitalista, mesmo em diferentes condições de disponibilidade de água, energia ou ligação rodoviária.

Na área de estudo, o crescimento da lavoura de arroz foi significativo no passado tendo em vista ser pequena a área do município. A questão é a estabilização do crescimento, ou seja, estabilização em torno de 4.000 ha de lavoura a partir de 1986, sendo metade desta do Grupo Joaquim Oliveira S/A, que dispõe de 6.000 ha de terras e 2.000 ha de lavoura. Isso nos faz supor que está havendo investimento agrícola fora do Município.

Considerando-se a influência que os fatores energia, transporte e água, exercem no bom desempenho da lavoura de arroz, a área de estudo ainda terá que esperar para se desenvolver. Quanto tempo? Até que a relação entre estes fatores mude internamente ou em nível regional. Por exemplo: o saturamento de áreas incorporadas com um custo de produção menor que em São José do Norte. Alguns fatores apontam para isto, como a retomada do crescimento deve acontecer como é o caso da compra de terras na área de estudo pelos grandes grupos ou produtores individuais. Fato, aliás, pouco comum, pois na rizicultura o que geralmente o corre é o arrendamento.

A retomada nos investimentos na área de estudo, todavia, em nada inovaria a dinâmica na sede do município, exceto em alguma atividade especializada ligada à produção rizícola, pois o estímulo ao crescimento será externo à área de estudo, como resultado da expansão da rizicultura. É uma relação regional, no sentido das possibilidades de desenvolvimento de uma agricultura capitalista e a sua gestão.

3.2 A remuneração do capital e a infra-estrutura

Até aqui procuramos caracterizar os sistemas de produção e salientar a carência de infra-estrutura para o desenvolvimento da lavoura capitalista na área de estudo, bem como apontar as características particulares do município e os problemas levantados pela comunidade em relação ao atraso tecnológico existente. Entretanto, gostaríamos de chamar a atenção para o fato de haver desigualdades regionais com diversas origens históricas, como o estado das forças produtivas, as relações de propriedades, as políticas agrícolas, que possibilitam uma maior ou menor remuneração do capital em função da infra-estrutura criada pela sociedade.

Para que se possam analisar os obstáculos ao avanço das relações sociais de produção na agricultura em São José do Norte, bem como as estratégias utilizadas pelos produtores e a tentativa de reprodução, faremos uso do referencial teórico desenvolvido por MAZOYER (1982, 25-33), no estudo “Origens e mecanismos de reprodução das desigualdades regionais de desenvolvimento agrícola na Europa”. Buscaremos mostrar que as desigualdades se territorializam e a partir daí definem-se os limites de acumulação do capital que viabiliza ou não as empresas agrícolas.

O autor tem como ponto de partida a natureza das desigualdades regionais na Europa, a partir da capacidade do desenvolvimento da produção agrícola. O que caracteriza a

revolução agrícola, ou seja, a modernização da agricultura é o caráter contraditório da existência de bolsões de pobreza ou mesmo do êxodo rural.

MAZOYER caracteriza então, a primeira revolução agrícola como sendo o desenvolvimento de um novo sistema de produção que repousa no emprego da energia animal e da adubação orgânica, bem como materiais selecionados empiricamente. Isto daria as economias camponesas, um aumento de 100% de capacidade de produção, mantendo-se autônoma frente à indústria nascente. Através da cultura de novas terras, o aumento de produtividade teria fornecido víveres às novas camadas sociais urbanas e matérias-primas às indústrias européias, fornecendo condições favoráveis à acumulação do capital industrial através do desenvolvimento da economia camponesa.

No século XX ocorre a segunda revolução agrícola sustentada na indústria desenvolvida e concentrada, fruto da pesquisa organizada que fornecem meios de produção como a motorização, mecanização, quimificação e a engenharia civil, bem como a seleção de materiais biológicos. Isto somado aos novos meios de transporte e conservação tende a aumentar a divisão horizontal do trabalho com especializações regionais mais extremas.

A indústria desenvolvida e concentrada, além das características já mencionadas, promove a especialização de regiões agrícolas, composto de subsistemas regionais especializados, como as grandes culturas de cereais e viticultura, articulados através de um mercado nacional e internacional relativamente unificado.

Desta forma o novo sistema agrário que se instala na Europa é sustentado em um aumento da divisão do trabalho. Uma divisão horizontal do trabalho entre subsistemas regionais onde participam do abastecimento de um sistema agroindustrial multinacionalizado. A divisão vertical do trabalho entre as atividades extrativas e transformadoras fornece à agricultura seus meios de produção, por um lado, bem como atividades de estocagem, acondicionamento, transformação, transporte e distribuição por outro. Paralelamente, uma separação cada vez maior entre o trabalho manual e trabalho intelectual.

Seguindo ainda as idéias colocadas por MAZOYER, o autor coloca que a revolução agrícola contemporânea é caracterizada também por uma diminuição do trabalho vivo na agricultura, resultado da incorporação do trabalho proveniente de outros setores como da pesquisa, indústria, bem como multi-regionalização e multinacionalização da circulação de mercadorias agrícolas (MAZOYER, 1982, 27). A acumulação de capital na agricultura é orientada pela acumulação do capital industrial e comercial. Orientada, então, pelo movimento de reprodução do capital a nível mundial, a agricultura sofre um aumento do

capital investido em insumos, bem como busca o aumento da produtividade no trabalho e a utilização máxima de superfície por trabalhador.

Não obstante ser esta é a orientação que segue a agricultura contemporânea, existem para o autor, níveis diferenciados de produtividade do trabalho e da terra por trabalhador, o que define um patamar de acumulação. Acima deste patamar se daria a acumulação, e abaixo deste, a crise e a eliminação. O equipamento utilizado definiria a superfície máxima por trabalhador, e a partir daí os rendimentos e a produtividade.

“A repartição desigual da terra e do capital, produtividade desigual, renda desigual, determina a cada instante possibilidades de crescimento e de acumulação desiguais resultando: na concentração progressiva dos meios de produção em um número sempre mais restritos de exploração; no empobrecimento relativo à separação da terra e assalariamento para a maior parte dos outros. Este processo de concentração e eliminação se reproduz a cada vez por um número sempre mais restrito da exploração e a um nível sempre mais elevado ligado ao movimento geral da acumulação e produtividade dos outros setores” (MAZOYER, 1982, 28).

Portanto, o desenvolvimento desigual, a nível local, regional ou inter-regional, leva a acumulação ou a liquidação dos produtores. Pode também resultar em uma “especialização rentável” ao alcance ou não dos habitantes locais. Não seria aqui o caso de São José do Norte?

As desigualdades regionais são compostas de vários fatores, entre elas as desigualdades naturais. A qualidade do solo, o tipo de clima, a topografia que determinam a possibilidade de mecanização ou não, influenciam sobre a renda, que comparada a outras regiões agrícolas podem acarretar em acumulação ou eliminação.

A especialização, segundo MAZOYER, pode ser um aspecto positivo, mesmo que a renda, proveniente da agricultura, se comparada a outras regiões agrícolas for menor, mas ainda estiver acima do limite da acumulação. Neste caso, atingindo o limite de reprodução. Em caso contrário, em que a produtividade fica abaixo destes limites a tendência é o abandono da especialização.

A partir da década de 60, quando a agricultura brasileira se encaminha para a tecnificação, especialização e a regionalização, a área de estudo “se especializa” na cebolicultura. Esta resulta em uma “especialização rentável”, ao alcance dos produtores de base familiar locais, acarretando em períodos cíclicos uma remuneração que permitiu a reprodução das unidades de produção seja de base familiar ou em regime de parceria.

Enquanto outras regiões agrícolas partiam para uma agricultura tecnificada e especializada, inserindo-se na revolução agrícola contemporânea, a área de estudo “especializava-se”, mas com outras técnicas, utilizando o emprego da energia animal e da

adubação orgânica, mantendo-se autônoma em relação à formação do complexo agroindustrial, não estabelecendo com este uma relação de interdependência. A remuneração obtida com a cebolicultura continuou a ser estabelecida a partir da oferta do produto no mercado atacadista e a sua necessidade.

Como foi demonstrado no Capítulo I, a horta e a cebola são responsáveis pela manutenção do campesinato nortense. A cebola foi o produto que viabilizou, com remuneração, que os produtores que não se tecnificaram não fossem eliminados, mas que se “especializassem”. Esta “especialização”, portanto, não se deve aos fatores naturais como solo, clima, ou a cultura açoriana, necessariamente. Aliás, sobre isto, MAZOYER (1982, 31-3), chama a atenção para outras causas, além das físicas, para a diferenciação regional, a ver:

a) Desníveis históricos importantes. O desenvolvimento das relações capitalistas é progressivo, não atingindo todas as regiões ao mesmo tempo, privilegiando regiões que superem os obstáculos sociais, políticos e culturais. Portanto o momento histórico em que se dá a integração das regiões ao sistema capitalista em expansão, o estado das forças produtivas e das relações sociais de produção é extremamente variável.

b) O estado das forças produtivas nos sistemas agrários pré-existentes nas diferentes regiões: desigualdades consideráveis. O engajamento dos produtores, em uma dos sistemas de produção que ainda utilizam a cultura manual em uma produção em massa de mercadorias agrícolas para um mercado multi-regional e multi-nacional em formação, coloca estes sistema fora dos ramos de atividades mais desenvolvidos, obrigando os produtores a praticarem ou continuarem praticando ramos não praticados nas regiões mais avançadas, de tal modo que desde o início, a produtividade, a renda e as possibilidades de investir são menores. “Em resumo, o atraso inicial das forças produtivas camponesas vai funcionar como uma desvantagem geradora de um atraso cumulativo...” (MAZOYER 1982, 33).

c) Desvantagens ligadas a relações de propriedade: atraso e crise dos latifúndios. Chama-se a atenção para a formação de duas periferias dos polos de industrialização. A primeira formada por explorações familiares pobres e a segunda a “via prussiana”, da manutenção de grandes latifúndios.

d) Os efeitos das políticas agrícolas sobre as desigualdades regionais do desenvolvimento agrícola.

Com efeito, são as regiões fisicamente mais favorecidas que se beneficiam da infraestrutura e que concentram um maior número de meios coletivos que propiciam o desenvolvimento, reforçando as desigualdades entre explorações e entre regiões. À época da

expansão das relações capitalistas na agricultura, nos anos 60, a área de estudo tinha como produtos principais para a comercialização a cebola e o arroz. A cebola há muito tempo é produzida nos mesmos moldes. O arroz poderia se mecanizar. Portanto, quanto ao estado das forças produtivas, a área de estudo estava em desvantagem em relação à região do planalto gaúcho, que se tecnificou e se especializou (retomarei esta comparação no item 3.3).

O planalto gaúcho, é uma área de colonização a exemplo da área de estudo, inicialmente policultor, mas a circulação de mercadorias e serviços se dava mais facilmente e mais intensamente, devido a maior densidade demográfica. Tinha o Planalto, entre os vários produtos, o trigo e depois a soja que tiveram a proteção e o incentivo governamental, ao contrário da área de estudo onde só um produto, o arroz, recebeu incentivos, mas que, no entanto se desenvolveu preferencialmente em outras áreas. No Planalto houve a formação de uma classe de investidores na agricultura, os granjeiros, o que não ocorreu na área de estudo, onde os cebolicultores se mantiveram ligados à estrutura familiar ou de parceria e dependentes do atravessamento. A cebola não foi contemplada pela política agrícola de incentivos.

Levando em conta MAZOYER (1982, 33) quando diz:

“A única política que permite reduzir as desigualdades de desenvolvimento agrícola é a política de pleno emprego dos recursos em via de serem abandonados e de concentrar os órgãos públicos de desenvolvimento nas regiões e explorações em dificuldade. Esta política deveria ser aplicada com constância durante décadas para compensar os efeitos desastrosos de mais de um século de desenvolvimento desigual ‘espontâneo’ e ‘tolerado’, mas também muitas vezes ‘reforçado’ pela maior parte das políticas agrícolas implementadas até hoje”.

Diríamos que não houve um processo de especialização-regionalização que diminuísse as desigualdades regionais, mas que ao contrário, reforçou-as.

Desta forma, daremos continuidade a este trabalho analisando o motivo por que não houve a possibilidade da formação de granjeiros na área de estudo e a forma como se dá e se legitima o atravessamento da cebola.

3.3 o não surgimento de granjeiros em função de o produto principal ser a cebola

Como vimos anteriormente, o desenvolvimento de uma infra-estrutura que dê suporte a uma agricultura capitalista está ligada a fatores externos e internos à área em questão. Depende de produtores locais que estejam capitalizados e desenvolvidos tecnicamente a ponto

de ingressar em um ciclo D-M-D (dinheiro-mercadoria-dinheiro) na agricultura, e ao nível da divisão nacional do trabalho em patamar compatível com a exigência do potencial agrícola da região a ser explorada economicamente, com produtos que se relacione com a indústria à montante e/ou à jusante. Em uma escala ao nível internacional, requer o abastecimento do mercado interno, que economiza divisas, ou as exportações, que propicia divisas.

Portanto, o surgimento da agricultura capitalista depende de que, em um determinado momento, fatores externos e internos a uma determinada região agrícola favoreçam o surgimento de relações sociais capitalistas.

Nesse sentido, com o objetivo de deixar mais claro o não surgimento de granjeiros em São José do Norte, procuraremos traçar um paralelo entre a região do Planalto do Rio Grande do Sul e a área de estudo, sobre as condições para surgimento dos granjeiros.

Para analisar o surgimento das granjas no Planalto como novas empresas capitalistas, nos basearemos no trabalho de FRANTZ (1980, 28), que defende as seguintes hipóteses como pré-condições:

- a) A existência de terra, capital e mão-de-obra;
- b) A terra concentrada na mão dos criadores de gado e o capital nas mãos dos comerciantes, camponeses proprietários, e a mão-de-obra fornecida por agricultores não-proprietários;
- c) Criadores de gado em dificuldades financeiras que arrendem suas terras para a agricultura mecanizada;
- d) Transformações na estrutura agrária do Planalto, intensificando a integração desta região agrícola com um mercado controlado por empresas monopolistas, ligadas à agroindústria.

À luz destas idéias, o autor coloca que o surgimento dos granjeiros tem origem urbana, com antepassados de colonos, que tinham atividades no comércio e, portanto, facilidade no manuseio com bancos. Onde o meio urbano se desenvolveu mais, também os profissionais liberais contribuíram como produtores capazes de investir na agricultura. Enquanto que o produtor de base familiar se preocupa com a manutenção da família. A reprodução do capital, e como já foi desenvolvido no item 3.2, conta com o auxílio governamental para amenizar a rotação mais lenta na agricultura. Unido a tudo isto, tem que haver a disponibilidade de mão-de-obra.

A falência da pecuária no Planalto abriu a possibilidade do arrendamento dessas terras. A limitação da expansão do capital gerado a partir das colônias levou à diversificação dos negócios sem o abandono das atividades anteriores. Abre-se assim uma oportunidade para o

investimento de capital na agricultura, com a finalidade de ampliação deste ao final do ciclo produtivo.

A ampliação da produção de trigo em um primeiro momento e depois a soja, assim como o arroz, independentemente dos tipos sociais que surgem em resposta às necessidades internas ou locais e a sua coragem como investidores, encaixam-se no projeto político ao nível nacional e internacional. Nacionalmente, em razão da substituição de importações de alimentos, como nos casos do arroz e do trigo, que vimos anteriormente. No caso da soja, abria-se a possibilidade de obtenção de divisas via exportação para os países de capitalismo avançado, que passaram a utilizar cada vez mais uso deste produto. Ou seja, a conjunção de fatores internos e externos à área em dado momento histórico viabilizaram o projeto de modernização na agricultura.

Na área de estudo, todavia, a situação se passa de forma diferente. A colonização açorianana não apenas trouxe a cultura da cebola, mas também a do trigo. Nos anos de 1780 e 1787, os dois centros principais eram Estreito, hoje distrito, e Mostardas, hoje município²⁰. Entretanto, os problemas com trigo já assinalados e que levaram ao abandono remontam ao século passado, muito antes dessa cultura ter adquirido importância alimentar para a população urbana crescente, e com isto merecer o apoio governamental e a atenção dos comerciantes. A cultura do trigo se desenvolveu em uma estrutura fundiária parcelada e camponesa como no Planalto, mas em um outro tempo e outra organização social.

A pecuária que se desenvolveu a partir do término das fazendas reais, logrou êxito no período das charqueadas. Todavia, quando começa o período da instalação dos frigoríficos no Estado, a região pecuária da Campanha obtém êxito maior, deixando São José do Norte para um segundo plano. Entretanto, do ponto de vista do sistema de produção arcaico e de baixa produtividade a situação é a mesma. As áreas das unidades de produção são menores devido à origem da estrutura fundiária.

Mesmo assim, em 1912, a pecuária era a principal fonte de riquezas e o município já exportava grande quantidade de cebolas, e contava, então, com 11.000 habitantes. Em 1920, os aglomerados urbanos são a cidade de São José do Norte, que contava com 280 prédios e 1.100 habitantes e as vilas Bojuru, Estreito, Tavares e Mostardas, estes dois últimos hoje municípios. Em 1956 o município tinha 24.760 habitantes, sendo 2.060 na cidade e 22.700 na zona rural. Em 1955, portanto, incluindo os dados de Tavares e Mostardas a produção agrícola era a seguinte em toneladas:

Cebola – 33.240

Arroz – 17.294

Milho – 1.800

Feijão – 144

E a pecuária, em números de animais:

Bovinos – 79.800

Equinos – 10.700

Suínos – 3.900

Ovinos – 100.000

Estes dados comprovam que ao final da década de 50, porta de entrada do período da modernização da agricultura, a cebola, o arroz e a pecuária ocupavam posição de destaque na economia do município. Destes, somente o arroz viabilizaria a mecanização e a modernização na agricultura.

Entretanto, a essa época, a rizicultura na área de estudo como em outras áreas ainda utilizava-se da mão-de-obra camponesa o que limitava a área plantada. A partir dos anos 60 e dos incentivos à agricultura mecanizada começam a aparecer os problemas desta cultura na área de estudo. É importante assinalar que a população urbana é pequena, portanto, inexistindo uma camada da população como comerciantes ou profissionais liberais que a partir de suas atividades, investissem na agricultura.

Os sonhos e as promessas de vários políticos de pavimentarem a BR 101, que corta a área de estudo de norte a sul, começam justamente nos anos 60, juntamente com a modernização da agricultura. Em outras regiões agrícolas do Estado este projeto se viabiliza. Entretanto, por um lado, a pouca quantidade de água disponível a baixo custo, assim com se dá em outras áreas, não possibilitou a expansão da lavoura mecanizada do arroz, e por outro, a falta de uma classe de produtores capitalizados, frustrou os projetos de modernização no município de São José do Norte. Restaram a cebolicultura e a pecuária.

A cebolicultura, essencialmente produzida por camponeses, pela sua forma de organização familiar é altamente competitiva à empresa capitalista por suportar preços baixos não permitindo a remuneração mínima do capital (como será desenvolvido no item 3.3.1), inviabilizando a capitalização na produção. Não sendo um produto estratégico como o trigo, o arroz ou a soja, nunca foi beneficiado pela política agrícola governamental e nem tão pouco se mecanizou. Sua relação com a agroindústria, não passa de poucas pesquisas para desenvolvimento de algumas novas espécies, muitas vezes realizadas por órgãos estatais, e o pouco consumo de fertilizantes e agrotóxicos.

²⁰ Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. IBGE. Volume XXXIV. R.G.S. 1959. P. 263-269.

Durante as décadas de 60 e 70 a cebolicultura se tornou a principal economia do município, sem capitalizar seus produtores, apenas transferindo valor-trabalho do campesinato para os setores atacadistas urbanos.

A pecuária, tal como no restante da Campanha Gaúcha, seguiu arcaica do ponto de vista tecnológico e com baixos índices de capitalização. Entretanto, ao contrário da Campanha, nos anos 70, dada a impossibilidade de se associar à rizicultura via o arrendamento das terras, continuou associada à cebolicultura em relações de parceria, dada a pouca quantidade de dinheiro circulante na área de estudo, oriundo da produção da cebola. Na Campanha Gaúcha, além da possibilidade de muitos pecuaristas arrendarem suas terras para orizicultores, também a disponibilidade de terras é bem maior²¹.

Sendo assim, dada a estrutura produtiva e as classes sociais no momento da modernização, não foi possível o surgimento de uma classe de produtores capazes de investir na agricultura, não havendo as transformações esperadas fruto da integração da região agrícola com um mercado controlado por empresas monopolistas, ligadas à agroindústria.

3.3.1 A manutenção da forma de exploração do produtor de cebolas de base familiar

Seguidamente se ouve e se lê que o produtor camponês de base familiar em São José do Norte só sabe plantar cebolas. E mais, que este fato ocorre devido à sua origem açoriana. Mais especificamente, a cultura açoriana os motiva ao unicamente o cultivo da cebola. Daí decorre, inevitavelmente, que o “atraso” deste Município seja justificado pelo “isolamento geográfico”, ou pela cultura, ou por ambos. Cultura de inegável importância, porém, se não for explicado o quê a gerou, ou por qual motivo se mantém, serve apenas para encobrir a realidade e suas contradições.

Ora, “o contexto em que qualquer dado ganha sua expressão não é o contexto cultural, mas no contexto das relações de classes, do qual deriva o próprio contexto cultural” (MOREIRA, 1983-37). Sendo assim, se olharmos apenas os aspectos culturais, não enxergamos que através da comercialização da cebola está se transferindo valor-trabalho do

²¹ É minha hipótese de que o sistema de produção que inclui somente a pecuária na Campanha gaúcha é do ponto de vista da racionalidade dos negócios semelhantes a camponesa, ou seja, sem investimento de capital e controle dos negócios. Evidentemente que dado o tamanho das unidades de produção o volume de dinheiro é muito maior, o que possibilitaria a estes a compra de terras. Entretanto, do ponto de vista do desenvolvimento das relações capitalistas, este é um obstáculo. Daí decorre que o pecuarista do tipo “Macanudo Taurino” do cartunista Santiago é uma espécie em extinção. No seu lugar entra o pecuarista arrendatário ou o cabanheiro (de origem urbana) entre outros. Este será o tema que desenvolverei no meu próximo trabalho.

campesinato para os setores atacadistas urbanos. Portanto, a acumulação da riqueza produzida pelo campesinato se dá em mãos alheias as de quem produziu. Atrás da cultura está a forma de como um sistema de produção não-tipicamente capitalista se articula com os setores capitalistas da sociedade em geral.

A racionalidade dos negócios dentro da unidade de produção de base familiar já desenvolvida no Capítulo I (sistema 1), mostra que é através da cebola que o produtor obtém dinheiro para adquirir outras mercadorias de que necessita e não produz na unidade de produção. Ou seja, muito próximo do ciclo mercadoria-dinheiro-mercadoria, através do qual se dá a inserção destes cebolicultores nas relações monetárias. Não há, portanto, investimento de capital ou remuneração deste. Um indicador disto é a relação área plantada e o preço do produto no mercado. Como já foi dito anteriormente, a área cultivada de cebola por produtor é de 1 ha (3,5 a 4,0 ha por família, em média de 4 pessoas). Esta relação é o limite entre a capacidade de trabalho em termos de quantidade de energia humana gasta, e a necessidade de obtenção de dinheiro para a compra de mercadorias necessárias à manutenção da família. A relação do “balanço entre trabalho e o consumo, isto é, entre o esforço exigido para a realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades da família”, proposto por CHAYANOV não é apenas uma coincidência. É proposital.

A variação da quantidade de cebola plantada ou a sua produtividade não se relaciona diretamente com o preço da mercadoria. Relaciona-se muito mais com os fatores que influenciam àqueles que trabalham: a família, o chefe da família.

Como já foi visto anteriormente, a decisão de quanto plantar é uma decisão tomada em conjunto, com uma influência maior do chefe da família. Mesmo para o filho quando já tem a maioria e recebe uma parte da cebola plantada, o trabalho continua sendo familiar.

Assim, temos que, “o resultado da produção constitui um rendimento indivisível, do qual é impossível separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento do capital ou como renda da terra” (WANDERLEY, 1989). Este rendimento indivisível será o responsável pelos recursos de que a família necessita para a sua manutenção.

Portanto, os fatores que influem sobre a tomada de decisão de quanto plantar, ou seja, o balanço entre o trabalho e o consumo é: o tamanho da família, o número de braços, a composição da família, bem como fatores climáticos, fertilidade da terra e morfologia da área. Soma-se a isto a interferência do Estado e o crédito. Estes últimos podem ser facilmente identificados através das políticas municipais, da extensão rural (EMATER) e o sistema de crédito do Banco do Brasil.

Este comportamento em relação à procura é facilmente observável na medida em que a área plantada de cebola não varia com o preço, mas principalmente com a quantidade de trabalho familiar disponível na unidade de produção. Pode-se observar que mesmo em situações de variação de preço, mais alto ou mais baixo, a área é correspondente à quantidade de trabalho familiar disponível. A decisão sobre a quantidade a ser cultivada para a próxima safra é sempre a mesma, e em alguns casos, quando é possível, o aumento da área cultivada com cebola. Ou seja, o deslocamento do equilíbrio entre necessidade de consumo da família e quantidade trabalho, o deslocamento obedece ao limite da quantidade de trabalho familiar disponível.

É por isso que o ato de jogar parte da produção fora quando esta não alcança condições de comercialização, tanto no passado, como no presente, não os impede de continuar o cultivo da cebola. Por um lado, este é o único produto que tem um esquema de comercialização, e por outro, não há nenhum estímulo externo à diversificação de culturas (no sentido de interesse de comercialização). Ou seja, nas palavras dos produtores: “A única coisa que dá é a cebola”. “O que dá” o dinheiro necessário à compra das mercadorias necessárias à manutenção da família e que não podem ser produzidas na unidade de produção.

Assim, os fatores que definem a quantidade a ser plantada são internos à unidade de produção. O produto, no caso da cebola, é externo na medida em que o comércio atacadista fora da área de estudo vê neste produto a possibilidade de remuneração ao seu capital.

Nesta altura, faz-se necessária a definição de outra categoria: a de “excedente”. Primeiramente como é tratada por José de Souza Martins (p. 12, 1975).

“O excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedente dos que foram utilizados na subsistência (no caso, a mão-de-obra e a terra com suas pastagens naturais). É o fator excedente que fará o produto e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente, à margem das relações monetárias, das relações sociais abstratas, da dominação política, das relações capitalistas de produção típica, da conduta racional com fins seculares”.

Os produtores de cebolas em São José do Norte trabalham com uma variação de preços e sem uma expectativa certa de lucro ao final da safra. Por isso mesmo vendem a cebola a “qualquer preço”, exceto quando o transporte for mais caro que o trabalho e a renda da terra a serem pagos. Ou seja, trabalho e renda transferidos para os setores capitalistas via comercialização.

Portanto, a lógica dos produtores de cebolas de base familiar tem que ser entendida como resultado da produção que constitui um rendimento indivisível, onde não é possível

separar o que foi gerado pelo trabalho, pelo investimento de capital, ou como renda da terra. Isto porque o produtor familiar é um proprietário que trabalha com sua família, sendo, portanto, familiar a propriedade da unidade de produção. O esforço gasto na produção é familiar, para assegurar os recursos necessários à reprodução da unidade de produção como um todo, e assim à manutenção da família.

Por isso, não faz sentido utilizar categorias de preço, capital, salários ou renda neste caso. Visto que a categoria não determina a remuneração do capital, e sim a manutenção da família, como coloca CHAYANOV (1987, 49-79).

A decisão do produtor do que plantar e quando plantar obedece a uma racionalidade diferente da empresa capitalista e, como escreve NAZARETH (66, 1989):

“Em cada momento da evolução da família, sua composição determina a capacidade de força de trabalho disponível e a magnitude de suas necessidades de consumo. Cabe ao chefe de família/empresa, a responsabilidade de efetuar avaliações subjetivas, que permitam definir o grau e a intensidade da auto-exploração de sua força de trabalho”.

As avaliações subjetivas são pautadas pelos fatores internos à unidade de produção, em relação aos componentes da manutenção da família, e os externos pelos estímulos do mercado. Daí a idéia de que a cebola não é um produto comercializável como qualquer outro. A cebola é um produto excedente dos fatores que foram utilizados na subsistência e que, comercializado, garante a manutenção da família com os produtos que não são produzidos dentro dos limites da unidade de produção. “O fator excedente que gera o produto excedente e que define a economia, a sociedade e a cultura baseadas no excedente...” (grifo do autor).

Não é intenção aqui transportar o campesinato russo estudado por CHAYANOV em 1920 para a área de estudo. Como explica SHANIN (1973)

“Suas fórmulas assumiam uma ampla disponibilidade dos meios de produção além do trabalho especialmente da terra (à qual hoje deveríamos acrescentar equipamentos complexo, fertilizantes e crédito)”.

“A crescente complexidade, heterogeneidade e a transformação da agricultura contemporânea e das estratégias camponesas para sobreviver tornaria esse modelo demográfico muito limitado em função dos fatores que não o compõe: políticas do Estado, mercado de trabalho e de produtos (agora em escala mundial), novas técnicas agrícolas, a cartelização da oferta, demanda e crédito ou construção social de novas sociedades”.

Assim, da análise de CHAYANOV o que nos interessa é a forma como tratar uma atividade produtiva não-tipicamente capitalista dentro do capitalismo. Ainda SHANIN:

“Da análise de CHAYANOV o que mais captou a atenção nos dias de hoje foi sua percepção da agricultura familiar camponesa como uma forma econômica diferente da agricultura capitalista, mesmo num ambiente claramente dominado pelo capitalismo (e não pode se tratado como feudal ou semi-feudal simplesmente porque não é capitalista). O enfoque analítico sugerido introduziu a consideração da agricultura familiar ao invés do fluxo de recursos, produtos e demandas nacionais e internacionais... Foi a que definiu uma economia camponesa específica pelas características do trabalho familiar e a relativa autonomia de sua utilização como fundamentais às estratégias de sobrevivência camponesa que são sistematicamente diferentes das estratégias das empresas capitalistas... As evidências extraídas das sociedades em desenvolvimento consubstanciaram isso, e de fato existem dificuldades em interpretá-lo de certa forma. Essa evidência atesta a capacidade dos camponeses de muitas vezes sobrepujar as empresas agrícolas capitalizadas baseadas no trabalho assalariado, na concorrência par adquirir grandes extensões de terras a oferecer produtos a preços baixos. As unidades camponesas muitas vezes trabalham com um persistente lucro nominal negativo e assim mesmo sobrevivem, inimaginável para a agricultura capitalista”.

De fato, a inserção da economia familiar nas relações monetárias, articulando-se com setores capitalistas, aparecer como estratégia de sobrevivência do campesinato, associado ao conceito de “ótimos diferenciais”, ou seja, de que existem diferentes tamanhos de empresas, em diferentes regiões agrícolas, em diferentes ramos da agricultura a um dado estágio tecnológico, como coloca SHANIN a respeito de CHAYANOV.

Assim tratando, pode-se entender o comportamento dos produtores de cebola de base familiar em relação ao preço do produto, a área produzida e ao comportamento do mercado, e a produção para consumo interno, ou seja, a horta. Esta garante a “relativa autonomia” da unidade de produção. E esta “relativa autonomia” reproduz não só as características de uma vida social rural, mas também a elite local e os seus projetos políticos, visto que o campesinato tem uma pequena vantagem sobre as empresas de produção capitalista: a de suportar um grau de auto exploração maior sem comprometer a reprodução da empresa/família. A vida social rural baseada na única cultura comercializável gera uma cultura produzida em cima da cebolicultura, não só do camponês, mas também da classe dominante que se reproduz enquanto elite local através da comercialização da cebola.

As possibilidades de remuneração de capital e a infra-estrutura, por um lado, criando um espaço diferencial como fator externo, e por outro, a própria base produtiva do Município, impedem a modernização na agricultura mesmo em seu produto principal, a cebola. Isto se deve porque a empresa familiar se mostra mais competitiva, isto é, suporta uma remuneração menor que uma empresa capitalista, com tendências a se “modernizar” ou mesmo a evoluir

para relações assalariadas²², como nos exemplos de casos de modernização na área de estudo. Por outro lado, a rizicultura não encontra possibilidades de expansão promovendo o processo de modernização como um fator externo.

A manutenção da forma de exploração do produto de cebola de base familiar revela o cotidiano do município de São José do Norte e as suas necessidades, as necessidades de um espaço socialmente produzido.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO II

Como pôde ser visto neste capítulo, os obstáculos à penetração de relações capitalistas de produção não se limitam a um ou dois fatores isoladamente, mas há vários fatores que interagem ao longo do tempo. Por isso uma determinação social acima de tudo. Daí, a produção possível.

Os obstáculos apontados pela comunidade como a água, a energia, o transporte e outros, só ganham real sentido, uma vez relacionado a um projeto de modernização para a região sul do Brasil, mas que não incorpora todas as áreas da mesma maneira. Os obstáculos ganham dimensão na medida em que se territorializam, se relacionam escalarmente com outras áreas ou regiões agrícolas.

Por isso se faz necessária a comparação entre regiões agrícolas, para termos parâmetros de comparação. As relações sociais de produção capitalistas são abstrações enquanto não se territorializam, e só então ganham especificidade, singularidade e interdependência dentro de um movimento cada vez mais globalizante.

A incorporação da área de estudo ao modo de produção capitalista, portanto, se dá de duas maneiras principais: na expansão da lavoura de arroz com suas relações assalariadas, e esta a outros setores agroindustriais; e na transferência de trabalho camponês para os setores atacadistas urbanos pela via do atravessamento. A lavoura de arroz capitalista no município encontra dificuldades de se expandir como principal atividade empresarial, mas aponta através da compra de terras para uma possível retomada de crescimento.

²² Sobre este tema e também sobre lucro nominal negativo ver o trabalho de MARTINS, José de Souza, Capitalismo e Tradicionalismo, especialmente o Capítulo I – Modernização Agrária e Industrialização no Brasil, e a excelente resposta do autor às críticas a esse texto em “A Reforma Agrária e os Limites da Democracia na ‘Nova República’”, Capítulo VIII – Pequena Produção Agrícola.

Já a produção familiar de cebolas, entrando em crise posto que já não seja o principal fornecedor do produto ao setor atacadista nacional, estende a crise à elite local e traz à tona a polêmica da modernização.

CAPÍTULO III – A reprodução das relações sociais de produção (todo dia ela faz tudo sempre igual)

Após termos tratado das características dos sistemas de produção no Capítulo I, e dos obstáculos ao desenvolvimento do capital nesses sistemas (Capítulo II) pretendemos neste capítulo, através de uma discussão teórica, demonstrar que os obstáculos ao desenvolvimento de relações capitalistas e a manutenção de relações não-tipicamente capitalistas se reproduzem porque, a todo instante, as condições que garantem a reprodução são recriadas.

Para alcançar este objetivo faremos uma discussão teórica nos valendo, principalmente, das idéias desenvolvidas por Henri Lefebvre, no que tange a reprodução de relações de produção e o cotidiano, e a José de Souza Martins a respeito de como isto se desenvolve no meio rural mais especificamente.

Trataremos primeiro, de esclarecer a importância da categoria espaço para os estudos da sociedade contemporânea, ou seja, como uma categoria que sintetiza as múltiplas determinações colocadas pela sociedade urbano-industrial. No desenvolvimento do tema, no entendimento de Lefebvre, o espaço como “lugar da reprodução”, entendendo que a reprodução de relações de produção não existe sem certa produção destas relações. Isto é, a territorialização das relações sociais de produção se dá transformando, adaptando, incorporando formas sociais pré-existentes. No cotidiano se percebe como as alianças de classes são estabelecidas ao longo do desenvolvimento das relações capitalistas, as verdadeiras necessidades dos grupos sociais, a legitimação das estruturas de poder, a noção de cidadania e a idéia de pertencer a este, aquele ou a nenhum lugar. O cotidiano revela a maneira da territorialização das coisas, e o seu rebatimento no indivíduo.

Por último, transcrevemos algumas manifestações publicadas na imprensa sobre o que é a questão principal em São José do Norte: por que o mundo moderno ali não chegou!

1. A reprodução e o Espaço

Ao estudarmos uma situação limite entre o desenvolvimento de uma agricultura capitalista e a manutenção de uma agricultura de base familiar, situação esta aparentemente estável até o presente, que mostra, em seu arranjo espacial, um contraste entre o novo e o velho, o moderno e o arcaico, o capitalista e o tradicional, uma frase de Henri Lefebvre (1973, 11) se faz necessária:

“Como se há de ver, não há nem pode haver simples reprodução, alimentada pela ideologia e o seu corolário, a repressão. Não há a reprodução das relações sociais sem certa produção de relações: não há aqui um processo puramente repetitivo”.

Lefebvre também adverte que, retomando a dialética na atualidade, a análise se distingue no seguinte (1973, 14): a) a manutenção quanto ao essencial das relações sociais (produção e propriedade) no decurso das forças produtivas; b) regressão, degradações, transgressões não só ao “nível cultural”, mas das relações de família, amizade, na vida sócio-econômica de grupos parciais; c) produção de novas relações (no seio dos grupos parciais: a juventude, as mulheres, segundo funções previamente previstas e delimitadas de acordo com o interesse e os objetivos que norteiam o modelo-plano). Uma vez estabelecidos, as funções e o posto em prática o Plano, este passa a confundir-se com a realidade, pelo menos nos objetivos alcançados. E a sociedade passa a se orientar por essa organização. Assim, também se passa na estratégia do mercado imobiliário, estratégia militar ou nos grandes Planos de Desenvolvimento do Estado, como por exemplo, o Estatuto da Terra criando regiões agrícolas.

Pierre George, em seu trabalho Sociologia e Geografia, ao se referir ao espaço desenvolve principalmente com a segunda hipótese, acima apontada, confundindo-se espaço físico como substrato das ações humanas, como “criação humana e dado natural”, concluindo que “a diversidade das estruturas sociais” em diferentes utilizações de espaços, geram um quadro desigual de desenvolvimento. Também se aproxima de terceira hipótese quando diz que “Organizar o espaço significa de fato organizar a sociedade, planejando-se seu conjunto e inserindo-o em molde pré-estabelecido” (GEORGE, 1969, 30). Já a primeira hipótese se aproxima quando, ao juntar espaço e tempo, o autor trabalha separadamente, reúne-os em um gráfico cartesiano espaço antigo-tempo antigo, espaço atual-tempo atual. Perdem a dinâmica do processo, as contradições e a superações destas.

Para nós é a quarta hipótese, que espelha a noção aqui trabalhada, de que o espaço representa algo mais que a simples localização ou caracterização das coisas. Representa a coabitação das coisas ou a sociedade territorializada, como nos diz Ruy Moreira, ou nas palavras de MILTON SANTOS (1980, 137).

“O espaço é a matéria trabalhada por excelência. Nenhum dos objetos sociais tem tanto domínio sobre o homem, nem está presente de tal forma no cotidiano dos indivíduos. A casa, o lugar de trabalho, os pontos de encontro, os caminhos que unem entre si estes pontos, são elementos passivos que condicionam a atividade dos homens e comandam sua prática social. A práxis, ingrediente fundamental da transformação da natureza humana, é um dado sócio-econômico, mas é também tributária das imposições espaciais. Como disse Callois (1964, 58) o espaço impõe a cada coisa um conjunto de relações porque cada coisa ocupa certo lugar no espaço”.

O espaço passa a ser uma rede de relações onde estão as relações de produção²³ evoluindo. É neste sentido que Milton Santos²⁴ trabalha a noção de Formação Espacial, ou seja, uma Formação Social espacializada, tornando interdependentes as três categorias: modo de produção, formação social e espaço.

Daí o estudo da produção do espaço, como “lugar da reprodução das relações sociais de produção”, como um agente de coação sobre a sociedade, ou como escreve Lefebvre, apud SANTOS, (1980, 152), o espaço nada tem de ideal, ficção ou sonho, “efeito de ações passadas, ele permite ações, as sugere e as proíbe”.

Sob o modo de produção capitalista, ou melhor, sob a sociedade industrial, a produção tende a se mundializar e a aumentar a interdependência em todos os lugares do planeta.

“Se o espaço se torna uno para atender às necessidades de uma produção globalizada, as regiões aparecem como distintas versões da mundialização. Esta não garante a homogeneidade, mas ao contrário, instiga as diferenças, reforça-as até mesmo depende delas. Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, únicos”. (SANTOS, 1988, 46-7)

A reprodução das relações sociais de produção garante a reprodução da sociedade industrial, cada vez mais centralizada no urbano, entretanto, na hipótese de MARTINS (1986, 19-20):

²³ Sobre relações de produção e relações sociais de produção ver POULANTZAS, Nicos. Poder Político e Classes Sociais. São Paulo. Martins Fontes, 1977, págs. 60-63.

²⁴ Sobre formação espacial ver SANTOS, Milton. Espaço e Sociedade. Petrópolis. Vozes, 1979, principalmente o Capítulo I. Sociedade e Espaço: a formação social como teoria e como método.

“... o capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias a essa reprodução...”

Portanto, na expansão sobre o meio rural, entre a produção mais tipicamente capitalista e a mais não-tipicamente capitalista, temos um gradiente de articulações do campesinato com o capital, tanto nas diversas formas de articulação com a agroindústria, como com os setores atacadistas urbanos. A esta altura da história, todos os setores rurais acabam transferindo trabalho, que se acumula nos setores urbanos, estando sujeitos à reprodução do capital em nível mundial.

Por isso, a reprodução das relações capitalistas aparece diferenciada em diferentes formas de articulação e manutenção do campesinato. O espaço do capital não é homogêneo, porque as relações capitalistas de produção não se desenvolvem de forma harmoniosa, mas diferenciada, fragmentada, criando relações de dependência.

Ou então, vejamos MARTINS (1986 21):

“Um complemento da hipótese é que tal produção capitalista de relações não-capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio”.

O capitalismo engendra relações de produção não-capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores da economia que se vinculam ao modo capitalista de produção através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas.

O processo que institui e define a formação econômico-social capitalista é constituído de diferentes e contraditórios momentos articulados entre si. Num deles temos a produção da mercadoria e a produção de mais-valia organizada de um modo caracteristicamente capitalista, dominado pela mais-valia relativa; num outro temos a circulação da mercadoria, subordinada à produção; num outro temos a produção subordinada à circulação. “Mas, esses momentos estão articulados entre si num único processo, embora possam estar disseminados por espaços diferentes”.

Achamos que o município de São José do Norte não apenas reflete um momento das diferentes formas de articulação do capital na agricultura, mas representa uma forma diferenciada de determinadas relações sociais de produção e a sua reprodução. Como coloca MARX (1985, 137), não é apenas o que um compra e o outro se vê obrigado a vender, mas a “mediação da relação capitalista de produção que é constantemente produzida de novo por essa própria relação”, o que se vê no comércio é apenas o resultado do processo.

Aprofundemos um pouco essa questão.

2. A produção e a reprodução de relações de produção

Para falarmos da reprodução, temos que tratar primeiramente da reprodução dos meios de produção, ou seja, dos trabalhadores e dos instrumentos de trabalho. O trabalhador reproduz-se enquanto trabalhador. Alimenta, veste, educa seus filhos de tal forma que o crescimento demográfico acompanhe o desenvolvimento das forças produtivas. Não se trata aqui, no entanto, apenas da reprodução do ponto de vista biológico, do crescimento demográfico que deve acompanhar o crescimento das forças produtivas ou não, com períodos de expansão ou de crises ao final de cada ciclo produtivo as condições para um novo ciclo se restabelecem, reproduzindo um “conjunto complexo de movimentos”. Como coloca LEFEBVRE (1973 52): “Já não se trata, portanto, da reprodução dos meios de produção, mas da reprodução das relações sociais”, fazendo referência a Marx. Para da um exemplo da vida cotidiana, Lefebvre observa que o sono cumpre um papel importante na reprodução de força de trabalho, intervindo na reprodução das relações sociais de produção. Portanto, o conceito de reprodução “incide sobre a totalidade, sobre o movimento desta sociedade ao nível global” (LEFEBVRE, 1973, 58).

A escola, a religião, a relação explorador-explorado, o Estado, todos contribuem para a produção das relações sociais, principalmente a nível ideológico. Entretanto, quanto ao ideológico, adverte LEFEBVRE (1977, 1978):

“Ora a ideologia tem uma eficácia limitada, embora incontestável; mascara as contradições na e para a consciência (nas representações). Na pior das hipóteses, ela difere os efeitos dessas contradições; não pode suprimi-los. É claro que sem o crescimento, quer das forças produtivas (técnico), quer da população (demográfico), nunca a ideologia poderia ter conservado as relações de produção - apenas pode encobrir a sua reprodução”.

Como foi visto no capítulo anterior, não são as causas do atraso tecnológico da agricultura nortense a cultura açoriana, os atravessadores, a inexistência de água, de energia ou de estrada, ou o isolamento geográfico, sobretudo se tratados esses fatores em separado. E sim a produção de determinadas relações de produção e sua reprodução, por fatores internos e externos à área de estudo. A forma que resulta da produção, a reprodução de determinadas relações conjuntamente resultando o espaço, é que passa a agir como agentes de coação sobre a sociedade, daí ser o “lugar de reprodução”.

No Capítulo VI (Inédito) do Capital, MARX (1985, 138) reflete sobre as condições para a superação e transformação das antigas relações de produção. Diz ele:

“... necessitam de estar desenvolvidas apenas a tal ponto que se opere a subsunção do trabalho no capital. Com base nesta relação modificada desenvolve-se, contudo um modo de produção especificamente transformado que, por um lado, gera novas forças produtivas materiais e, por outro, não se desenvolve se não com base nestas, com que cria de fato novas condições reais. Inicia-se assim uma revolução econômica total que, por um lado, produz pela primeira vez condições reais para a hegemonia do capital sobre o trabalho, as aperfeiçoa e lhe dá uma forma adequada e, por outro, gera nas forças produtivas do trabalho, nas condições de produção e relações de circulação, por ela desenvolvidas em oposição ao operário, gera, digamos, as condições reais para um novo modo de produção que elimina a forma antagônica do modo capitalista de produção e lança desta forma a base material de um processo da vida social conformado de maneira nova e, conseqüentemente, de uma formação social nova”.

Essa transformação requer uma nova organização espacial, que represente a formação social nova, que a reproduza enquanto novas relações de produção, com a herança antiga:

“Por um lado, o capital dá forma ao modo de produção; por outra, esta forma modificada de modo de produção e certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais constituem a base e a condição – a premissa – do seu próprio desenvolvimento”. (MARX, 1985, 138).

Milton Santos (1980, 138), com base no vocábulo geomorfológico, chama de rugosidades, assim definidas:

“As rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço. As rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão do trabalho internacional, particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados”.

Como já foi desenvolvido no item 3.2, a soja se desenvolveu no Planalto Gaúcho enquanto uma agricultura tipicamente capitalista, permanecendo, contudo as marcas de uma região colonial, com base nela própria. A expansão da sojicultura para o Centro-Oeste brasileiro exigiu certas transformações nesta região, resultado dos fatores externos, oriundos da expansão capitalista na agricultura, e com base nela própria. Fora a soja, o Planalto e o Centro-Oeste em tudo diferem do ponto de vista da organização territorial, (mesmo tomando chimarrão).

Entretanto, antes de retomarmos à área de estudo, fazem-se necessárias duas ressalvas. A primeira é que não se tem apenas relações capitalistas típicas na agricultura. Tem-se um gradiente que vai da agroindústria à unidade camponesa de base familiar, passando por diferentes tipos de integração. Portanto, o grau de transformação das relações de produção bem como a transformação espacial daí decorrentes é variado, incluindo a transformação do

camponês em operário. A integração que, como é sabido, ocorreu em Santa Cruz do Sul, tendo como base o fumo, ou no Oeste catarinense, com a produção de suínos e aves, demonstram diferentes graus de ressocialização no campesinato. São exemplos de rugosidades do espaço, da base transformada.

A segunda ressalva refere-se à subsunção do trabalho ao capital na agricultura. Segundo MARTINS (1986-174), “uma análise centrada na sujeição do trabalho ao capital ainda está fortemente comprometida com a concepção de que o capitalismo no campo é estritamente dominação do trabalho pelo capital”. Ocorre que “no campo, um instrumento fundamental de produção é a terra, e isto ainda hoje é o que difere o urbano do rural”. A produção agrícola ainda depende da atuação dos agentes naturais sobre a terra para que ela gere seus frutos, estes sim, frutos do trabalho. Como já foi discutido (ver Capítulo II) o tempo de produção e o tempo de trabalho na agricultura são diferenciados. Isto se torna um obstáculo ao capital tanto quanto à propriedade da terra. Ora, a terra não é fruto do trabalho, sua valorização se dá pelo fato de ser um bem limitado, não reprodutível, nela pode ser criadas, pelo processo do trabalho, as condições para a produção.

Há casos em que o capital se apropria da terra e do trabalho pela compra ou pelo arrendamento e, há outros e que o capital extrai apenas o excedente, como por exemplo, não há pagamento da renda da terra ao seu proprietário. Há ainda situações em que as relações capitalistas se desenvolvem efetivamente, como é o caso no Rio Grande do Sul da produção de arroz, de trigo e de soja, mas não são se desenvolve na produção de alimentos tipo feijão, mandioca, cebola. Quem bem define essa situação é MARTINS (1986, 175):

“O capital tem se apropriado diretamente de grandes propriedades ou promovido a sua formação em setores econômicos do campo em que a renda da terra é alta, como no caso da cana, da soja, da pecuária de corte. Onde a renda é baixa, como no caso dos setores de alimentos de consumo interno generalizado, como os que já foram indicados, o capital não se torna proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe”.

Como exemplo, considera MARTINS, pode-se citar os juros bancários relativos aos empréstimos para o investimento do custeio da lavoura: através da cobrança dos juros, o banco extrai a renda da terra do produtor sem ser proprietário da terra. O capital se apropria da renda da terra onde existe a possibilidade de “valorização”, onde a renda é alta, onde os obstáculos à produção capitalista podem ser superados. Já quando o lavrador for o proprietário da terra e dos instrumentos de trabalho, isto permitirá diferentes formas integração com o capital. Serve de exemplos os condomínios rurais em Santa Catarina e Rio

Grande do Sul, os assentamentos coletivos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, onde além da coletivização da produção, tem-se um aumento da divisão do trabalho e uma verticalização da produção, mesmo no caso dos integrados com a agroindústria.

Na comparação do camponês integrado ao operário assalariado não é levado em conta que o desligamento com o capital, para um representa o FGTS, para o outro a perda da terra. Tal comparação representa um nivelamento que mascara diferenças sociais e espaciais, inclusive a própria relação entre ambos.

Para o lavrador, diz MARTINS (1986, 176):

“Como a sua terra é terra de trabalho, não é utilizada como instrumento de exploração da forma de trabalho alheia, não é terra de uso capitalista, o que precisa extrair da terra não é regulado pelo lucro médio do capital, mas regulado pela necessidade de reposição da força de trabalho familiar, de reprodução da agricultura do tipo camponês. Por isso, a riqueza que cria realiza-se em mãos estanhas às suas, como renda que flui disfarçadamente para os lucros bancários, como alimento de custo reduzido que barateia a reprodução da força de trabalho industrial e incrementa a taxa de lucro das grandes empresas urbanas”.

Assim, por um lado, não podemos separar a reprodução do operário da reprodução do camponês e sua família, visto que no próprio processo de industrialização no Brasil a partir dos anos 30 esta relação está clara no custo da alimentação e margem de lucro das empresas²⁵. Por outro, não se pode separar a manutenção da agricultura de base familiar da renda da terra, pois esta nos indica, em última instância, a distribuição da mais-valia social e a possibilidade da reprodução de relações capitalistas no campo. As transformações espaciais, o conseqüente aumento na renda da terra e a sua sujeição ao capital, nos apresentam a forma como a variação da renda se territorializa, e daí a reprodução capitalista e as suas diversas formas de articulação.

Retornando à área de estudo, observa-se que a produção capitalista, representado pelo arroz, não se sobrepõe a não-tipicamente capitalista, representada pela cebola. O senso comum indica que a rizicultura não se desenvolve em função da falta de uma infra-estrutura adequada. Por outro lado, a cebolicultura não se desenvolve porque o campesinato é refratário à adoção de novas técnicas, tendo um baixo nível de escolaridade etc. Entretanto, não se discute a possibilidade de que em áreas próximas, onde a renda da terra é mais elevada, a

²⁵ Sobre a acumulação industrial no Brasil ver OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 5ª ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 1987, principalmente os três primeiros capítulos. Também sobre produção de alimentos e a reprodução da força de trabalho ver MOREIRA, Ruy. Formação do Espaço Agrário Brasileiro. São Paulo. Ed. Brasiliense. Coleção tudo é história. n° 132. 1990.

rizicultura se desenvolva melhor, e de que a cebola nortense abasteça milhões de lares brasileiros, e que engorda o comércio atacadista, bem como os atravessadores e garante a reprodução da família camponesa.

Portanto, o conceito de reprodução incide sobre o da totalidade. A visão parcial de comparar o rural a partir de parâmetros urbanos encobre a própria reprodução do rural, bem como a reprodução do urbano e no que dela depende. A não adoção de novas técnicas pelos cebolicultores, técnicas estas oferecidas pelo trabalho de extensão rural, pode ser explicada pela falta de garantias do produtor de um retorno financeiro, pois os discursos da “produtividade” não garantem ao agricultor a reprodução da sua família, ou seja, não garante a rentabilidade da atividade agrícola.

Todavia, simultaneamente ao processo de “modernização” na agricultura que se dá sobre as culturas da soja, no Planalto, e do arroz, em diversas áreas, a cebolicultora desenvolve uma articulação com o comércio atacadista que garante a reprodução da família, e adoção de algumas práticas com vistas ao aumento da produtividade, pequenos financiamentos para custeio (articulação com setor financeiro) e a venda do seu produto nos centros urbanos. Neste, contudo, deve ser vendido “barato” para garantir a reprodução no meio urbano. Por isso, é inviável que aquilo que o mundo urbano pretenda modernizar também o faça a baixo custo. Como coloca MARTINS, (1975, 14):

“Nesse sentido, a modernização não pode se dar como processo simultâneo ao do desenvolvimento nem pode ser apreendida a partir de uma perspectiva psicológica, tal qual a do estereótipo elaborado pelo senso comum ou a dos diagnósticos técnicos”.

Ainda, segundo MARTINS (1975, 82):

“Portanto, a difusão de inovações e a resultante adoção de práticas agrícolas esgotam os seus efeitos econômicos e modernizadores no bojo da vocação capitalista. Onde a vocação capitalista não pode ser difundida por limitações estruturais inerentes ao próprio processo de circulação e acumulação do capital, a adoção de práticas agrícolas não é em si mesma geradora dessa vocação e acentua as consequências sociais “irracionais” de uma situação que se mantém uma a partir das tensões objetivas que a constituem e não a partir da falta de tensões”.

Essas “limitações estruturais inerentes ao próprio processo de circulação e acumulação do capital”, são agentes de coação que influenciam na tomada de decisões dos produtores sobre o quanto plantar e o quê, em função das necessidades da sua reprodução, enquanto produtor capitalista ou não-tipicamente capitalista, ou seja, com alguma inserção no mercado.

Na área de estudo, no município de São José do Norte, o rizicultor aguarda melhoria de condições, suficientes para que o capital investido na agricultura tenha retorno, e isto é notado pela compra de terras por estes produtores. Já a cebolicultura, desde que se articulou ao capital via circulação de mercadorias, tem garantido a reprodução do campesinato. Garante-se a reprodução, para que aumentar a produtividade sem a garantia de uma rentabilidade? Segundo: quem disse que este campesinato necessita aumentar sua renda para garantir sua reprodução enquanto campesinato?

Portanto, a reprodução das relações sociais de produção em função da ideologia do atraso não explica algo que vai além do desenvolvimento da rizicultura ou da manutenção da cebolicultura, ou seja, de relações sociais de produção capitalistas e a manutenção de relações não tipicamente capitalistas.

3. A reprodução e o Cotidiano

É no cotidiano que aparecem as centenas de características que compõem uma atividade produtora, as relações entre seres humanos e destes com a natureza.

As iniciativas e as decisões mais importantes da comunidade e as relações de causalidade estão dispersas no cotidiano. Inclusive a idéia de repetição, do igual, da continuidade. Entretanto, como afirma LEFEBVRE (1991, 24):

“Não se trata, por exemplo, de explorar o repetitivo. Em sua trivialidade, o cotidiano se compõe de repetições: gestos no trabalho e fora do trabalho, movimentos mecânicos (das mãos e do corpo, assim como de peças e de dispositivos, rotação, vaivéns), horas, dias, noites, semanas, meses, ano; repetições lineares e repetições cíclicas, tempo da natureza e tempo da racionalidade, etc. O estudo da atividade criadora (da produção no sentido mais amplo) conduz à análise da reprodução, isto é, das condições em que as atividades produtoras de objetos ou de obras se reproduzem elas mesmas, recomeçam, retomam seus elos constitutivos ou, ao contrário, se transformam por modificações graduais ou por saltos”.

A idéia de descrever os sistemas de produção neste trabalho foi o de mostrar diferentes racionalidades que, chegando ao final de um ciclo produtivo, encontraram condições para recomeçar tal atividade, logrando maior ou menor sucesso, questionando o conceito de racionalidade ou “irracionalidade”, que só explica quando ligado aos conceitos de cotidiano, reprodução e espaço. Sobre isto nos diz LEFEBVRE (1991,30)

“O estudo da vida cotidiana oferece um ponto de encontro para as ciências parcelares e alguma coisa mais, mostra o lugar dos conflitos entre o racional e o irracional da nossa sociedade e na nossa época”.

A descrição pormenorizada dos sistemas de produção conduz para um conhecimento dos tipos de racionalidade, antes de um “saber enciclopédico”, mas no sentido de se alcançar os agentes de coação, internos ou externos à área de estudo, que estabelecem ao final de cada ciclo as condições de produção.

“Mas e o cotidiano? Aí tudo conta, porque tudo é contado: desde o dinheiro até os minutos. Aí tudo se enumera em metros, quilos, calorias, e não apenas os objetos, mas também os viventes e os pensantes. Há uma demografia das coisas, que mede o seu número e a duração de sua existência, assim como uma demografia dos animais e das pessoas. No entanto, essas pessoas nascem, vivem e morrem. Vivem bem ou mal. É no cotidiano que eles ganham ou deixam de ganhar a vida, num duplo sentido: não sobreviver ou sobreviver, apenas sobreviver ou viver plenamente. É no cotidiano que se tem prazer ou se sofre. Aqui e agora.” (LEFEBVRE, 1991-27)

O cotidiano nos revela a qualidade de vida, o grau de satisfação da família, os desejos, as ambições, os sonhos realizados e as frustrações, aquilo que é um projeto real e o que a família se dispõe a alcançar, mesmo dentro da sua “racionalidade” tida como “irracional” aos olhos urbanos, sobre a produção. Cabe aqui esclarecer mais uma vez que a produção tem um sentido amplo, como coloca LEFEBVRE (1991-57), a respeito de Marx:

“A produção não se reduz à fabricação dos produtos. O termo designa, de parte, a criação de obras (incluindo tempo e espaço sociais), em resumo, a produção ‘espírita’, e, de outra parte, a produção material, a fabricação de coisas. Ele designa também a produção do ‘ser humano’ por isso mesmo, no decorrer do seu desenvolvimento histórico. Isso implica a produção de relações sociais. Enfim, tomando em toda a sua amplitude, o termo envolve reprodução. Não há apenas reprodução biológica (e conseqüentemente aumento demográfico), mas também reprodução material dos utensílios utilizados à produção, instrumentos técnicos e, ainda, reprodução das relações sociais”.

Portanto, este movimento de reprodução que se realiza territorializando-se, sintetiza todos os momentos anteriores e atuais e determina o resultante, que como já foi visto, podem ocorrer mudanças introduzidas lentamente, ou aos saltos. Esta produção dos homens e da natureza em sua volta determina uma práxis, que também é “cultura”, como faz referência LEFEBVRE (1991, 38)²⁶. Dando continuidade ao pensamento deste autor (1991, 39):

²⁶ Assim como a cultura gerada a partir da produção baseada no excedente da economia de base familiar, conforme MARTINS, J. de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo. Pioneira, 1975, p. 12.

“Fica subentendido, de um lado, que a cultura não é uma vã efervescência, mas ela é ativa e específica, ligada a um modo de vida, de outro lado que os interesses de classe (ligados estruturalmente às relações de produção e consumo) não bastam para assegurar o funcionamento da sociedade em sua globalidade durante o tempo em que ela funcionar. A vida cotidiana se define como lugar social do *feedback*, um lugar desdenhado e decisivo, que aparece sob um duplo aspecto: é resíduo (de todas as atividades determinadas e parcelares que podemos considerar e abstrair da prática social) e o produto do conjunto social. Lugar de equilíbrio, é também o lugar em que se manifestam os desequilíbrios ameaçadores. Quando as pessoas, numa sociedade assim analisada, não podem mais continuar a viver sua cotidianidade, então começa uma revolução. Só então, enquanto puderem viver o cotidiano, as antigas relações se reconstituem”.

Na área de estudo, do final da década de 50 até 1987, a cebolicultura desenvolveu-se num ciclo em que ora remunerava mais o produtor, ora menos, mas garantindo a reprodução da família e até propiciando certa melhoria no conforto. A partir de então a concorrência dos produtos catarinenses faz com que a margem de remuneração caia significativamente, sem entretanto, inviabilizar, em massa, os produtores. Conseqüentemente não há abandono da cultura principal, quando muito uma ligeira diminuição de área de alguns produtores isoladamente.

Todavia, na safra 90/91 e 92/93, a organização dos produtores catarinenses consegue elevar o preço da cebola o que permitiu uma margem maior de remuneração ao cebolicultor. Mas isto já acontece, e a perspectiva do produtor nortense é que a safra 93/94 vai ser a melhor dos últimos anos. Ou seja, se reconstitui as condições da continuidade da cebolicultura como cultura comercial. Em decorrência reconstitui-se a noção de qualidade de vida pretendida pela comunidade rural, da qual deriva o conforto doméstico, o conforto do trabalho no galpão, mas não os investimentos na produção.

A perspectiva de melhoria do preço de comercialização da cebola reacende a esperança do produtor nortense porque a noção de qualidade de vida, de nível das pretensões e as expectativas para os filhos (de continuidade) representam o cotidiano de uma área que não foi incorporada pelo grande capital, de relações sociais de uma espacialidade que não mudou, portanto que reconstituem as antigas relações.

4. A reprodução, o cotidiano e o discurso.

Os principais projetos modernizadores no município e veiculados na imprensa são: a estrada, a energia e mais recentemente a construção de um túnel ligando a cidade de São José

do Norte à cidade do Rio Grande. Destes, o mais divulgado é sem dúvida a pavimentação da BR 101 que cruza o município de sul a norte.

Todas as gestões municipais mostraram preocupação com este problema. A estrada interfere sobre o custo/tempo do transporte, e torna o município menos competitivo no mercado regional. Em uma reportagem do jornal Zero Hora²⁷ são relatadas as dificuldades de uma viagem de Porto Alegre à Tavares, e nos relatos dos usuários dessas estradas estão presentes as queixas de promessas não cumpridas dos Governadores desde a década de 60, o drama das pessoas que necessitam de atendimento médico na Capital, o caso das professoras das escolas rurais que ficaram retidas nas escolas por falta de transporte. Estes são alguns fatos que ilustram a vida de sacrifícios que é o cotidiano proporcionado pela estrada.

São inúmeros os destaques dados na imprensa sobre estes problemas. Incontáveis são as reclamações dos prefeitos de Mostardas, Tavares e São José do Norte. Só para se ter um exemplo, a notícia veiculada em jornal local diz²⁸: “Schmidt dá prioridade à construção da Estrada do Inferno”. Nesta, o prefeito de São José do Norte se diz confiante, pois o Secretário dos Transportes do Estado disse que a pavimentação da RS 101 até São José do Norte é prioridade do Governo, e avalia ser esta uma vitória dos prefeitos da região que há muitos anos lutam por esta causa. A matéria termina com uma declaração do prefeito Zogbi: “Por tudo isso acredito que muito em breve este trecho não será mais conhecido como Estrada do Inferno, mas como Estrada da Integração”. O prefeito passou o comando da prefeitura ao seu sucessor sem que 1m² de pavimentação da estrada fosse realizada.

Tendo em vista as negociações geradas pelo Mercosul, uma outra matéria²⁹ destaca a seguinte manchete: “RS 101, projeto une Porto Alegre a Buenos Aires – incentivos do Mercosul e ao turismo ecológico são apontados como vantagens trazidas pela estrada, além do desenvolvimento da região”. Esta matéria destaca que a ligação dos municípios a Rio Grande através da construção de um túnel, e daí ao Chuí, na fronteira com o Uruguai, ligaria outras regiões ao Super-Porto de Rio Grande, representaria um estímulo às economias locais, ou seja, a pecuária e a agricultura, e que teria os custos reduzidos, bem como o turismo ecológico na faixa de terra existente entre a Lagoa dos Patos e o Oceano, principalmente na Lagoa do Peixe, hoje reserva, que seria cruzado pela auto-estrada³⁰.

²⁷ Jornal Zero Hora de 11.06.89. pg. 38-9.

²⁸ Jornal Agora de 22.03.91.

²⁹ Jornal Zero Hora, 13.09.91. pg. 56.

³⁰ Certamente, caso ocorra a pavimentação da estrada, em poucos anos virão as reclamações dos problemas criados por uma rodovia que passa pelo meio de uma reserva ecológica, a exemplo dos atropelamentos de animais na reserva ecológica do Taim, no município de Rio Grande.

Sobre a construção do túnel existe uma proposta de técnicos franceses³¹ de fazer a ligação entre Rio Grande e São José do Norte, conjuntamente com a conclusão das obras da BR/RST 101, de forma a integrar a Argentina, Uruguai, Brasil. No projeto, haveria ainda a construção de uma ponte com 50 km de extensão que ligaria a cidade de Colônia do Sacramento a Buenos Aires.

Outro “prato predileto” da imprensa é a questão da energia. Com o título “Sob a luz dos velhos geradores a óleo”³², o jornal relatava um breve histórico da usina a diesel que abastece de energia elétrica a cidade, fazendo referência à substituição pela energia produzida pela usina de Candiota quando se concluem as obras das torres, mais adverte: “... ainda não é o esperado ‘progresso’ que a cidade está pensando. Da instalação até os próximos dois anos a energia de Candiota só vai substituir no máximo os 2.400 kw gerados hoje a óleo diesel...”.

A matéria jornalística lembra também que o maior consumidor de energia em São José do Norte é a Moura Indústria e Comércio de Pesca Ltda, que necessita da produção de 50 a 60 toneladas de gelo para sua frota de barcos, mais a energia gasta no resfriamento das câmaras. Na fase atual o peixe é resfriado e transportado em seguida. Entretanto, as condições atuais impedem que a indústria concretize seu projeto de congelamento de peixe, pois quando há problemas com os motores da usina, esta pede para a Indústria Moura desligar seus compressores utilizados para fazer gelo, caso contrário o abastecimento da cidade fica comprometido.

Igual dilema é o da multinacional Rio Zinc Mineração Ltda, RTZ, ainda na mesma matéria, que pesquisa no município a ocorrência de ilmenita, rutilo e zircão no subsolo. Caso o depósito desses materiais seja economicamente explorável, a companhia fica, entretanto:

“Se resolver ficar, a empresa vai precisar de, no mínimo, toda a produção atual de energia do município, só para operar a mineração. Mas essa relação pode chegar a cinco vezes a demanda do município. Fanton (o gerente), já adianta que ‘no caso de se fazer uma lavra, seria impossível contar com uma usina de equipamentos a diesel’”.

Em destaque nesta matéria de página inteira “Como num filme mexicano”, a abertura “Conheça o Norte antes que acabe”, introduz um comentário sobre o cotidiano nortense. Relata sobre as dificuldades gerais do Município e sobre as fontes da economia municipal, ou

³¹ “Franceses discutirão projeto do túnel ligando Rio Grande a São José do Norte”. Jornal Agora de 01/11/91 e, “Franceses propõe o fim da abalsa”. Jornal Zero Hora de 14.03.93.

³² Jornal Zero Hora de 27.01.91. pg. 3, Caderno de Economia.

seja, a pesca, a cebola e o arroz. Como é o mês de janeiro, época de comercialização da cebola, este relato descreve bem o cotidiano:

“Em plena tarde de terça-feira, a cidade lembra um filme mexicano. Sob o sol forte, homens de todas as idades, de calção, sentados à sombra, imóveis. Parece domingo em São José do Norte”.

Entretanto dois temas ganharam muita importância nos últimos anos. São eles os problemas relativos à balsa que faz a travessia de automóveis e caminhões e a importação de cebola dos países vizinhos.

O primeiro, a balsa, é sempre alvo de comentários em época de safra, pois havendo uma só embarcação para o transporte de veículos, qualquer quebra interrompe o fluxo de cebolas para os mercados consumidores. Em 25.06.89, o jornal Zero Hora fez uma matéria sobre a interdição da balsa “Deusa do Mar” pela Capitania dos Portos, o que levou o Prefeito da cidade a decretar estado de calamidade pública, pois a cidade estava na eminência de um *black out*, por falta de óleo para os motores da usina.

A última importação de cebola argentina foi na safra de 91. O produto entrou no País com preço mais baixo, forçando o preço do produto nacional e resultando em uma remuneração menor para o produtor. Em matéria publicada no jornal Agora, de 11.06.91, tem-se o seguinte relato:

“Houve casos que alguns compradores deixaram de pagar a cebola adquirida e comercializada no centro e norte do país, usando o dinheiro do agricultor para a compra da mercadoria argentina, deixando-os em situação alarmante, já que diversos foram os produtores lesados”.

Portanto, as notícias sobre São José do Norte, que não são raras, podem ser classificadas, a grosso modo, em histórias otimistas e pessimistas.

A história de São José do Norte seguidamente é lembrada, por ser uma cidade muito antiga e que preserva (não intencionalmente), a paisagem de uma época remota. As notícias otimistas referem-se sempre a alterações na infra-estrutura como estrada e energia sem que, entretanto, sejam concretizadas. As notícias pessimistas, estas sim, relatam a realidade difícil de uma população que quase na virada do século, ainda depende de balsa para a ligação como resto do país, e que carece de infra-estrutura em todos os setores.

Enquanto isso, a maior parte da população que vive da cebola ou da pesca, que não conhece outras maneiras diferentes de viver, todo ano continua depositando sua fé na cebola

porque ao final das contas, como falam os agricultores, “é o que dá”. É o que torna singular este sistema social.

CONCLUSÃO DO CAPÍTULO III

Neste capítulo procuramos mostrar que a explicação para a manutenção ou as transformações no meio rural, quanto ao essencial das relações sociais e das relações de família, bem como sua inserção na sociedade capitalista global, passam pelas condições em que se dá a reprodução das relações capitalistas, pelo que as geram. A territorialização das relações sociais de produção capitalistas é feita em vários momentos, diferenciando áreas e regiões, que, entretanto, estão cada vez mais articuladas entre si. Esta diferenciação é causada, por um lado, pela expansão-incorporação de áreas pelas relações capitalistas, e por outro, pela articulação-fragmentação das áreas incorporadas, disto resultando a transformação em maior ou menor grau de relações já existentes.

A elevação da base técnica na agricultura a partir de uma racionalidade que é gerada no meio urbano-industrial tende a se expandir cada vez mais, a ponto de a urbanização do agrário nos parecer cada vez mais “o natural”; ao contrário, isto é, a manutenção do rural passou a ser “o exótico”. Assim, entendermos o estudo deste “exótico” como uma especificidade do todo articulado, como uma manifestação das relações capitalistas, e não como uma resistência ou uma impossibilidade particular do lugar.

Obviamente, não entendemos que esta leitura da sociedade seja única. Uma leitura espacial da sociedade foi o que pretendemos fazer.

CONCLUSÃO

Começamos este trabalho procurando caracterizar a área de estudo como uma área limite entre o desenvolvimento de uma agricultura capitalista, a rizicultura, e a manutenção de uma agricultura comercial de base familiar, a cebolicultura. A especificidade do caso estudado, ou seja, a impossibilidade da penetração de relações capitalistas em uma determinada área e a manutenção de um campesinato com articulações diversas, nos sugere a formulação de uma metodologia que permita a análise dessas relações de produção e das condições em que se dá a sua reprodução. Do ponto de vista metodológico, o desdobramento da pesquisa induz cada vez mais para o término da fronteira entre as ciências parcelares, visto que procuramos mostrar neste trabalho a reprodução da empresa e família simultaneamente.

Através da análise dos sistemas de produção, chegamos a três sistemas principais:

- a) A cebolicultura: de base familiar e dos produtores/comerciantes (atravessadores);
- b) A pecuária e a cebolicultura (em parceria);
- c) A rizicultura e a agroindústria.

Os três sistemas não representam a totalidade dos produtores, mas a sua maioria bem como a maior parte da área do Município, a territorialidade da produção.

No primeiro sistema, encontramos a maior parte das unidades de produção cebolicultora. As que têm por base o trabalho familiar, com participação dos membros da família em todas as etapas do trabalho, caracterizado pela indivisibilidade do rendimento e com certa autonomia de reprodução em virtude da produção de alimentos, que garante em grande parte o abastecimento da unidade familiar. Embora sem nenhuma contabilidade dos negócios efetuados com a cebola, os produtores/comerciantes diferem da produção familiar por exercerem além da cebolicultura a atividade de comercialização. Apresentam também, alguma divisão das etapas de trabalho, uso de trator para lavra dos canteiros e relações assalariadas (diaristas) no plantio e na colheita da cebola.

O sistema de produção identificado pela pecuária e a cebolicultura, com unidades de produção bem maiores que as anteriores, têm além da atividade pecuária extensiva nas terras altas uma atividade com cebolicultura em regime de parceria, pelo fato da cebola remunerar ciclicamente os produtores. A pecuária não apresenta nenhum investimento significativo. A

cebola é cultivada nos moldes dos produtores/comerciantes, com uso do trator. A terra bem como os poucos implementos e insumos ficam a cargo do proprietário da unidade de produção. À exemplo do sistema acima, nenhuma contabilidade foi encontrada.

O terceiro sistema identificado, a rizicultura e a agroindústria, funcionam ao nível das melhores granjas de arroz encontradas no Estado, associando à agricultura, a pecuária mais bem cuidada. Com alto índice de tecnificação, bons índices de produtividade, a rizicultura é praticada majoritariamente por grupos ou produtores sediados fora da área de estudo, sendo pouco comum o arrendamento.

Sobre os dois primeiros sistemas, concluímos que não possuem uma racionalidade tipicamente capitalista, no sentido da organização do trabalho, investimento, emprego de técnicas modernizadoras e uso da contabilidade. Durante as décadas de 60 e 70 até metade dos anos 80, a cebola remunerou esses produtores como atividade principal e comercial, permitindo não só a reprodução do conjunto das unidades de produção, mas propiciando a alguns produtores, além dos comerciantes, certo nível de conforto e consumo. A concorrência exercida pelos produtores catarinenses no final dos anos 80 coloca os dois sistemas em uma crise sem precedentes, pois compromete a reprodução das unidades cebolicultoras, quando os setores atacadistas não mais se interessam pela principal cultura comercial, única fonte de renda agrícola no caso da produção familiar. Os laços com o mundo capitalista ficaram comprometidos.

A rizicultura apresenta problemas para se expandir na área de estudo, pois na relação dos fatores de produção o custo se torna mais alto. Os três sistemas de produção, portanto, apresentam problemas ao nível de sistema agrário, quando variamos a escala de análise. Quais são então, os obstáculos ao avanço da agricultura capitalista em São José do Norte?

Como pôde ser visto ao longo do desenvolvimento do trabalho, nos parece que não são apenas um ou dois fatores que inviabilizaram a modernização da agricultura nortense. A incorporação desta área de arroz com suas relações assalariadas, e esta a outros setores agroindustriais, e na transferência de trabalho camponês aos setores atacadistas urbanos pela via do atravessamento.

A expansão da lavoura de arroz, carro chefe da modernização, encontra problemas para a obtenção de água a baixo custo, falta de energia e condições de trafegabilidade da estrada. Entretanto ficou demonstrado que sozinhos estes fatores internos a área de estudo não impediram a modernização de outras áreas também agricultáveis, como Santa Vitória do Palmar, Mostardas, entre outros. O problema parece estar numa relação de fatores em escala regional. Como principal fator interno, não houve no momento da modernização da

agricultura a possibilidade da formação de granjeiros. Como fatores externos, as relações capitalistas de produção não encontram na área de estudo, condições de reproduzirem-se transformando a base de técnicas e em decorrência as relações sociais. Disto resulta uma forma particular da exploração do trabalho e uma aparente “especialização” da produção expressa na cebolicultura.

Estas condições estabelecidas em paralelo ao longo de décadas de transformação na base técnica da agricultura brasileira, acabaram por tornar a área de estudo exótica, pela manutenção do trabalho familiar, pelo tipo de divisão do trabalho e pela racionalidade da sua produção. A questão é que, todos os anos, safra após safra, as mesmas condições se reproduzem, garantindo a continuidade e a singularidade do sistema social.

A tomada de decisões dos produtores nos mostrou os agentes de coação que influenciaram sobre a escolha do quê plantar, quanto plantar, quais investimentos fazer, permitindo avaliar as múltiplas determinações que ordenam e territorializam a sociedade. Esta ordenação da sociedade é o que chamamos de espaço. Daí a “especialização possível”, a cebolicultura, única cultura comercializável, caracterizando o cotidiano da área de estudo. Pensamos ter mostrado que não há no mundo moderno uma diferenciação social sem uma diferenciação espacial. Até porque sob o modo capitalista, urbano-industrial, cada vez mais a integração dos lugares e a interdependência se fazem presentes.

Assim, a crise na cebolicultura abre espaço para a diversificação de culturas. Entretanto esta só se inviabilizará se encontrar interesses e condições de comercialização. Caso contrário, continuaremos assistindo ao aumento do êxodo rural. Por outro lado, a compra de terras e o saturamento de terras disponíveis em outras áreas agrícolas, possibilitam o aumento da rizicultura. Esta, somada aos interesses da mineração, a exploração de pinus e a ligação com o Super Porto do Rio Grande, certamente levarão o Estado (ou de outra forma qualquer) a viabilizar a infra-estrutura necessária para o seu desenvolvimento.

Todavia o que resta é a constatação de que o campesinato sabe de que a vida poderia ser melhor, de que o trabalho poderia ser mais leve e o futuro dos filhos promissor. Mas não parecer ser este o final que se aproxima.

Como finaliza Lefebvre em seu livro sobre a vida cotidiana:

“A consciência da infelicidade supõe a possibilidade de uma outra coisa (de uma vida diferente) além da existência infeliz. Hoje, talvez, o conflito ‘felicidade-infelicidade’ (ou melhor: consciência da felicidade possível – consciência da infelicidade real) substitua e suplante a antiga idéia de destino. Não seria o segredo do mal-estar generalizado?”

BIBLIOGRAFIA

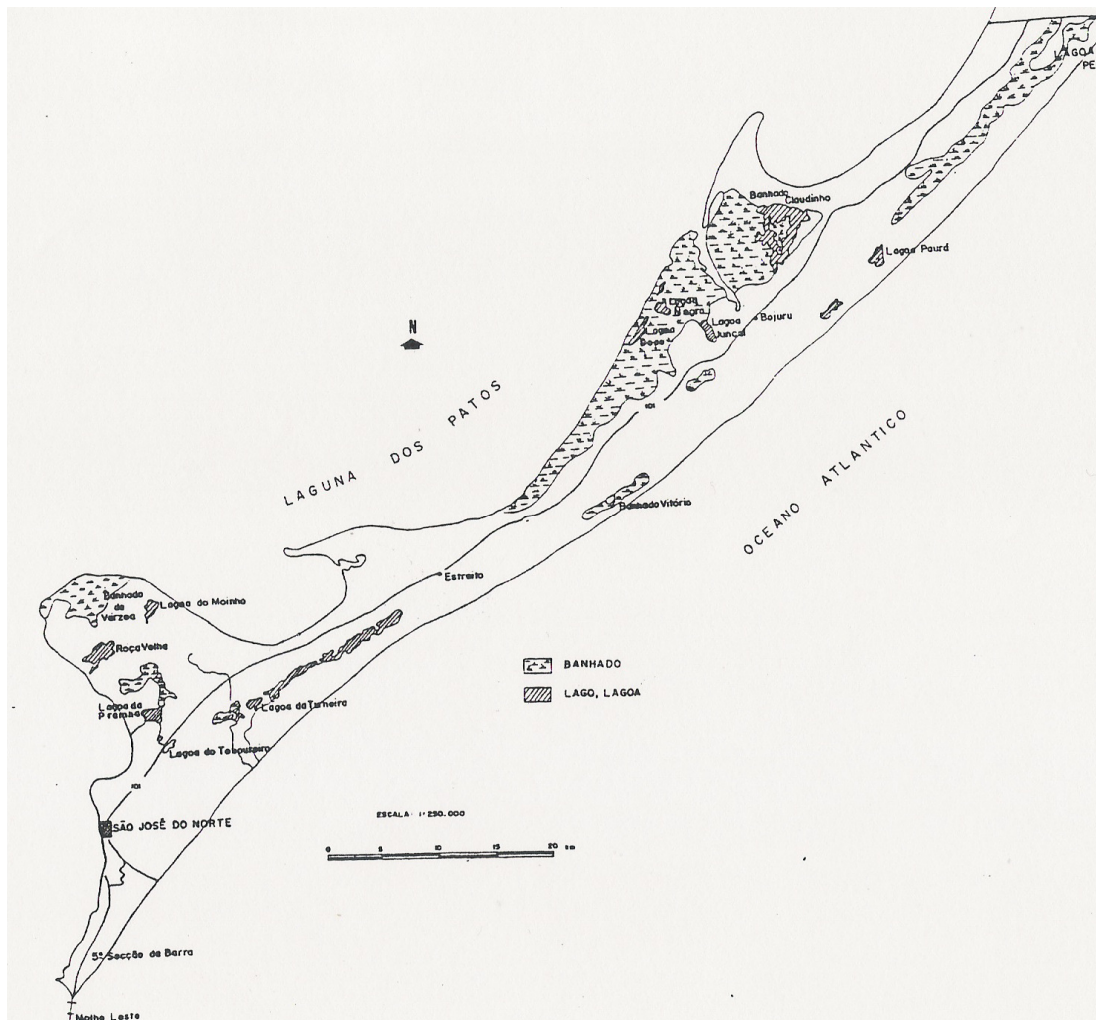
- 1) ABRAMOWAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. São Paulo, Editora Hucitec. 1992.
- 2) BADOUIN, Robert. Les agricultures de subsistance et le developpement economique. Paris. Edition A. Pedone. 1995.
- 3) BRUM, Argemiro. Modernização na Agricultura. Trigo e Soja. Petrópolis. Ed. Vozes. 1988.
- 4) CAPILLON, A e SEBILLOTE, M. Étude de Système de production des explotations agricole. Une typologie. (xerox)
- 5) CHAYANOV, A. Sobre la teoria de los sistemas económicos no capitalistas. 2ª ed., Siglo XXI editores. Cuadernos de Pasado y Presente. 1987.
- 6) CRISTOFINI, B. La petite region vue a travers le tissu de ses exploitations: on outil pour l'amenagement et le developpement rural. INRA-SAD, Paris, 4:6 févrer-1985.
- 7) DABROWSKI, P. H. Le disparités Régionale em Agriculture. Economie Rural n° 150-151. Juill.-sept. 1982.
- 8) DEFFONTAINES, J.P. e PETIT, M. Comment etudier les exploitation agricoles d'une region? Presetation d'un esemble méthodologique. INRA-SAD. Dijon mai-1985.
- 9) DELGADO, G. da COSTA. Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985. São Paulo. ícone. 1985.
- 10) ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. IBGE. Volume XXXIV R.G.S. 1959. p. 263-9.
- 11) ESTATUTO DA TERRA. Comissão de Agricultura e Pecuária. Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Junho de 1985.
- 12) ESTERCI, Neide. Conflito no Araguaia. Peões, e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis. Ed. Vozes, 1987.
- 13) FAUCHER, Daniel. Geografia agrária. 2ª Ed. Barcelona, Ediciones Omega S.A. 1975.
- 14) FRANTZ, Telmo R. Les granjàs de blé et soja. Genèse et evolution d'un grupe d'agriculteurs capitaliste sur le Plateau du Rio Grande do Sul-Brésil. Paris, Universidade Paris I, 1980. Tese de Doutorado).
- 15) _____ Cooperativismo empresarial e desenvolvimento agrícola – o caso da Cotrijuí-Ijuí. Editora da FIDENE, 1982.
- 16) GEORGE, Pierre. As bases geográficas da sociologia rural. In: SZMRECSANYI, T. e QUEDA, O. (org.) Vida Rural e Mudança Social. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- 17) _____. Sociologia e Geografia. Rio de Janeiro. Cia. Editora Forense. 1969.
- 18) _____. Os métodos da Geografia. 2ª Ed. São Paulo. DIFEL. 1986.
- 19) GRANDO, Marinês Z. Pequena agricultura em crise. O caso da “colônia francesa” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Fundação de Economia e Estatística Siegfried E. Heuser. 1989.
- 20) HEREDIA, Beatriz M. Alásia de, A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
- 21) IANNI, Otávio. Notícias do mundo agrário. Texto apresentado na abertura do PIPSA (Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social da Agricultura). Porto Alegre, nov. 1993.
- 22) KANT, I. Crítica da razão pura. 3ª Ed. São Paulo. Nova Cultural, 1987. Vol.I, p. 39-54.
- 23) LEFEBVRE, Henri. A re-produção das relações de produção. Porto. Publicações Escorpião. 1973.
- 24) _____. Sociologia de Marx. 2ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Forense-Universitária. 1979.
- 25) _____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo. Ed. Ática. 1991.
- 26) _____. Espacio y política. Barcelona. Ediciones Península. 1976.
- 27) LIPIETZ, Alain. Transformações na divisão internacional do trabalho: considerações metodológicas e esboço de territorialização. In: Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos.
- 28) LOUREIRO, Maria Rita Garcia. Parceria e Capitalismo. Rio de Janeiro, Zahar Editores. 1977.
- 29) LUZZARDI, Roberto C. Análise sobre a cebolicultura sul-riograndese. São José do Norte, Rio Grande, Mostardas. s/d.
- 30) MANN, Susan e DICKINSON, James. Obstáculos ao desenvolvimento capitalista. 1978. Publicado originalmente no The Journal of Peasant Studies 5(4):466-481, julho de 1978. Londres. Tradução de Zander Navarro (XEROX).
- 31) MARTINS, José de Souza. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira. 1975.
- 32) _____. Não há terra para se plantar neste verão. Petrópolis. Editora Vozes, 1986 a.

- 33) _____. Os camponeses e a política no Brasil agrário. Petrópolis. Editora Vozes, 1986.
- 34) _____. A imigração e a crise no Brasil agrário. São Paulo. Pioneira. 1973.
- 35) _____. O cativo da terra. 3ª Ed. São Paulo. Ed. Hucitec, 1986 b.
- 36) MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. São Paulo. Abril Cultural, 1983.
- 37) _____. A ideologia Alemã. São Paulo. Ed. Moraes, 1984.
- 38) _____. O Capital. (Capítulo VI inédito). Resultados do processo de produção imediata. São Paulo. Ed. Moraes, 1985.
- 39) MATTOS, Carlos de Meira. Brasil, geopolítica e destino. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército. J. Olympio. 1975.
- 40) MAZOYER, Marcel. Rapport de synthese provisoire present au comite par son President. Paris. Dynamique des système agraires. 16-17-18 novembre. 1987 (xerox).
- 41) _____. Origenes et mécanisme de reproduction agricole en Europe. Economie Rurale, n° 150-151. Juil.-sept. 1982.(xerox)
- 42) MOREIRA, Ruy. O discurso do avesso (para a crítica da geografia que se ensina). Rio de Janeiro, Dois Pontos Editora. 1987.
- 43) _____. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: Geografia: teoria e crítica. Petrópolis. Editora Vozes, 1982.
- 44) _____. O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil. Estudo sobre sociedade e espaço. Rio de Janeiro, Petrópolis. Editora Vozes. 1985.
- 45) MORIZE, J. DUTILLEUL, J. P. & BEAULIER, A. Guide de l'agent du developpement rural, milieu physique, humain et agricole. Paris, Agence de Cooperation Culturelle et Technique. Presses Universitaires de France. 1983.
- 46) OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. 5ª Ed. Petrópolis. Ed. Vozes, 1987.
- 47) _____. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985.
- 48) PILLOT, Didier. L'analyse du milieu. Diagnostic pour l'action. Paris. Groupe de Recherche et D'échanges Technologiques. 1986.
- 49) POULANTZAS, Nicos. Poder Político e classes sociais. São Paulo. Martins Fontes. 1977.
- 50) RÜDIGER, Sebalt. Colonização e propriedade de terras no Rio Grande do Sul. Séc. XVIII. INL. Porto Alegre. 1965.
- 51) RAVIGNAN, F. de & BARBEDETTE, L. Découvrir une agriculture vivrière. Paris. G.P. Maisonneuve et Larose. 1977.
- 52) REY, Philippe-Pierre. Les alliances de classes. Paris François Maspero. 1973.
- 53) _____. Capitalisme négrier. La marche des paysans vers le prolétariat. Paris. François Maspero. 1976.
- 54) SANTOS, José Vicente. T. Colonos do vinho. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. 2º ed. São Paulo. HUCITEC. 1984.
- 55) SANTOS, Milton. Por uma Geografia Nova São Paulo. Hucitec. 1980.
- 56) _____. Espaço e Sociedade. Petrópolis. Vozes. 1979.
- 57) _____. Metamorfose do espaço habitado. São Paulo, Hucitec. 1988.
- 58) SHANIN, Teodor. A natureza e a lógica da economia camponesa. In: Journal of Peasant Studios, 1 (1-2), 1973. (xerox)
- 59) _____. Chayanov e a teoria contemporânea sobre a economia camponesa (tradução de Mário Riedl) In: Late Marx. (inédito).
- 60) SORJ, Bernardo. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara. 1980.
- 61) SILVA, Golbery do Couto. Conjuntura política nacional: o Poder Executivo e Geopolítica do Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro J. Olympio, 1981.
- 62) SISTEMAS de produção na região de Ijuí-Rs. Estudos do Departamento de Estudos Agrários/UNIJUÍ.
- 63) WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov. UNICAMP. 1989. (xerox).

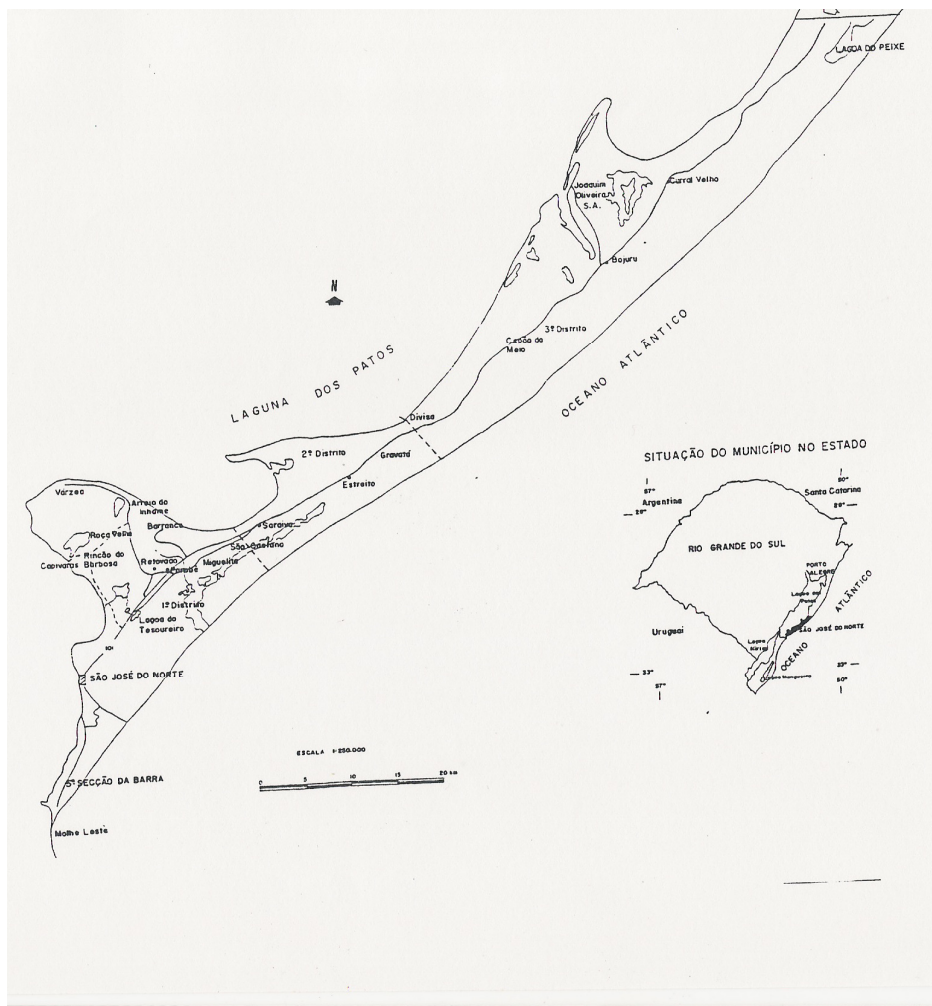
ANEXOS

MAPAS

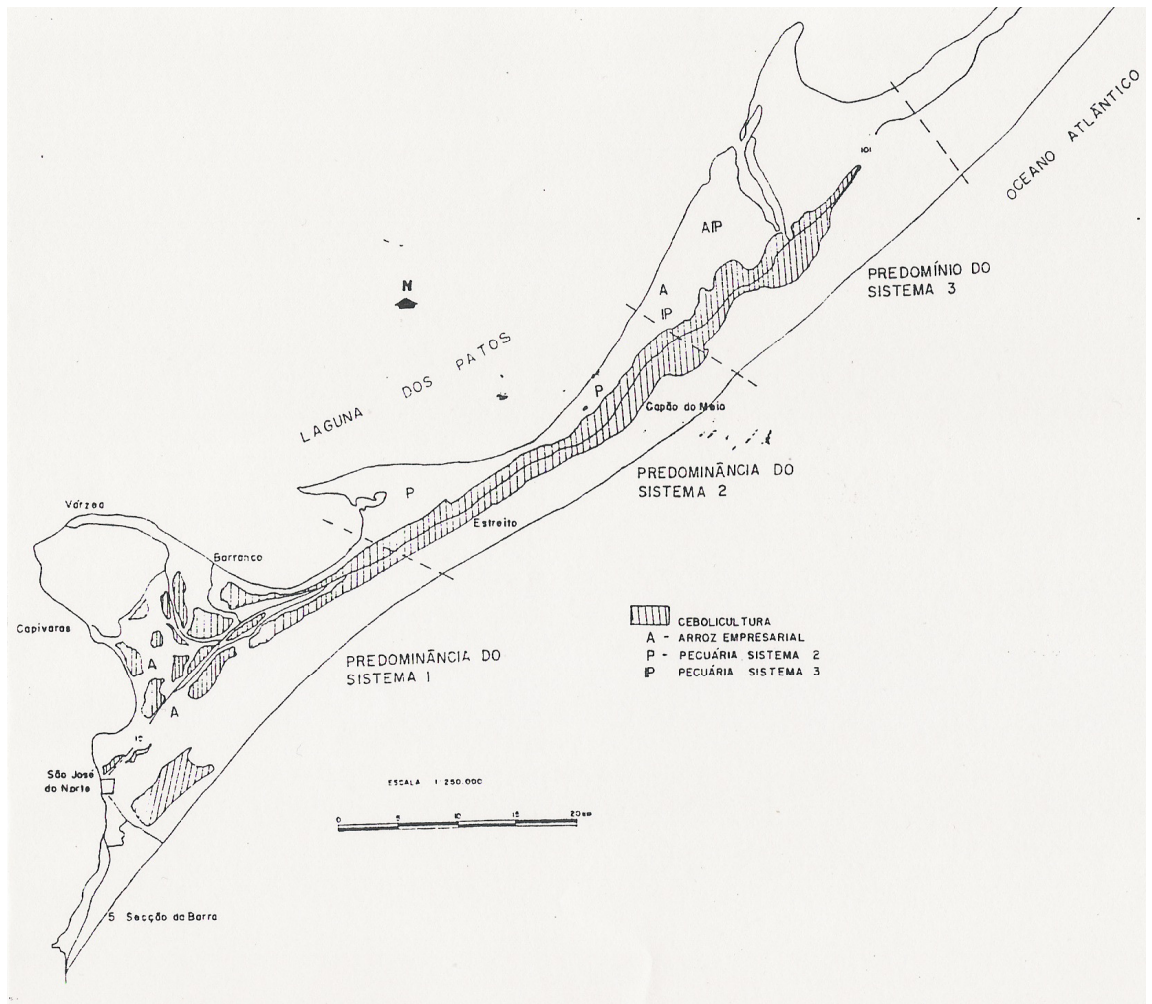
LAGOS, LAGOAS E BANHADOS



LOCALIZAÇÃO



SISTEMAS DE PRODUÇÃO



ROTEIRO PARA INTERPRETAÇÃO DAS FOTOGRAFIAS DAS IMAGENS

Com este pequeno roteiro para interpretação das fotografias da imagem do Satélite TM-Landsat 5, SCT/INPE, bandas 2, 3 e 4, de 20 de agosto de 1991, gentilmente cedidas pelo professor Carlos Hartmann, do Departamento de Geociências da F.U.R.G, não nos propomos a fazer uma fotointerpretação, mas um roteiro para ilustrar através daquilo que facilmente é constatado nas imagens sobre o que foi escrito no Capítulo I.

Na foto 1, aparece parte do 1º Distrito, dando uma idéia da concentração de pequenos estabelecimentos. Não aparecem na foto a área de dunas próximo a várzea, e a localidade do Barranco, também área de concentração de unidades de produção familiares. Na Foto 2 aparece totalmente o 2º Distrito e na Foto 3 o 3º Distrito.

O QUE VER NA FOTO 1 (com o Norte voltado para cima)

- 1) As manchas em branco representam campos de dunas;
- 2) As manchas em vermelho vivo e as formas geométricas representam as plantações de *pinnus*;
- 3) As linhas brancas que cortam a foto em diagonal são as estradas;
- 4) As manchas em vermelho mais fraco, embaixo da foto, representam vegetação baixa, gramíneas, e alguns estabelecimentos de produção de cebola;
- 5) No alto da foto, à direita, manchas alongadas de um vermelho intermediário representam a vegetação nativa. Entre as manchas vermelhas, as formas de coloração clara, retangulares e dispostas desordenadamente, são os canteiros dos pequenos estabelecimentos que caracterizam a área agricultável do primeiro distrito;
- 6) As manchas escuras assinalam a presença de águas:
- 7) No alto à direita um lago;
- 8) No centro um lago, e área de banhado também utilizado para o cultivo de arroz;
- 9) A mancha azul escuro representa a Laguna dos Patos, e no canto à direita o Oceano Atlântico;

- 10) A mancha cinza no centro à esquerda representa o centro da cidade do Rio Grande. Em diagonal a esta, em direção a mancha clara (dunas), vemos a cidade de São José do Norte (pequena mancha cinza);

O QUE VER NA FOTO 2 (com o Norte voltado para cima)

- 11) As manchas em branco representam campos de dunas;
- 12) As manchas em vermelho vivo em formas geométricas representam as plantações de *pinnus*;
- 13) Ao longo da linha branca que corta em diagonal a foto, no centro da porção de terras, a estrada, vemos as formas retangulares de coloração clara, dispostas desordenadamente, que representam os canteiros de cultivo de cebola. Em torno destas, as manchas alongadas avermelhadas que representam a vegetação nativa.
- 14) Entre a estrada e a Laguna dos Patos, de coloração azul claro no alto da foto (sedimentos), vemos as formas retangulares alongadas, de coloração cinza claro e vermelho claro, que representam os poteiros da pecuária incluída no Sistema 2. Como foi escrito, na parte alta, junto a estrada, predomina o cultivo da cebola em parceria. No fundo, junto a Laguna, a pecuária;
- 15) As três manchas escuras na porção de terras representam a presença de água:
- 16) À esquerda, lagos;
- 17) Do centro para o alto à direita, áreas inundáveis para a lavoura de arroz.

O QUE VER NA FOTO 3 (com o Norte voltado para cima)

- 18) As manchas em branco representam campos de dunas;
- 19) As manchas em vermelho vivo e formas geométricas representam as plantações de *pinnus*;
- 20) Em torno da Barra Falsa (ver mapa Lagos, Lagoas e Banhados), toda a área mais escura é utilizada para a lavoura de arroz associada à pecuária. As manchas escuras e geométricas representam áreas inundadas da plantação de arroz irrigado.
- 21) Ao longo da estrada (linha branca diagonal na foto) encontramos a mesma situação da plantação de cebola e vegetação nativa já descrita na Foto 2;

- 22) As pequenas manchas brancas sobre a Laguna dos Patos são nuvens e suas respectivas sombras;
- 23) Podemos notar que os canteiros, e os estabelecimentos são maiores que aqueles visualizados nas fotos anteriores, pois são áreas destinadas ao cultivo do arroz associado à criação de gado bovino.

FOTO 1

↑
N

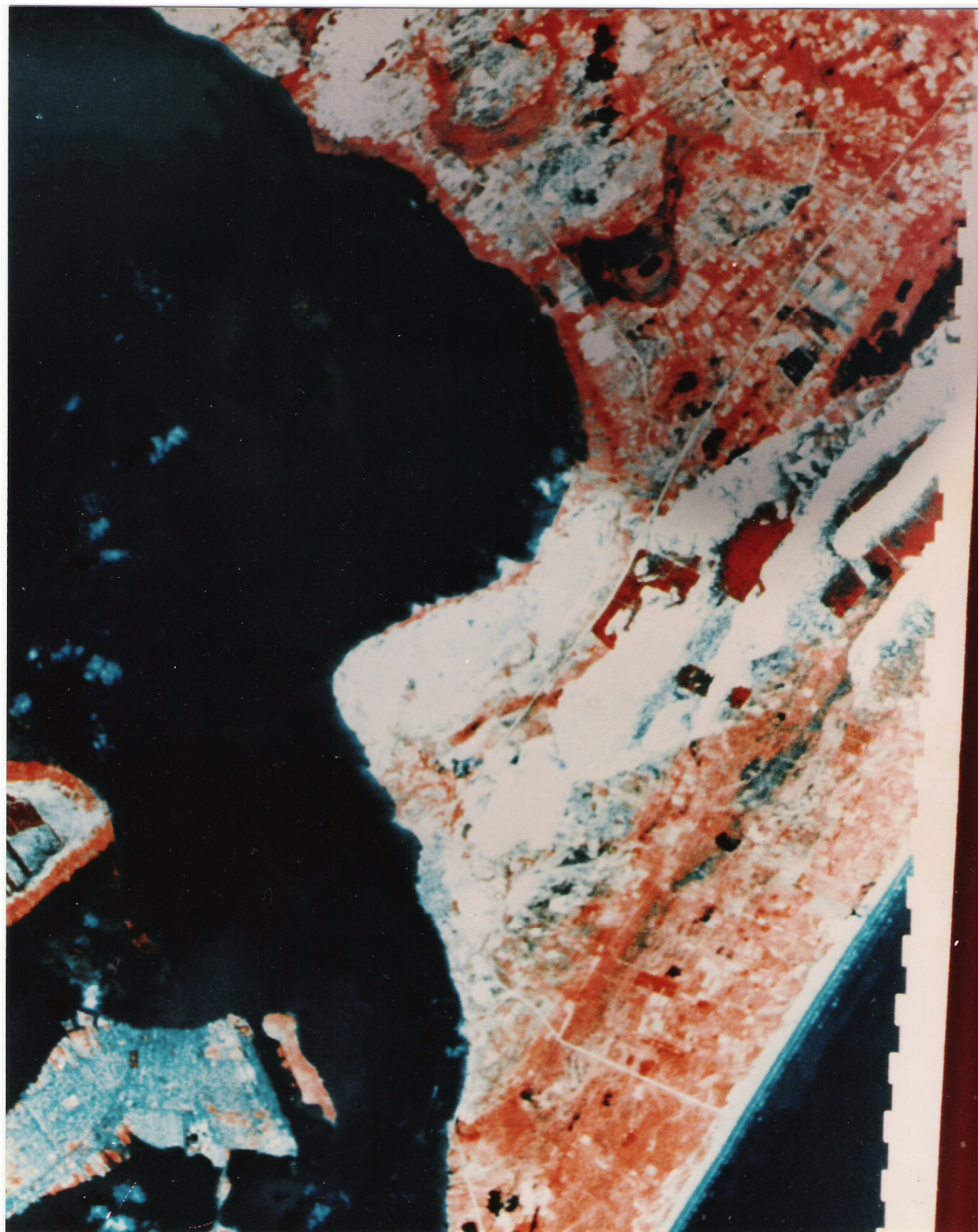


FOTO 2 ← N

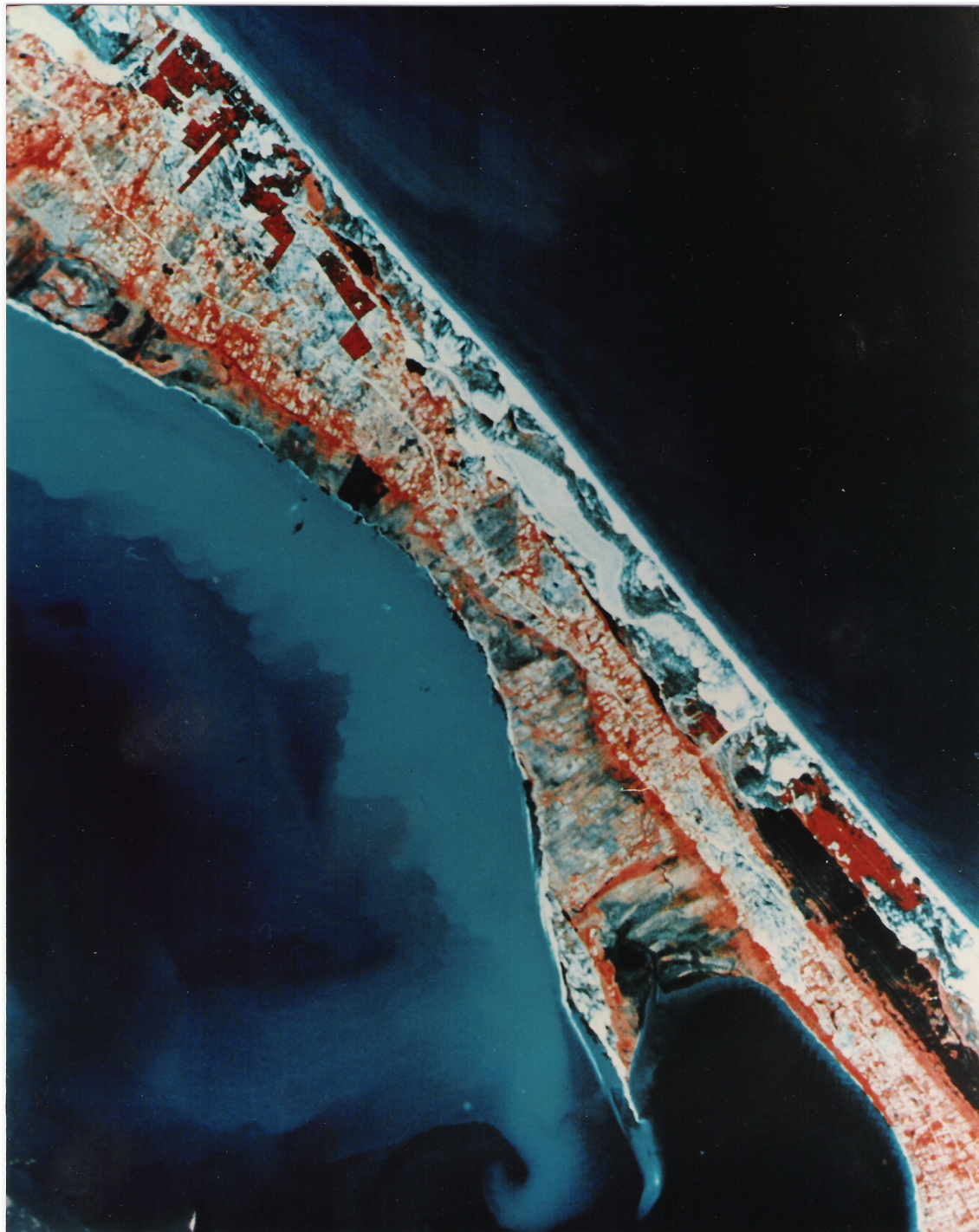
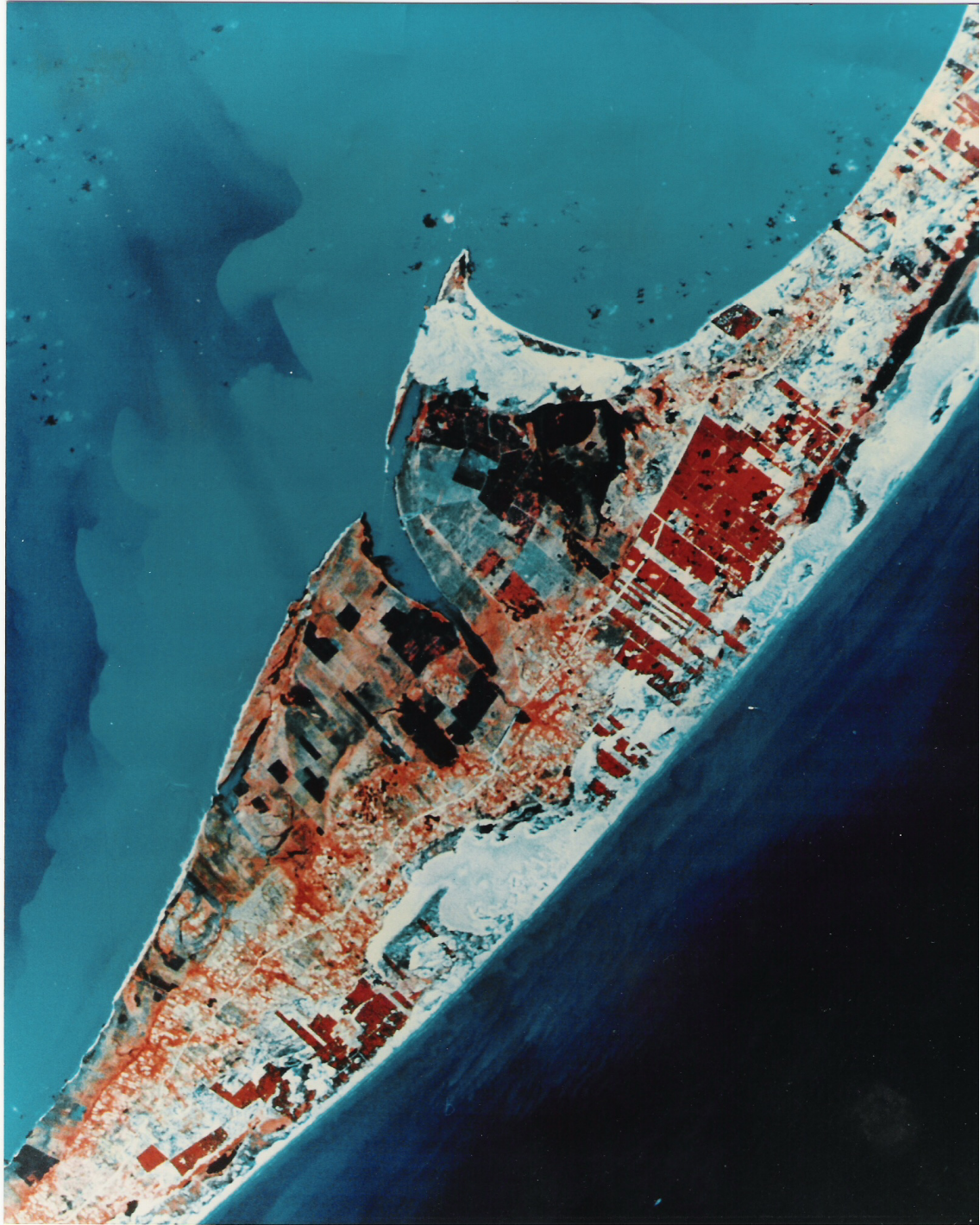


FOTO 3 ↑
 N



FOTOGRAFIAS DE SÃO JOSÉ DO NORTE (registradas pelo autor)**PRODUÇÃO: preparação dos canteiros**





TRANSPORTES







COTIDIANO

